

NORMA LUCIA FERNANDES DE ALMEIDA

*Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por
três comunidades do interior da Bahia*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
2005

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

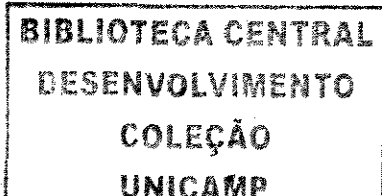
*Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por
três comunidades do interior da Bahia*

Norma Lucia Fernandes de Almeida

Tese apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Lingüística da
Universidade Estadual de
Campinas, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor
em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Charlotte Galves

CAMPINAS
2005



ADRE 80
AMADA TUNICAMP
ALG44

EX
NO BC/ 69935
16.123-06
D X
D 11.00
110.9106
D

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

ID: 386782

AL64s

Almeida, Norma Lucia Fernandes de.

Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por três comunidades do interior da Bahia / Norma Lucia Fernandes de Almeida. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Charlotte Marie Chambelland Galves.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua Portuguesa - Gramática. 2. Gramática comparada e geral - Sintagma nominal. 3. Língua portuguesa - Português falado - Bahia. I. Galves, Charlotte Marie Chambelland. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Null subject and verbal morphology in the Portuguese spoken by three communities of the interior of Bahia.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Portuguese language - Grammar; Grammar, Comparative and general - Complex nominals; Portuguese language - Spoken portuguese - Bahia.

Área de concentração: Gramática.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves - Profa. Dra. Mary Kato - Profa. Dra. Denilda Moura - Profa. Dra. Maria Eugênia Lamoglia Duarte - Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva.

Data da defesa: 13/12/2005.

Este exemplar e a redação final da tese defendida por NORMA LUCIA FERNANDES
de Almeida

e aprovada pela Comissão Julgadora em
13/12/2005.

* Ch. Galves

BANCA EXAMINADORA

Dra. Charlotte M. C. Galves

Dra. Denilda Moura

Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

Dra. Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Dra. Mary A. Kato

SUPLENTE

Dra. Maria Clara Paixão

Dra. Maria Aparecida Torres

Dr. Sérgio Menuzzi

Há mais de cem anos que se levantou, nos espíritos daquém e dalém-mar, o espinhoso problema da língua portuguesa do Brasil. (Serafim da Silva Neto, 1986, 5ª ed. Pág. 18).

AGRADECIMENTOS

À Dra. Charlotte Galves, que aceitou me orientar e o fez com extrema elegância, generosidade e paciência.

Às professoras Dra. Mary Kato e Dra. Helena Brito, pelas sugestões dadas durante a qualificação.

Aos professores do IEL, Dr. Eduardo Guimarães e Dra. Eni Orlandi, que me fizeram conhecer um mundo da lingüística até então quase desconhecido para mim. Ao professor Eduardo agradeço ainda por ter me orientado em uma das minhas qualificações.

À professora Dra. Tânia Alkmim, por ter me orientado em uma das qualificações.

Aos moradores dos povoados estudados: Barra, Bananal, Mato Grosso e Matinha que foram muito generosos ao aceitarem conversar conosco.

A Lucidalva, pelos anos de convivência acadêmica. Saudosa filóloga que não teve tempo de concluir sua tese.

Aos funcionários do IEL, Rose, Roseli e Cláudio, sempre muito simpáticos e prestativos.

A Zenaide, pelos momentos de estudo e descontração.

A Telma, pelas acolhidas, pelas conversas, pelos momentos de descontração.

Às minhas colegas de doutorado, Silvia e Mariângela.

A Wilson e a Tétis, por todo apoio que me deram em Campinas.

Às (ex) bolsistas de iniciação científica que colaboraram na recolha das amostras e nas transcrições das mesmas, a Adriana Soares, a Cristina Silva, a Aldisia Malafaia, a Vanusia Batista, a Elaine Carvalho. E ainda a Juvanete, Rosana, Gutemberg e Robson que auxiliaram nas viagens a Rio de Contas.

Aos professores Dr. Ataliba Castilho e Dra. Rosa Virginia, pela acolhida no PHPB e no PROHPOR e pelo incentivo constante.

À professora Dra. Marta Scherre, que me forneceu largo material para elaboração do projeto de doutorado que inicialmente era com a concordância verbal.

A todos os membros do PROHPOR e do PHPB, por muito contribuírem para minha formação.

À professora Dra. Eugênia Duarte, pelos e-mails esclarecedores.

Aos meus familiares, que sempre estiveram prontos a me auxiliar com as crianças para que eu pudesse estudar e pelo incentivo constante, especialmente a minha irmã Zezé que dedicou um ano de sua vida às minhas filhas.

A Isabela e dona “Tutinha”, que cuidaram com carinho de Tâmara e Isabel nos vários momentos em que estive ausente.

Aos amigos Cosme, Iva e Laurinha que sempre me acolheram em sua casa com muito carinho.

Ao Clóvis, pela dedicação, pelo carinho e pelo amor.

Aos colegas do Departamento de Letras e Artes da UEFS, em especial a Carla, Iderval e Rubens, Jerônimo e Ana Angélica.

Aos colegas da diretoria da ADUFS, pelo apoio.

Quero agradecer, ainda, neste momento, não só as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram diretamente com a realização desta tese, mas as que colaboraram com a minha formação enquanto estudante de lingüística. Não citarei todos, mas apenas algumas pessoas que foram importantes em alguns “momentos-chave” da minha formação. Primeiro, iniciando meu percurso, agradeço aquelas que me mostraram o mundo dos estudos da linguagem, a Dra. Ilza Ribeiro e Dra. Eliana Pitombo Teixeira. A Ilza Ribeiro também por ter me convidado para participar do projeto ‘Contribuições Para um Banco de Dados e um Banco de Textos para a História do Português no Brasil’, projeto que foi decisivo para que eu viesse a participar dos projetos PROHPOR e PHPB, nos quais eu tenho aprendido muito. No mestrado tive contato com pessoas que aguçaram ainda mais minha paixão pela lingüística: a Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, minha professora de lingüística histórica, a Dra. Elisabeth Teixeira, minha orientadora no mestrado e a Dra. Mirian Barbosa, minha professora de Sociolingüística. E a Zenaide Carneiro com quem selei parceria em 1994, parceria que se tornou mais forte quando criamos, em 1996, o projeto ‘A Língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano’, a ela muito agradeço por todo esse tempo trabalhando comigo no projeto e por todas as discussões e horas de estudo que tivemos juntas.

AO PICDT/CAPES, pela bolsa concedida.

A UEFS, pela minha liberação durante quatro anos.

RESUMO

Este trabalho é uma descrição do sujeito nulo numa variedade de língua pouco estudada, o português popular falado em comunidades rurais baianas. O objetivo geral é verificar se ainda há categorias vazias na posição de sujeito nessa variedade de língua, tendo os seguintes objetivos específicos: a) descrever sócio-historicamente as comunidades; b) identificar os contextos de maior manutenção do sujeito nulo; c) observar se há, no PB, no que se refere a esse fenômeno, uma ou mais gramáticas em atuação, através da comparação de grupos etários e de resultados encontrados em estudos com dialetos urbanos; d) verificar se há evidência do encaixamento de uma possível mudança no sistema, representada pelo uso de duplos sujeitos.

ABSTRACT

This work is a description of the null subject on a little studied language variety, the ordinary Portuguese spoken in bahian rural communities. The general goal is to check if there are still empty categories as subject on this language variety, by having the following specific goals: a) describe the communities socially and historically; b) identify the contexts of greater maintenance of the null subject; c) observe if there is, in BP (Brazilian Portuguese), about this phenomenon, one or more grammars in action, through the comparison of age groups and results found in studies with urban dialects; d) check if there is evidence of the insertion of a possible change in the system, represented by the use of double subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1- O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: OS INGREDIENTES DO DEBATE	09
1.1 Introdução	09
1.2 A questão do sujeito nulo e o parâmetro <i>pro-drop</i>	09
1.3 O sujeito nulo no português brasileiro	13
1.4 Procedimentos metodológicos	24
1.4.1 A seleção dos dados	26
1.4.2 Aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos que serão levados em consideração na análise do sujeito nulo	28
2- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA FALADA NO INTERIOR DA BAHIA (CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES)	41
2.1 Introdução	41
2.2 Dados para a história social das variantes faladas no interior da Bahia	45
2.2.1 Alguns dados sobre a presença africana em algumas microrregiões da Bahia	50
2.2.1.1 Algumas observações sobre a escolarização dos africanos e seus descendentes no século XIX	59
2.2.2 Algumas observações sobre a presença indígena nas microrregiões estudadas	60
2.2.2.1 Rápida observação sobre a educação indígena	63
2.2.3 Algumas observações sobre a presença de brancos no interior da Bahia Colonial e Imperial: os portugueses e seus descendentes	63
2.2.4 Algumas observações gerais sobre a relação entre educação e standardização lingüística no interior da Bahia no século XIX	65
2.2.5 Alguns dados atuais sobre a região de Rio de Contas – Chapada Diamantina – Bahia	69
2.2.5.1 Os povoados estudados	70
2.2.5.1.1 As comunidades de Bananal e Barra dos Negros	70
2.2.5.1.2 A comunidade de Mato Grosso	72
2.2.6 Alguns dados atuais sobre a região de Feira de Santana	76
2.2.6.1 A comunidade da Matinha	81
2.7 Algumas considerações	83
3- DESCRIÇÃO DOS DADOS: SUJEITO NULO E MORFOLOGIA	87
3.1 Introdução	87
3.2 Sujeito nulo e aspectos morfológicos	88
3.2.1 Sujeito nulo contendo traços em discordância com o verbo	89
3.2.2 Sujeito nulo com o verbo na 3ª ps	95
3.2.3 Sujeito nulo de acordo com a pessoa gramatical e a concordância verbal	99

3.3 Aspectos semânticos	103
3.3.1 Os sujeitos nulos de acordo com o tipo de sujeito	103
3.3.1.1 Os sujeitos de referência definida de acordo com a pessoa do gramatical	103
3.3.1.2 Os sujeitos de referência arbitrária de acordo com a pessoa gramatical	115
3.4 Aspectos sintáticos: sujeito nulo de acordo com o tipo de oração	119
3.4.1 O sujeito nulo de referência definida de acordo com o tipo de oração	119
3.4.1.2 O sujeito de referência arbitrária de acordo com o tipo de oração	129
3.4.2 O sujeito nulo e a correferencialidade	132
3.4.2.1 O sujeito nulo de referência definida e a correferencialidade	132
3.5. Comentários gerais sobre outros contextos	135
3.5.1 O sujeito nulo de acordo com o tempo verbal	135
3.5.1.1 O sujeito nulo de referência definida de acordo com o tempo verbal	135
3.5.1.2 O sujeito nulo de referência arbitrária de acordo com o tempo verbal	137
3.5.2 Material pré-verbal e pré-sujeito	138
3.5.3 O sujeito de referência definida e arbitrária e o tipo de verbo	140
3.5.4 Resumindo os resultados com os contextos lingüísticos de variação	141
3.6 A atuação dos fatores sociais	142
3.6.1 Introdução	142
3.6.2 A faixa etária	142
3.6.2.1 Sujeito contendo traços em discordância com o verbo	143
3.6.2.2 Sujeito nulo quando o verbo está na 3ª ps	148
3.6.2.3 Sujeito nulo quando há concordância entre os traços do sujeito e do verbo	151
3.6.2.4 Sujeito nulo e pessoa gramatical	152
3.6.2.5 Outros fatores sociais: a escolaridade, o gênero, temporadas morando fora da comunidade-	156
3.6.3 Comparando e sintetizando os resultados	158
4- FENÔMENOS RELACIONADOS: IMPLICAÇÕES PARA A GRAMÁTICA DO PB	161
4.1 Introdução	161
4.2 Construções com duplo sujeito	162
4.3 O sujeito posposto	175
4.4 Comparação de resultados: rural <i>versus</i> urbano	182
4.4.1 Os sujeitos de referência definida	182
4.4.2 Os sujeitos de referência arbitrária	192
4.4.3 Comparação dos fatores sociais	194
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
ANEXOS	213

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.1: Resumo de porcentagem da retenção pronominal (adaptada de Tarallo, 1993).	14
Tabela 2.1: Origem, cor e gênero dos escravos – 1748 a 1749 – Chapada Diamantina – Rio de Contas	52
Tabela 2.2: Origem, cor e gênero dos escravos – 1768 -1883 – Alto Sertão da Serra Geral – Igaporã (adaptada de Neves, 1996).	55
Tabela 2.3: Origem, cor e gênero dos escravos – 1850 – 1870 – Alto Sertão – Região Nordeste-Itapicuru (adaptada de Ponde, 1974).	56
Tabela 2.4: Quantidade de escravos por unidade produtiva – Conceição do Coité (adaptada de Rios, 1997).	57
Tabela 2.5: Feira de Santana – evolução da população do município – 1950-1996 (adaptada de Freitas).	77
Tabela 2.6: Taxa geométrica de crescimento anual – 1950-1991 – Feira de Santana, Bahia, Brasil (adaptada de Freitas).	79
Tabela 3.1: Percentuais de não-concordância na 1ª <i>pp</i> e na 3ª <i>pp</i> nas três amostras.	90
Tabela 3.2: Percentuais de nulos quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo - nas três amostras.	92
Tabela 3.3: Percentuais de nulos quando o verbo está na 3ª <i>ps</i> independentemente do sujeito e percentuais de nulos com o verbo e sujeito na 3ª <i>ps</i> – nas três amostras	96
Tabela 3.4: Percentuais de nulos de acordo com as pessoas do discurso separados os casos de morfologia específica e os de morfologia zero – nas três amostras	100
Tabela 3.5: Percentuais de nulos de referência definida de acordo com as pessoas do discurso – nas três amostras	104
Tabela 3.6: Percentuais de nulos de referência arbitrária de acordo com as pessoas gramaticais	115
Gráfico 3.1: Estratégias de indeterminação	118
Tabela 3.7: Percentuais de nulos de referência definida de acordo com o tipo de oração – nas três amostras	119
Tabela 3.8: Percentuais de sujeitos nulos de referência arbitrária de acordo com o tipo de oração – nas três amostras	130
Tabela 3.9: Percentuais de sujeitos nulos de referência definida de acordo com a correferencialidade do sujeito –nas três amostras	132
Tabela 3.10: Não-concordância e concordância na 1ª <i>pp</i> por comunidade e faixa etária	144
Tabela 3.11: Não-concordância e concordância na 3ª <i>pp</i> por comunidade e faixa etária	145
Gráfico 3.2: Sujeito nulo quando não há concordância entre o sujeito e o verbo – todos os tipos de sujeito	146
Gráfico 3.3: Sujeito nulo quando não há concordância entre o sujeito e o verbo – pronominais	146
Gráfico 3.4: Sujeito nulo quando o verbo está na 3ª <i>ps</i> – diversos tipos de sujeito	148
Gráfico 3.5: Sujeito nulo quando o verbo está na 3ª <i>ps</i> – pronominais	148
Gráfico 3.6: Sujeito nulo quando verbo e sujeito são de 3ª <i>ps</i> – todos os tipos de sujeito	150
Gráfico 3.7: Sujeito nulo quando verbo e sujeito são de 3ª <i>ps</i> – pronominais	150
Tabela 3.12: Percentual de nulos quando há concordância entre o sujeito e o verbo – 1 ^{pp} e 3ª <i>pp</i>	151
Tabela 3.12: Sujeito nulo específico e pessoa gramatical por faixa etária e por comunidade	152
Tabela 3.14: Sujeito nulo arbitrário e pessoa gramatical por faixa etária e comunidade	154
Gráfico 3.8: Sujeitos nulos pronominais por faixa etária e comunidade	155

Tabela 4.1: Resumo das estruturas de duplo sujeito	174
Tabela 4.2: Resumo das estruturas de duplo sujeito por tipo de sentença	175
Tabela 4.3: Ocorrências de VS por tipo de verbo, faixa etária e comunidade	178
Tabela 4.4: Ocorrências de VS por tipo de sentença, faixa etária e comunidade	178
Tabela 4.5: Ocorrência de sujeito nulo com relação às pessoas gramaticais de referência definida e faixa etária – nas três comunidades (sem as coordenadas não-iniciais)	183
Tabela 4.6: Adaptada de Duarte – Percentual de sujeito nulo de referência definida com relação à faixa etária	184
Tabela 4.7: Percentual de sujeitos nulos com relação às pessoas do discurso de referência definida e a faixa etária (adaptada de Cunha, 2003)	195
Gráfico 4.1: Comparativo	197

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo discutir o sujeito nulo no português brasileiro (PB) à luz de dados que podem se revelar ricos para esta discussão, amostras do português falado em áreas rurais do interior da Bahia.

A motivação inicial para este estudo foi de natureza sócio-histórica. Ao desenvolver um projeto de pesquisa¹ intitulado *A língua portuguesa falada no semi-árido baiano*², que visa estudar não só a realidade lingüística atual de comunidades rurais, mas também conhecer as condições de implantação e consolidação da língua portuguesa na região, tive que realizar pesquisas sobre a formação sócio-histórica-demográfica³ das localidades escolhidas pelo projeto. Esta pesquisa mostrou que há diferenças de formação entre elas. Ao fazer essa constatação, questionei-me sobre a possibilidade de seus falantes usarem ou não uma mesma variedade lingüística.

Este questionamento inicial me levou ao projeto de doutorado, no qual uma das questões centrais é: as diferentes variações encontradas na fala das pessoas dessas comunidades se dão no interior de uma mesma gramática?

Assim, antes mesmo de decidir sobre o fenômeno sintático que poderia me auxiliar a obter uma resposta, pelo menos parcial, para esta e outras questões, escolhi como amostra entrevistas realizadas em três das comunidades que faziam parte do mapeamento do projeto

¹ Projeto desenvolvido, desde 1996, na Universidade Estadual de Feira de Santana/DLET, de acordo com resolução do CONSEPE 0031/98, coordenado pela autora desta tese. O projeto está disponível www.uefs.br/pesquisa/nelpru.

² Antes mesmo da implantação do referido projeto tínhamos (eu e a colega Zenaide Carneiro), em 1994, feito viagens pela Bahia, por conta do Projeto *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas*, coordenado por Alan Baxter e Dante Lucchesi, em busca de comunidades quilombolas que pudessem ainda apresentar resquícios de línguas crioulas.

³ cf. Almeida e Carneiro, 1999, 2002 e Carneiro e Almeida 2002.

supracitado. Duas dessas comunidades são muito próximas, mas com formações demográficas diferenciadas. Uma de descendentes de ‘brancos’ portugueses e paulistas, fundada na zona de mineração baiana no final do século XVII e início do XVIII e a outra de descendentes de escravos africanos que vieram trabalhar nesta mesma zona de mineração. A terceira comunidade foi formada no século XIX por brasileiros⁴. O capítulo 2 será dedicado à discussão sobre a formação sócio-histórica dessas localidades e, conseqüentemente, sobre a sua formação sociolingüística.

Delimitado o *corpus* para a análise, escolhi o sujeito nulo como tema sintático, por diversos motivos. Um deles foi o fato de este ser um dos epifenômenos mais bem descritos no português do Brasil em variedades urbanas, mas não em variedades rurais⁵, sendo esta uma lacuna que precisa ser preenchida para que se chegue a generalizações cada vez mais féis sobre o PB. Outro motivo é o fato de este fenômeno estar relacionado a um parâmetro, o Parâmetro do Sujeito Nulo, o que me dará uma visão da gramática e não apenas de um único fenômeno em si. Penso que posso adotar essa visão de parâmetro mesmo trabalhando com dados de Língua E (Externa),⁶ na tentativa de enxergar uma gramática por trás destes dados, pois como questionou Kato (2003:265)

⁴ Esta amostra foi feita exclusivamente para esta tese, bem como a amostra da comunidade de Mato Grosso. Após a defesa, toda a amostra será disponibilizada.

⁵ O tema no sujeito nulo tem sido muito trabalhado com amostras de fala urbana, tanto oral quanto escrita, mas com amostras de fala rural não há muitos estudos deste tipo. Em 2003, foi defendida uma tese de doutorado na USP, tratando deste tema, tendo por base amostras de fala de pessoas da zona rural do Maranhão, especificamente de comunidades quilombolas (cf. Cunha, 2003), sendo esse o único trabalho que trata do sujeito nulo em variedades rurais a que tive acesso.

⁶ Língua E é colocada em oposição a Língua I. Enquanto esta seria “o sistema cognitivo incorporado no estado final da sua faculdade da linguagem (na sua FL), consistindo num repositório de conhecimento sobre sons, significados e organização estrutural”, aquela é o “conjunto de frases “gramaticais” de uma língua enquanto objeto sociológico, externo” (PM, pág 18).

Com relação à criança, a teoria gerativa postula que ela aprende sua língua apenas através de dados positivos da língua-E. Ora, se esta pode construir sua gramática através de dados positivos de Língua-E, por que nós lingüistas não poderíamos desvendar a gramática de uma língua, presente ou passada, através de um *corpus* criteriosamente selecionado?

Outro motivo que me levou à escolha deste tema foi a observação da grande redução que se verifica no paradigma verbal usado nessas localidades⁷, principalmente em duas delas. Esse fato, para mim, naquele momento, levaria a um alto índice de preenchimento da posição de sujeito.

Abaixo coloco o paradigma 1 do urbano culto/semi-culto⁸ e o paradigma 2 do rural não culto.

Paradigma 1

Eu canto

Você canta

Ele/ela canta

Nós cantamos/a gente canta

Vocês cantam

Eles/elas cantam

Paradigma 2

Eu canto

Você canta

Ele/ela canta

Nós canta/ a gente canta

Vocês canta

Eles/ elas canta

O que se vê acima é um paradigma 2 muito mais reduzido do que o 1. Naquele a oposição é apenas entre a 1ª pessoa do singular e todas as outras, e em alguns tempos verbais, como o imperfeito do indicativo e o subjuntivo, não há nenhum tipo de oposição (eu cantava, você cantava, a gente cantava...). É bom esclarecer que o paradigma 1 é também utilizado na

⁷ Cf. Silva, 2000 e Almeida, 2001.

⁸ Os conceitos de português culto, semi-culto, popular serão discutidos oportunamente.

zona rural, no entanto de uma forma bastante restrita, pois alguns de seus falantes estão passando por um processo de aquisição mais ou menos recente de marcas morfológicas, via escolarização e outras formas de contato com o PB culto ou semi-culto. Fato que pode ser visualizado a partir de dados dos falantes com o curso primário e dos falantes analfabetos, como, exemplificado, abaixo e como será discutido no capítulo 3:

- (1) *É, porque se eles faz o de comer, os de fora come o de comer moça. Eles come o de comer, porque se eles num for... não falta os festeiro fazer os de comer não, por causa do povo de fora. Os daqui não, os daqui pode comer em suas casa. Agora vem gente de fora, os de fora não vai trazer de comer. (BB, inf. Analfabeta, f. F.3).*
- (2) *Agora prantamo... Agora das água não ganhamo nada porque não choveu, num teve chuva. E aqui na estra... onde a gente vem... prantamo, aqui num tem água regadia. E nós que moramo aqui não tem água regadia. E nós prantamo, esse ano foi um bando de chuva, a roça perdeu tudo até inclusive o meu feijão... (BB, inf. Alfabetizada, 3ª série primária, f. F.1).*

Penso que as motivações iniciais para o enfraquecimento da concordância não foram as mesmas nas duas grandes variantes do PB (cf. capítulo 3). No português culto, originado do português europeu (PE), implantado na costa brasileira, (cf. Silva Neto, 1950. ed. 1986), esta redução do paradigma começou, provavelmente, com a introdução do *você* variando com o *tu*⁹. No português popular, variedade originada do contato entre o português, falado por brancos pobres, e as línguas indígenas e africanas, esta redução morfológica deve ter ocorrido de forma mais drástica, não só a partir do uso do *você* como a 2ª pessoa, mas por conta, também, de reduções fonológicas que foram aceleradas pelo aprendizado imperfeito do

⁹ Como será mostrado no capítulo 3, alguns autores discordam dessa posição (cf. De Oliveira, 2001 e De Oliveira e Ramos, 2002).

português¹⁰. Essas reduções são comuns em situações de contato lingüístico (cf. Kroch, 2001).

Assim, a partir de discussões sobre sujeito nulo e morfologia, este estudo procurará mostrar que o fenômeno do sujeito nulo apresenta algumas diferenças no que diz respeito ao seu comportamento nas variedades urbanas já descritas (cf. Duarte, 1995, Figueiredo Silva, 1996, Modesto, 2000 e outros) com relação as variedades rurais aqui analisadas. Estas, apesar de se mostrarem mais ou menos próximas ao urbano no que se refere ao comportamento dos referenciais definidos de 1^a e 2^a pessoas, não possuem o mesmo comportamento no que diz respeito aos sujeitos de 3^a *ps*, especialmente os -animados. Além disso, diferentemente das variantes urbanas, a estratégia preferida para indeterminação do sujeito é o uso da categoria vazia (**cv**).

Desta forma, um dos objetivos desta tese é verificar, a partir da descrição, quais os contextos lingüísticos e sociais que inibem ou favorecem a categoria vazia na posição de sujeito, procurando, na medida do possível, observar se essas variações se dão, como já dito, no interior de uma mesma gramática ou em gramáticas diferentes¹¹. Para tanto, o comportamento das variantes nula e plena será observado levando-se em consideração o tempo aparente, ou seja, a análise geracional, além da escolaridade.

¹⁰ Em lugares, por exemplo, em que a língua portuguesa passou por processos de criouliização “forte” há uma total perda de morfologia que é recuperada, de certa forma, por afixos que passam a categoria lexical ou morfema livre, como parece ser o caso das marcas de tempo do crioulo português da Guiné Bissau, o que pode ser visto nos exemplos abaixo retirados do trabalho de Couto (1994:108).

Ex.: I *na* fuma (ele fuma, está fumando)
I *ba* fuma (ele foi fumar)
I *ta* fuma (ele fuma, ele é fumante)
I fuma *ba* (ele tinha fumado, fumara)

¹¹ Gramática não simplesmente no sentido individual, mas como um conjunto de propriedades utilizadas por uma comunidade de fala que tiverem acesso a mais ou menos o mesmo *input* no processo de aquisição da linguagem.

Discutirei, ainda, a proposta de que sujeito nulo e morfologia verbal estavam muito mais relacionados na história recente do PB (cf. Galves (1987 [2001], 1993)¹², Duarte (1995), Kato (1999, 2000, 2003), Modesto, 2000, Figueiredo Silva (1996)).

Assim, a partir dos dados encontrados, a hipótese levantada é a de que a identificação das categorias vazias em posição de sujeito nas variedades rurais não é feita preferencialmente pela morfologia, conforme atestado por diversos autores para outras variedades. Com o enfraquecimento da concordância verbal, surgiram novas formas de identificação dessas categorias vazias que estão relacionadas com a questão do português brasileiro ter se tornado uma língua de proeminência de tópico (cf. Pontes (1987), Galves (1986 [2001]), Negrão (1999)). Segundo Huang, em línguas voltadas para a sentença se há um enfraquecimento da flexão não há como identificar as categorias vazias na posição de sujeito. Em contrapartida, em línguas orientadas para o tópico esta identificação é feita a partir da ligação da categoria vazia com um tópico discursivo que também pode ser vazio.

O fato de serem preferencialmente identificados a partir de um referente externo não impede que o sistema mantenha sujeitos nulos identificados pela concordância, principalmente os de 1ª pessoa do singular e também do plural. Será mostrado, no decorrer da análise, que há ainda sujeitos nulos deste tipo na variedade aqui analisada em número maior, apesar da pobreza morfológica, que o encontrado em dialetos urbanos. Neste sentido, há que se investigar se este tipo de identificação é resquício de uma gramática anterior ou se é uma aquisição periférica, ocorrida por conta da escolarização e de contatos com uma variante do português que mantém este tipo de estrutura.

Procurando discutir estas questões, esta tese foi organizada da seguinte forma.

¹² Galves (1993) coloca outros aspectos da estrutura sentencial como relacionados com a concordância.

O capítulo 1 será dedicado a uma apresentação do fenômeno do sujeito nulo, dando uma visão do geral dentro da teoria gerativa, que tem acumulado muitas discussões sobre o tema, bem como as análises sobre o mesmo no português brasileiro. Além disso, ao final, serão explicitados os contextos de variação que serão utilizados na análise.

No capítulo 2, será feita uma apresentação das comunidades, levando-se em consideração fatos da formação sócio-histórica das mesmas. Não tenho como objetivo primeiro, nesta tese, as questões socioculturais relacionadas ao fenômeno lingüístico do sujeito nulo. No entanto, na medida do possível, tentarei verificar se a variedade lingüística falada nessas regiões, principalmente no que diz respeito ao fenômeno em estudo, reflete processos ocorridos na formação da mesma. Como se sabe esse processo se deu a partir do contato do PE com as línguas indígenas e africanas.

Como este trabalho é de natureza empírica, nos moldes da teoria variacionista, com certo olhar gerativista¹³, no capítulo 3 será feita uma descrição do tema em estudo, levando-se em consideração diversos contextos de variação tanto lingüísticos quanto sociais, explicitados no capítulo 1, procurando verificar se há ambientes em que sujeito nulo seja categórico e se há ambientes nos quais ele não é mais permitido.

No capítulo 4, serão examinados outros fenômenos relacionados tanto ao sujeito nulo quanto ao preenchimento, como a inversão livre e o duplo sujeito, o que nos levará a ter outras evidências sobre a maior ou menor implementação¹⁴ do preenchimento. Além disso, serão

¹³ Sobre a visão de se juntar metodologia variacionista e teoria gerativa ver Kato, 1999a, Tarallo e Kato, 1989, Ramos, 1999.

¹⁴ O termo “implementação” está sendo usado aqui no sentido laboviano de como uma dada variante “vai ampliando seus contextos até a sua consecução” (Paiva e Duarte, 2003).

comparados os resultados aqui descritos com os já existentes para o dialeto¹⁵ urbano, principalmente com o trabalho de Duarte (1995)¹⁶.

¹⁵ O termo “dialeto” está sendo usado neste trabalho em um sentido bem genérico, como sinônimo de variedade lingüística.

¹⁶ Para Naro e Scherre (2003), o fato de haver mais sujeitos explícitos em PB não podem ser explicados a partir da transmissão lingüística irregular, já que os *pidgins* e crioulos são considerados menos marcados seria de se esperar o sujeito nulo.

CAPÍTULO 1

O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: os

ingredientes do debate

O português, tomado em seu conjunto, traz questões particularmente instigantes para o sintaticista, porque ele apresenta fenômenos ausentes das outras línguas românicas, pelos menos as mais estudadas. (Galves, 2001:15).

1.1 Introdução

Neste capítulo serão apresentadas, de forma geral, algumas questões teóricas que existem em torno do sujeito nulo (item 1.2). Em 1.3, resumirei alguns dos principais estudos sobre esse tema no PB, procurando avaliar o que eles têm em comum. Além disso, no item 1.4, descrevo os critérios que nortearam a separação dos contextos de análise.

1.2 A questão do sujeito nulo e o parâmetro *pro-drop*

Há línguas humanas que possuem um sistema morfofonológico de marcação de pessoa, gênero e número bastante reduzido, enquanto que outras apresentam este sistema muito rico. Nas línguas românicas, uma propriedade aparece associada à questão da existência de um paradigma verbal rico: o sujeito nulo.

O Português Europeu (PE), por apresentar uma morfologia verbal rica, tem como característica a identificação da categoria vazia da posição de sujeito a partir de morfemas. No entanto, como se sabe, o Português Brasileiro (PB), especificamente o Português Popular Brasileiro (PPB), sofreu e vem sofrendo uma redução e/ou reestruturação no seu paradigma

verbal. Esta redução, para estudiosos, como, por exemplo, Tarallo (1993) e Duarte (1995), vem levando essa língua a apresentar um maior preenchimento da posição do sujeito, com tendência a mudança na direção não *pro-drop*. Outros, no entanto, dizem que esta redução fez com que o PB passasse a apresentar sujeito nulo diferente do encontrado em outras línguas românicas (Galves, 1984, 1990 [2001], Kato, 1999a, 2000, Figueiredo Silva, 1996, Modesto, 2000).

O uso de categorias vazias na posição de sujeito é relacionado a um parâmetro. Um parâmetro é uma série finita de opções de aplicações dos princípios universais, ou seja, “a UG em FL₀¹⁷ contém dois tipos de princípios: princípios rígidos e princípios “abertos”, com dois valores possíveis” (Raposo¹⁸, 1995:21), que são marcados a partir de dados positivos aos quais a criança é exposta. Exposições a dados diferentes, ou seja, a Línguas-E’s diferentes, resultarão em gramáticas diferentes.

Um dos primeiros parâmetros a serem formulados foi o parâmetro *pro-drop*. Línguas positivamente marcadas permitem ou até exigem categoria vazia na posição de sujeito e línguas negativamente marcadas têm essa posição preenchida. Quando foi inicialmente pensado por Chomsky (1981, 1982, 1988), esse parâmetro era associado, como já dito, a uma morfologia rica. Segundo ele:

The idea is, then, that there is some abstract property of AGR, correlated more or less with overt morphology, that distinguishes *pro-drop* from non-*pro-drop* languages, from which the clustering of properties in (1). (1988: 241).

¹⁷ FL₀ é a faculdade da linguagem em estado inicial (cf. apresentação de Raposo para a tradução para o português do programa minimalista, 1995).

¹⁸ Apresentação da tradução do Programa Minimalista de Noam Chomsky, 1995.

Chomsky (1988:240) apresenta as seguintes propriedades como fazendo parte das línguas *pro-drop*:

- (1) a) sujeito nulo;
- b) inversão livre do sujeito em orações principais;
- c) pronome lembrete nulo em orações encaixadas;
- d) aparente violação do filtro ‘that t’.

No entanto, a partir do clássico trabalho de Huang (1984, 1989), amplamente citado na literatura especializada, esse parâmetro tem sido repensado e reformulado, pois esse autor apresentou dados de sujeitos nulos em uma língua sem morfologia, o chinês. Assim, postulou-se que algumas línguas usam as marcas morfológicas para identificação das categorias vazias e outras não.

Huang¹⁹ diz que a formulação de um parâmetro apropriado para responder pela distribuição das categorias vazias está associado a dois outros. Um que distingue as línguas de tópico zero das línguas de tópico não zero e outro que distingue as línguas *pro-drop* das línguas não *pro-drop*. A possibilidade de permitir ou não uma variável ligada a um tópico zero está associada a um parâmetro mais geral que separa as línguas orientadas para a sentença das línguas orientadas para o discurso. Nas línguas voltadas para a sentença, como já colocado na introdução, se há enfraquecimento da flexão não há como identificar as categorias vazias. Nas línguas orientadas para o discurso, essa identificação é feita a partir da ligação da categoria vazia com um tópico discursivo que pode também ser vazio gramaticalmente.

Rizzi (1986), ao trabalhar com posição de objeto, diz que nas análises das categorias vazias deve-se levar em consideração dois aspectos: um que diz respeito ao licenciamento, ou

¹⁹ Huang baseia sua proposta, no que diz respeito à separação entre línguas orientadas para o discurso e línguas orientadas para a sentença, no trabalho de Tsao (1977).

seja, às condições estruturais que permitem a ocorrência dessas categorias e o outro que diz respeito à identificação, ou seja, como os seus conteúdos podem ser recuperados.

Dentro desta perspectiva, Jaegli e Safir (1989) apresentam a proposta de que o sujeito nulo não é identificado simplesmente por uma morfologia rica. Eles discutem algumas controvérsias que existem em torno da categoria vazia na posição de sujeito, principalmente sobre os processos de licenciamento e identificação, procurando mostrar a distinção entre eles. Assim, propõem que para o seu licenciamento o sujeito nulo deve contar com uma morfologia uniforme, definida como:

An inflectional paradigm P in a language L is morphologically uniform iff P has either only underived inflectional forms or only derived inflectional forms (Jaeggli e Safir 1989: 43).

A identificação, por outro lado, pode ocorrer em línguas que possuem morfologia, através do número e da pessoa, e em línguas sem concordância pode ser feita por um INFL mais baixo de um INFL mais alto ou NP C-dominante. No caso da identificação por concordância, Agr tempo pode identificar e reger a categoria vazia *pro*.

No entanto, o PB é um contra exemplo a essa proposta de Jaegli e Safir, pois sujeitos nulos são licenciados mesmo não havendo uniformidade morfológica nos termos colocados por eles.

Roberts (1993), ao tratar dessa questão, no intuito de resolver esse tipo de problema, diz que o parâmetro do sujeito nulo engloba dois tipos de riqueza para Agr, uma riqueza formal e uma funcional. Uma morfologia é formalmente rica se tem um morfema para cada pessoa e funcionalmente rica se permite no máximo um sincretismo e uma forma zero. O PB, neste caso, também traz um problema para esta proposta, pois não apresenta um paradigma

nem formalmente nem funcionalmente rico, já que é composto de formas derivadas e não derivadas e possui mais de uma forma zero ou mais de um sincretismo (2^a e 3^a pessoas).

Desta forma, o PB é uma língua singularmente rica para a discussão do parâmetro do sujeito nulo exatamente porque parece não se encaixar nessas formas de licenciamento apresentadas pelos autores acima citados. No que diz respeito à identificação, o mesmo problema ocorre, pois em alguns contextos a mesma parece acontecer via morfologia e em outros contextos através de um tópico discursivo.

Assim, há, hoje, no que se refere ao PB, duas grandes discussões dentro dos estudos que tratam do sujeito nulo. A primeira é referente ao fato de que se há ainda sujeito nulo na gramática “ativa” desta língua ou se são meros “resíduos” de gramáticas anteriores. A outra discussão que ocorre entre aqueles que acreditam que essa língua é ainda *pro-drop*, diz respeito à forma ou formas de licenciamento e identificação da categoria vazia sujeito. Abaixo resumirei um pouco essa discussão.

1.3 O sujeito nulo no Português Brasileiro

Como já dito na seção anterior, existem alguns autores que acreditam que o PB está deixando de ser uma língua do grupo *pro-drop*, entre eles os mais citados são Tarallo (1993) e Duarte (1993, 1995).

Tarallo (1993 com base em Tarallo 1985) foi um dos primeiros pesquisadores a chamar a atenção para o fato de que o PB, ao mesmo tempo em que passava a apresentar uma maior retenção pronominal na posição de sujeito, passa a apresentar esvaziamento pronominal na posição de objeto, como pode ser visto na tabela abaixo, adaptada de Tarallo (1993: 84):

Tabela 1.1: Resumo da porcentagem da retenção pronominal (adaptada de Tarallo (1993)).

Tempo/função	1725	1775	1825	1880	1981
Sujeito	23.3%	26.6%	16.4%	32.7%	79.4%
Objeto direto	89.2%	96.2%	83.7%	60.2%	18.2%
(SPs)	96.5%	98.9%	91.3%	72.9%	44.8%

Neste caso, vê-se uma mudança de hierarquia da retenção pronominal que passa de

SPs > objetos diretos > sujeitos

para

sujeitos > SPs > objetos diretos

A partir desse e de outros estudos, como, por exemplo, o de Berlinck (1989) sobre a ordem, o referido autor chega à conclusão de que a modalidade brasileira da língua portuguesa é um sistema “em fase de transição de língua “pro-drop” para não “pro-drop²⁰”, isto é, uma mudança paramétrica” (89-90).

Duarte (1995) procura confirmar esta afirmativa de Tarallo através de uma pesquisa que utiliza dados não só de tempo real, mas também de tempo aparente. Os dados de tempo real corroboram as estimativas colocadas na tabela 1.1 acima, pois mostram a perda gradual do sujeito nulo que apresentava em 1845 80% de categorias vazias, ou seja, apenas 20% de retenção pronominal e 26% de nulos em 1992, ou seja, 74% de plenos pronominais.

Para o estudo com o tempo aparente, a autora trabalha com duas amostras diferenciadas: fala informal com pessoas com nível universitário e entrevistas de rádio e TV.

²⁰ Penso, mas essa não será uma questão discutida nesta tese, que quando essa língua estava em processo de mudança, ou seja, quando uma gramática de orientação para a sentença conflitava com uma gramática de orientação para o discurso estava ocorrendo uma rápida mudança no sentido não *pro-drop*, conforme atestaram Tarallo, Duarte e outros. Ao passar para uma orientação para o discurso essa tendência foi um pouco barrada e os sujeitos nulos se mantiveram no sistema, mesmo que não tão produtivos quanto em outras fases da língua, licenciados por Tempo (fundido com Agr), ou seja, Infl (cf. Galves, 1987, 1990/2001) e identificados através de uma variável ligada a um elemento da sentença ou a um tópico discursivo, mesmo que nulo (Huang).

Com base nesses dados, mostra que os jovens fazem uso de apenas 21% de *cv*s na 1ª *ps*, diferentemente dos idosos que ainda apresentam 33%; já com 3ª *ps*, os indivíduos mais idosos utilizam 50% de nulos, enquanto que os mais jovens 29%. Assim, ela diz que o PB está deixando de ser uma língua que possui sujeito nulo e que o enfraquecimento da concordância e a mudança do sistema pronominal tiveram um papel relevante para esse processo, chegando à conclusão de que o uso de *cv* em posição de sujeito não é mais uma regra obrigatória e sim uma regra variável com nítida preferência pelo sujeito pleno. Nas palavras de Duarte (1993: 141):

Os resultados a que a análise variacionista nos permitiu chegar revelam que o português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo pro-drop por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia “rica” para tal processo, confirmando a hipótese de Roberts.

Ela mostra, nesse estudo, que os contextos em que o sujeito nulo de referência definida ainda resiste são os que apresentam a 3ª *ps* em orações com sujeitos correferentes, além das coordenadas não analisadas por ela. Os contextos que desfavorecem os sujeitos nulos são os que apresentam material em SPEC de CP, ou seja, em sentenças relativas e interrogativas. Tal preenchimento nesse tipo de oração também foi observado no PE.

Duarte diz ser a categoria vazia em posição de sujeito em PB um pronome nulo *pro*, discordando assim das propostas de vários outros pesquisadores que serão apresentadas abaixo. Ela conclui que o AGR continua licenciando o *pro*, mas sua identificação fica cada vez mais comprometida pela perda do traço de pessoa. Diz ainda que a necessidade de um referente no discurso para identificação do sujeito nulo não é incompatível com um pronominal nulo.

Diferentemente de Tarallo e Duarte que acreditam que o PB está deixando de ser uma língua *pro-drop*, outros estudiosos (Negrão, 1999, Negrão e Muller, 1996, Negrão e Viotti, 2000) não vêem essa mudança, mas sim uma especialização de formas que estaria levando o PB a ser uma língua de sujeito nulo diferente de outras línguas românicas (cf. Galves, 1984, 1990, Kato, 1999, 2000, Figueiredo Silva 1996 e Modesto, 2000, entre outros). Entre estes, há os que acreditam que a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito é um pronominal (*pro*) e os que a interpretam como uma variável ou anafórico.

Galves (1984, 1987, 1986 [2001]), que se inscreve entre os que acreditam que há relação entre a estrutura sentencial e as marcas morfológicas, ao apresentar diferenças entre o PE e PB, mostra que, no PB, o sujeito nulo de 3ª *ps* em sentenças finitas com tempo, se não tiver um antecedente será sempre indeterminado, enquanto no PE é a marca morfológica de pessoa que assegura a interpretação determinada²¹. Nas relativas e completivas, o sujeito nulo seria uma categoria vazia ligada (cf. Galves, 1984). Nas relativas seria uma variável presa a um elemento em COMP e nas completivas seria ligada a um SN em posição A ou a um pronome livre

Em outro trabalho (1990/[2001]), a autora continua acreditando ser o PB ainda uma língua *pro-drop*, porque apresenta sujeitos nulos, principalmente na 3ª *ps*. A categoria vazia seria legitimada por Tempo contido em Infl, pois para Galves (1990) Agr e Tempo não são projetados independentemente em PB, por esta língua ter um sistema de concordância defectivo. No entanto, em Tempo não há traços que possam identificar a *cv*, não havendo nenhum traço de número ou pessoa que possa fazê-lo e não havendo também nenhum antecedente, o sujeito será interpretado como indeterminado, como já dito.

²¹ Com as infinitivas, segundo a autora, a ausência do traço + ou – pronominal na concordância do PB faz com que se prescindia do *se* para expressar indeterminação.

Desta forma, em linhas gerais, Galves concorda com a proposta de Iatridou (1990), no sentido de que algumas línguas não possuem Agr independente. Para ela, em PB o traço de pessoa licencia o sujeito nulo e possibilita, juntamente com Tempo, o movimento de verbo. Nesse sentido, o trabalho de Galves será muito importante para se discutir o *corpus* utilizado nesta tese, pois serão descritos dados de comunidades de fala que usam uma morfologia de número muito reduzida, mas com a presença de morfemas de pessoa nos quais a oposição básica é entre a primeira e a terceira pessoa, apesar de haver a distinção semântica das três pessoas do discurso. No entanto, apesar desta redução morfológica há um percentual considerável de sujeitos nulos, não sendo uma morfologia rica, nos termos de Roberts (1993), que os licencia, muito menos uniforme, nos termos de Jaeggli e Safir (1989), portanto, essa junção de Tempo e Infl é importante para esse licenciamento.

Para Kato (2000), a mudança do sistema de concordância também levou a outras mudanças na estrutura sentencial. Em artigo intitulado *The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese*, a autora defende que a perda do sujeito nulo e a perda da inversão livre estão relacionadas e que as mesmas derivam de uma mesma propriedade do sistema de concordância. É colocado ainda que os sujeitos nulos de 3ª pessoa e as construções VS com verbos inacusativos não são fenômenos residuais, mas uma parte da gramática estável, sendo o PB uma língua de sujeito nulo parcial.

A autora, em 2003, retoma essas idéias argumentando que o PB apresentava sujeitos nulos porque contava com um paradigma de flexões pronominais que dispensava os pronomes. Com a perda da flexão de 2ª pessoa, os morfemas deixam de ser distintos, perdendo assim seu caráter pronominal. A única que mantém este caráter é a 3ª pessoa do singular, cuja flexão é zero, por isso ainda há categorias vazias na posição de sujeito nesta pessoa. Neste sentido, ela faz uma distinção entre pronomes fortes e fracos. Os pronomes

sujeitos do PE seriam fortes e externos à sentença. Em PB podem ser fortes e fracos, sendo estas formas homófonas, é possível também a construção em que o fraco redobra o forte.

Uma outra pesquisadora que trabalha com o sujeito é Figueiredo Silva (1996). A autora tem como objetivo explicitar a posição do sujeito no PB, trabalhando com a flexão verbal, procurando mostrar que o enfraquecimento da concordância nessa língua não resultou na perda do movimento longo do verbo.

No capítulo 4, que trata do sujeito em sentenças finitas com tempo, a autora chega à conclusão de que *pro* ainda existe na gramática do PB, “mas que a falta do traço de pessoa na morfologia verbal torna impossível, fora do contexto, um sujeito nulo com interpretação definida”. (pág. 137). É interessante observar que nos dados analisados nesta tese ainda aparecem alguns casos de sujeito nulo em encaixada com referência definida e sem um correferente na sentença anterior, construções que para a autora são ou muitos marginais ou agramaticais em PB²², como no exemplo abaixo:

(1) [6] a. * A Maria disse que **cv_i** vendi o carro.

Entretanto é possível, ainda, segundo Figueiredo Silva, encontrar sujeitos nulos em contextos apropriados, como em matrizes ou em encaixadas com sujeitos com dependência referencial, como em **b.**:

b. **Eu_i** A Maria disse que **cv_i** vendi o carro muito caro.

Modesto (2000) procura encontrar uma alternativa que explique a identificação do sujeito no nulo no PB, já que não há mais morfemas verbais suficientes que possam identificá-los. A alternativa encontrada pelo autor é a de que o sujeito nulo nessa língua seria uma

²² Na nota 9, do quarto capítulo, a autora chama a atenção para o fato de que os juízos de gramaticalidade destas construções não são os mesmos para todos os falantes.

variável ligada pelo elemento mais próximo em posição A-barra, sendo, portanto, um fenômeno unitário, diferente do que propõe Figueiredo Silva.

Em seu texto fica subentendido que em algum momento da história do PB era a concordância que identificava as categorias vazias em posição de sujeito. Com o enfraquecimento da mesma, essas categorias passaram a ser identificadas por uma ligação com um tópico zero, provavelmente e inicialmente como uma analogia a categorias vazias em outras posições. Para ele, o que pode ter acontecido, hipoteticamente, seria o seguinte: com o enfraquecimento da flexão as crianças se viram “obrigadas” a preencher a posição de sujeito. No entanto, em contato com a gramática dos pais, essas crianças sofreram influências que as fizeram usar também sujeitos nulos, acomodando essa nova contribuição. Um modo de acomodar essa contribuição foi interpretar esse sujeito nulo como resultado de topicalização e apagamento de tópico NP.

Essa proposta de Modesto, de que as crianças se viram obrigadas a preencher a posição de sujeito por conta do enfraquecimento da concordância e depois adquiriram o nulo em contato com a gramática dos pais, é um pouco complicada para a variante rural, pois são exatamente os mais velhos que usam um pouco mais as categorias lexicais.

Ferreira (2000) também se dedicou ao estudo das categorias vazias não só em posição de sujeito, mas também em posição de objeto. Para a posição de sujeito, esse autor propõe que em determinadas sentenças do PB, especialmente as encaixadas, as *cv*s são vestígios (cópias apagadas) resultantes do (hiper)alçamento de um sintagma que ocupava originalmente essa posição. Além disso, como Figueiredo Silva, esse autor também diz que não há mais sujeitos nulos definidos fora de um contexto, ou seja, essa *cv* deve estar ligada a uma categoria existente na sentença imediatamente anterior.

Nicolau (1995) apresenta uma tese com objetivo não só de discutir o *status* da categoria vazia na posição de sujeito em PB, mas de defender que sujeito nulo e a ordem VS não são derivadas de uma única propriedade mais abstrata, ou seja, para ela sujeito nulo e ordem são duas propriedades independentes. Além disso, ela defende que o PB ainda é uma língua *pro-drop* e que o sujeito exibido nessa língua, interpretado como pessoa, pode ser identificado através tanto de uma ligação comum entre esse sujeito e um DP (contido na sentença ou no discurso), como também através da ligação especial entre tal sujeito e uma marca morfofonológica especificada com o subtraço + pessoa²³. Outras propostas colocadas anteriormente também dizem que há mais de um mecanismo de identificação da *cv* na posição de sujeito em PB.

Negrão (1999), uma das defensoras da proposta de que não há relação entre sujeito nulo e flexão no PB, apresenta evidências de que o PB é uma língua voltada para o discurso²⁴. A argumentação para provar tal afirmativa será, principalmente, a partir da discussão do Parâmetro do Sujeito Nulo. Nesse sentido, ela discorda da proposta de Galves e, também, no meu entendimento, de Kato, Duarte e outros. No entanto, ela diz que a inovação do seu trabalho começa com o questionamento da assunção consensual de que o PB começa a deixar de pertencer às línguas *pro-drop*, que, como vimos, na verdade, não é tão consensual assim. Ela questionará os estudos que derivam a estrutura sentencial dessa língua do processo de reestruturação de seu sistema de flexão verbal, ocasionado pela perda das desinências verbais marcadoras das pessoas do discurso no verbo. A autora utilizará não só os dados empíricos, mas também os princípios da teoria gerativa para elaborar uma descrição sobre o PB que leve

²³ Na sua tese, Nicolau analisa conjuntamente tipos de sujeitos que apresentam comportamentos bem diferenciados, a saber: expressão-R, SN complexo, Forma Qu-, pronome, forma de tratamento, VP e CP, além de quatro tipos de sujeito nulo: pro de referência definida, pro arbitrário, pro expletivo e PRO, ou seja, a autora trabalhou não só com os sujeitos pronominais em sentenças finitas com tempo, mas também com sujeitos nominais e sentenças finitas e infinitivas, tornando assim difícil a comparação entre seus resultados e os nossos.

²⁴ Galves e outros também dizem ser o PB uma língua voltada para o discurso.

a demonstrar que a pobreza da flexão não está diretamente relacionada ao desaparecimento de categorias vazias ou à realização de pronomes plenos. Para ela, o caminho traçado deve ser o inverso, as propriedades que fazem do PB uma língua voltada para o discurso esvaziaram a função que o sistema de marcas flexionais tem voltado para o sujeito.

Para Negrão (1999:ix) uma língua voltada para o discurso é a que

(...) privilegia na constituição de suas sentenças marcar a função informacional de seus constituintes, ou seja, funções como tópico do discurso ou foco, ou ainda, o escopo de sintagmas quantificados em detrimento de correlacionar posições sintáticas à realização das relações temáticas de predicadores.

É adotada a proposta de Huang (1984), segundo a qual em línguas orientadas para o discurso a estrutura básica não é sujeito-predicado. Para a autora, o sujeito da predicação em PB ocupa uma posição fora da sentença, sendo esta, segundo ela, uma posição consensual entre os estudiosos do PB²⁵. A pesquisa, feita pela autora a partir de entrevistas com crianças de 5ª série, mostrou que o paradigma reduziu a marca da não pessoa à 3ª ps. Além disso, ela diz que o preenchimento da posição de sujeito não é uma resposta do sistema referencial do PB a alguma impossibilidade de as marcas morfológicas de flexão funcionarem como clíticos na identificação da referência das categorias em posição de sujeito, pois, apesar de as marcas de flexão ainda exercerem uma função na identificação das cvs, essa recuperação é feita preferencialmente por um SN antecedente.

Essa proposta da autora é retomada por Negrão e Viotti (2000), que mantêm a assunção de que o PB é uma língua orientada para o discurso e que o enfraquecimento do paradigma flexional não está relacionado ao decréscimo do sujeito nulo, assim a reestruturação sentencial não está relacionada a esta perda. As propriedades que fariam do PB uma língua orientada para o discurso seriam, segundo as autoras, as seguintes: (i) assimetria

²⁵ Kato (comunicação pessoal, no momento da qualificação) diz que em alguns contextos o sujeito é interno.

na distribuição dos pronomes plenos e nulos; (ii) fenômenos de escopo relacionado ao distributivo *cada*; (iii) certas possibilidades de extração de elementos-qu da posição de sujeito das sentenças completivas introduzidas por *que*, e a extração de ilhas *que* relativas.

Há ainda alguns estudos sobre o sujeito nulo no PB que trabalham com amostras que não são nem do Sul nem do Sudeste do país. Entre eles está o de Cunha (2003), com dados de comunidades rurais do Maranhão, e o de Cavalcante (2001), com dados de Alagoas.

Cunha (2003) encontrou 59% de sujeitos nulos de referência definida na fala rural em oposição a 41% de categorias lexicais. Outro fato importante observado por ela é o de que há mais nulos quando as comunidades são mais isoladas, sendo os jovens os que mais fazem uso da *cv*, demonstrando assim que não está havendo uma mudança gramatical de uma geração para outra, ou mudança em curso em termos variacionistas. No entanto, a autora remete um maior uso de nulos pelos jovens ao fato de eles representarem a faixa mais escolarizada das comunidades. Tenho dúvidas com relação a essa influência da escolarização no uso maior ou menor de sujeitos nulos. Talvez haja uma maior influência da escola nos sujeitos de 1ª pessoa identificados pela concordância, como será mostrado na descrição feita no capítulo 3, mas outros estudos mostram a maior ou menor escolarização não tem levado a um maior uso de *cvs* na posição de sujeito (Paredes da Silva, 2003 e Duarte 2003).

Cavalcante (2001), estudando o dialeto alagoano, encontra um percentual de nulos de 35% entre as pessoas com mais de 50 anos e 32% entre os jovens de 15 a 25 anos. No entanto, há um preenchimento maior na fala das pessoas de 26 a 49 anos, 74% de plenos, ou seja, apenas 26% de nulos. O interessante desse resultado é que são esses informantes que têm o maior nível de escolaridade, terceiro grau completo, o que contraria a hipótese colocada por Cunha acima. A autora diz que, com relação à língua falada em Alagoas, os resultados

parecem indicar que o processo de mudança na realização do sujeito pronominal esteja sendo implementado pelos falantes da faixa etária intermediária e com nível universitário.

Assim, verificou-se que vários estudos concordam que o PB não está deixando de ser uma língua de sujeito nulo (Galves, (1984, 1990), Kato, (1999, 2000), Figueiredo Silva, (1996, 2000), Modesto, (2000), Negrão, (1999), Negrão e Müller, (1996), Negrão e Viotti, (2000)).

A partir dos dados analisados, hipotetizo, como já colocado na introdução, motivada por várias das propostas colocadas neste capítulo (cf. Galves, Kato, Modesto, Figueiredo Silva) que, embora *Agr* não mais identifique sujeitos nulos como em outros momentos da história do PB, ele ainda os licencia, fundido com Tempo, como proposto por Galves (1990 [2001]). A intuição é que na formação do PB, principalmente do Português Popular Brasileiro (PPB) formas morfológicas foram reduzidas, o que levou a uma diminuição do sujeito nulo e uma reestruturação do sistema de licenciamento e identificação dos mesmos²⁶, o que levou o PB a ser uma língua de sujeito nulo parcial ou uma língua “*semi- pro-drop*”. No entanto, penso que inicialmente é possível que os motivos que levaram ao preenchimento nas variedades urbanas e rurais não tenham sido os mesmos, o que poderia explicar, talvez, as diferenças de comportamento existentes hoje.

Assim, a partir dos resultados dos trabalhos aqui apresentados, resolvi analisar alguns dos contextos utilizados nesses estudos, principalmente no de Duarte (1995). A escolha dos diversos contextos trabalhados por ela vem do fato de a autora ter feito um trabalho quantitativo, como o que pretendo fazer. No entanto, no presente estudo há um maior uso de contextos morfológicos, como fez Negrão (1999), relacionados à pessoa do discurso, por conta da especificidade dos dados e do ângulo com o qual quero trabalhar.

²⁶ Apesar da manutenção de alguns contextos de identificação via flexão

Passo para a descrição desses contextos que nortearão a análise no capítulo 3.

1.4 Procedimentos metodológicos

Antes de apresentar os contextos que irão nortear a análise, farei uma rápida descrição dos critérios que foram utilizados no levantamento do *corpus*.

Para esta análise foram utilizadas trinta e quatro (34) entrevistas²⁷, do tipo diálogo entre informante e documentador, com pessoas de três comunidades que fazem parte de zonas rurais de municípios baianos, são elas: Bananal/Barra dos Negros e Mato Grosso em Rio de Contas – Chapada Diamantina - o distrito de Matinha em Feira de Santana – Paraguaçu, zona de agropecuária. As entrevistas, das três comunidades, foram realizadas tanto nos seus núcleos quanto nos arredores. Os motivos sócio-culturais que levaram à escolha das mesmas estão explicitados no capítulo 2.

Cada inquérito tem uma hora de gravação²⁸, no entanto foram usados mais ou menos quarenta e cinco minutos de cada, descartando-se de três a cinco minutos iniciais e finais, pois esses são momentos de relaxamento do informante e de despedidas, respectivamente.

Os informantes selecionados para a realização das entrevistas deveriam preencher os seguintes requisitos:

- 1) estar na faixa etária estabelecida: 18 a 38 anos – Faixa 1; 39 a 58 – Faixa 2; e 59 em diante – Faixa 3;
- 2) ter nascido na localidade, e, no caso de ter morado fora, que o período não ultrapassasse seis meses ininterruptos antes dos sete anos de idade ou três anos

²⁷ Utilizei 12 entrevistas de Bananal/Barra dos Negros (Rio de Contas/Chapada Diamantina/BA), 12 de Mato Grosso (Rio de Contas/Chapada Diamantina/BA), em três faixas e apenas 10 entrevistas em Matinha (Feira de Santana/Paraguaçu), pois tive problemas com duas das informantes da Matinha.

²⁸ As entrevistas foram realizadas entre 1999 e 2001 por mim e pela colega Zenaide de Oliveira N. Carneiro e mais alguns bolsistas de Iniciação Científica do CNPq, bem como por voluntários.

interrompidos²⁹ na idade adulta³⁰. Isso se justifica pelo fato de que mais ou menos até os sete anos, segundo alguns autores, a criança está formando a sua gramática. Assim, ao manter contato apenas com as pessoas da comunidade, as crianças têm restringido o *input* que usam para a formação da mesma. Neste sentido, é bom esclarecer que, ao mesmo tempo em que foi fácil encontrar informantes que não viajaram na infância, foi difícil encontrar pessoas, principalmente homens, que já não tivessem saído da comunidade para trabalhar em outro local quando adultas;

- 3) ter no máximo quatro ou cinco anos de escolarização. Esse critério foi um pouco forçado pelas condições sócio-culturais das localidades visitadas. A maioria delas só está tendo um maior acesso à escolarização muito recentemente. Desta forma, não foi possível encontrar idosos com mais de dois anos de escolarização e houve grandes dificuldades em se encontrar jovens com escolarização zero. Por conta disso, não pude trabalhar com escolaridade um pouco mais alta.³¹

Não foi delimitada a classe sócio-econômica porque nesses lugares praticamente todas as pessoas fazem parte de uma mesma classe. Um ou outro que se torna pequeno fazendeiro ou comerciante tem um nível sócio-econômico um pouco maior, mas esses são raros na amostra. Além disso, penso que os mesmos não fazem parte de uma classe social diferente e mesmo que tivessem tal fato, provavelmente, não incidiria sobre a sua maneira de falar.

²⁹ Em algumas localidades foi difícil encontrar homens na meia idade que já não tivessem passado períodos em outras regiões do país, principalmente em São Paulo e no Paraná, geralmente trabalhando na lavoura da cana e do café. A prática mais comum é passarem fora de seis meses a um ano e seis meses no local de nascimento, sendo que alguns fizeram isso várias vezes.

³⁰ O informante 9, da C3-Matinha, nasceu em um distrito próximo e fez várias viagens curtas. Não o substituímos por outro informante porque o mesmo não demonstrou um comportamento linguístico muito diferente dos demais.

³¹ Um exemplo disso é a comunidade de Bananal. No período em que lá estivemos só havia na comunidade duas pessoas com o segundo grau, uma com o antigo ginásio e mais alguns jovens que cursavam o ensino médio em Rio de Contas.

Para a coleta de dados, foi adotado o critério de escolha aleatória dos informantes, observando se os mesmos não tinham problemas de dicção. Os documentadores procuraram deixar o informante o mais relaxado possível, permitindo-se, assim, a presença de circunstanciadores, que geralmente eram parentes ou vizinhos que vinham curiosos para saberem sobre os nossos propósitos.

As transcrições dessas entrevistas foram realizadas por bolsistas e por mim, sendo que eu revisei todos os inquéritos. Os critérios utilizados na transcrição estão no anexo 1, mas convém deixar claro que eles estão sendo reformulados, principalmente no que diz respeito à pontuação.

1.4.1 A seleção dos dados

Antes de apresentar os contextos trabalhados, farei uma rápida exposição sobre os contextos não utilizados. Tomei a decisão de não trabalhar com sujeitos em sentenças com: verbos existenciais, verbos impessoais, por se tratar de casos bastante específicos que exigem análise individual. Além disso, não serão analisadas as interrogativas QU diretas e indiretas.

Exclui, também, os seguintes tipos de sujeito de referência definida, ao tratar dos pronominais, a partir da proposta de Duarte (1995):

a) casos de sujeito nulo categórico (ou quase categórico)

- expressões “sei lá o que”, “não sei”.

(1) *Doc: Por quê? Tu acha o quê? Esses programas não prestam não?*
Inf: Sei lá. Acho ruim. (MG, m, F1, inf. 1)³².

³² Os exemplos da amostra apresentam a seguinte codificação: comunidade (BB- Bananal/Barra- MG- Mato Grosso, MT- Matinha), faixa etária (F.1, jovens, F.2, meia idade, F. 3, mais velhos), sexo (f - feminino/ m- masculino), escolaridade (A- analfabeto – P- curso primário), e o número do informante (os informantes receberam um número por comunidade, assim, por exemplo, tem-se o informante 1 nas três comunidades.

- respostas afirmativas, que se constroem basicamente, em português, com o sujeito nulo.

(2) *Doc: Você vai sempre a Rio de Contas?*
Inf: Vou. (BB,F1, m, P, inf.1).

Quando a resposta afirmativa se dava em contextos um pouco mais longos, desprezei a primeira sentença, se ele (o informante) repetisse o verbo pronunciado pelo documentador, numa estrutura composta por nulo + verbo e passei a analisar a partir da segunda sentença. Mas se a repetição do verbo ocorreu em contextos longos, considere a sentença.

b) casos com pronome lexical

- sujeito modificado por numeral ou quantificador.

(3) *Eles tudo teve oportunidade de escrever...* (BB. F.3, f, A,inf.10).

- em construções clivadas apresentativas.

(4) *A maior tolice da minha vida mehmo foi que eu falei aí, foi da vez que a num...* (BB, F.1, f, P, inf.4).

(5) *É que eu já chego cansado do serviço.* (BB,F.2, m, A, inf. 5)

- ou em usos contrastivos

(6) *Eu quero ele também quer.* (MG, F.1, f, P, inf.2)

Apesar de este tipo de caso ocorrer mais com outro tipo de sujeito que não o pronominal, como se pode ver abaixo:

- (7) *A noite era deitada, abanano a um, o outo tava mamano e o outo tava... tava aco... tava acordado* (BB, F. 2. F inf. 6).

c) sentenças raízes com o verbo epistêmico *achar*, no indicativo, e também o verbo *ser*, por serem muito freqüentes, merecendo, assim, tratamento em separado.

- (8) *Óia, eu acho que eu num.... eu num... num endoidei porque foi Deus mehmo que me deu luz de frente.* (BB, F.1, f, P, inf. 4).

Diferentemente de Duarte (1995), fiz o controle quantitativo do sujeito nulo nas coordenadas não iniciais para se verificar a afirmativa da autora de que mesmo nesse tipo de contexto está havendo um grande preenchimento dessa posição.

Abaixo estão os contextos morfológicos, semânticos e sintáticos que foram trabalhados.

1.4.2 Aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos que serão levados em consideração na análise do sujeito nulo

Há contextos que possibilitam o maior ou menor uso de um dos aspectos que são considerados opostos na análise de qualquer fenômeno lingüístico em variação. No que diz respeito ao tema do sujeito nulo, há ambientes morfológicos, sintáticos e semânticos que possibilitam o maior ou menor o uso de categorias lexicais ou de categorias vazias.

- aspectos morfológicos

Pessoa gramatical - Duarte (1995), e outros estudiosos, observou que o preenchimento do sujeito não ocorre da mesma forma em todo o paradigma verbal, assim, separou-se todas “as

peessoas” que apareceram na amostra: 1ª do singular- *eu*; 2ª do singular- *tu*; 2ª indireta do singular – *você*; 3ª do singular- *ele/ela*; 1ª do plural- *nós*; 1ª do plural - *a gente*; 2ª indireta do plural – *vocês*; 3ª do plural - *eles/elas*. É bom ressaltar que os sujeitos prominais *tu* e *vocês* apareceram raríssimas vezes. O primeiro porque, além de ser um pronome em processo de mudança, o tipo de discurso não possibilitou muito o seu uso, como também não possibilitou o uso do *vocês*, já que o informante não se dirige muito aos entrevistadores.

- (9) *Agora, onde tu mora é meio lonjão das fro::, morre. Ai... aí, as... as frô peca tudo.* (BB, F.1, m, P, inf.1).
- (10) *É porque naquele tempo, que aqui o Mato Grosso aqui, esse mundo todo cês tá veno aqui, daquela ponte ali embaixo, cês num passou numa ponte no rio?* (MG, F.2, f, inf.8).

Um procedimento, que foi tomado com relação a esse fator e que deve ser esclarecido, diz respeito à identificação de um sujeito nulo como de 1ª, 2ª e 3ª do plural quando o verbo estava na 3ª do singular. Neste caso, a identificação foi feita através da correferencialidade³³ da *cv* com um sujeito expresso em uma sentença anterior, como no exemplo abaixo:

- (11) *Eles andava, sempe andava falano dos preto que não gostava do preto e coisa.* (BB, F3, m, inf.11).

³³ Paredes da Silva (2003) ao trabalhar com a correferencialidade estabelece diversos graus de conexão, a saber: Conexão ótima (Grau 1) corresponde à permanência, na função de sujeito, do mesmo referente/tópico, no mesmo plano discursivo (manifestado pelo mesmo sistema de TMA- tempo-modo-aspecto)/ Grau 2 indica uma mudança de plano discursivo/ grau 3 considera-se a manutenção do mesmo referente no sujeito, apesar da mudança de turno/ a interferência de orações de sujeito impessoal entre o sujeito em causa (...) representa uma quebra na continuidade de um referente como sujeito/ Grau 5 trata da interferência de orações com sujeitos de outras pessoas gramaticais, grau 6 retomada, na função de sujeito, de referente que ocorreu anteriormente em outra função/ grau 7 mudança de tópico/subtópico discursivo.

Assim, neste caso, a sentença que não gostava de preto tinha um sujeito não foneticamente expresso, tendo como referente um pronome de 3ª pessoa do plural *eles*. Desta forma, esta *cv* foi considerada dentro dos dados de sujeito nulo de 3ª pessoa do plural, apresentando no verbo a desinência zero que foi controlada no grupo abaixo. É bom esclarecer ainda que a pessoa verbal foi sempre analisada com relação a outros aspectos, como a morfologia e o tipo de sujeito.

Desinência verbal – marcou-se, nesse caso, só a desinência morfológica do verbo sem olhar, inicialmente, o pronome que o antecede ou que poderia anteceder-lo. Assim, na sentença tipo: *eles daria um livro de presente*, só foi levado em consideração a desinência do verbo – *dar - ia-* que apresenta as marcas de – número e – pessoa. Entretanto, no momento da análise esse aspecto foi cruzado com a pessoa do discurso para a visualização da interação desses dois fatores³⁴. Segundo Duarte (1995), o cruzamento destes dois fatores “é fundamental para mostrar que, cada vez menos, é a flexão o elemento que licencia o sujeito nulo”.

E há ainda os casos em que não foi marcado se o verbo apresentava ou não desinência, nas formas homófonas *tem/têm- vem/vêm*.

(12) *Aí agora, sempre eles tem uns cavalão bonito. Eles passa aqui muito montado ne cavalo. (BB,F.2, m, inf.8).*

Desta forma, a desinência verbal foi utilizada em momentos distintos da análise. Primeiro, observou-se a desinência de 3ª *ps* quando esta estava em descompasso com os traços

³⁴ Marquei, inicialmente, se havia concordância entre o sujeito e o verbo, mas esse fator se mostrou sobreposto ao da desinência.

do sujeito (cf. ex. 11). Segundo, observou-se a desinência de 3ª *ps* independentemente do sujeito. Terceiro, foi analisado o comportamento do sujeito nulo quando sujeito e verbo têm traços de 3ª *ps* e, por último, os casos em que a morfologia e sujeitos no plural estão em concordância (1ª *pp*, 2ª *pp* e 3ª *pp*).

(13) *...nós não demoremo muito pra ver o outo...* (MT, F1, m, P, inf.1).

(14) *O cara ai, esse cara morreu. Queimaro os corpo tudo no final.* (MG, F1,m,inf. 1).

Foi testado ainda se havia um comportamento diferente com relação ao uso de nulos e plenos, levando-se em consideração o **tempo verbal**. Trabalhei com os tempos que apareceram na amostra. Só não apareceu nenhum caso de sentenças no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, tempo praticamente inexistente no PB oral, e no futuro do presente. O aparecimento de alguns poucos casos do futuro do pretérito³⁵ me surpreendeu, já que esse tempo simples está desaparecendo do PB oral. No subjuntivo, houve a ocorrência, apesar do pequeno número de dados, do presente, do pretérito imperfeito e do futuro. O imperativo apareceu apenas três vezes, não afetando, desta forma, os percentuais.

(15) *Chega e diz fulano isso aí tá errado, "tá errado por quê? Então venha fazer"* (MT, F.2,m,P,5).

Considerarei também as locuções verbais com os verbos mais recorrentes com esse tipo de construção, a saber: ir, ter, haver, estar, vir, andar, ser (cf. Perini, 1996, 2ª ed.)

³⁵ Um dos casos do futuro do pretérito pode ter sido por conta do chamado efeito gatilho, ou seja, o informante ouviu o tempo verbal do entrevistador e o repetiu na sua fala.

No entanto, convém esclarecer que não houve um tempo verbal no qual houvesse a restrição de usar apenas uma das formas, ou nula ou plena, apesar de nos tempos do subjuntivo o uso de categorias lexicais ser quase categórica.

- aspectos semânticos

Referência do sujeito – esse grupo foi dividido nos seguintes ambientes:

- sujeito definido/específico – são os sujeitos tanto nulos quanto preenchidos que têm uma referência facilmente recuperada.

(16) *Depois eu tornei vortar, mas dai agora eu num consegui mais emprego mais, mais serviço mais. Aí eu voltei pra cá. (BB, F.1, m, P, inf.1).*

(17) *De vez em quando o pade vem aí celebrar. Assim, dia de domingo, dia de sábado à noite. Não é assim direto não. Ele num vem direto não. (BB, F.1, m, P, inf.3).*

- sujeito arbitrário/indeterminado – são sujeitos tanto preenchidos quanto nulos sem uma referência definida, ou uma referência difícil de se estabelecer.

Neste sentido, percebi que há uma diferença entre os de referência realmente arbitrária e aqueles para os quais não consegui estabelecer a referência, nesse caso, eles poderiam ser classificados como indefinidos. No entanto, estou trabalhando com os dois conjuntamente, como a grande maioria dos estudos faz, usando inclusive arbitrário, indeterminado e indefinido como sinônimos.

Tradicionalmente, há duas possibilidades de indeterminar o sujeito, ou através da forma verbal de 3ª pessoa do plural sem sujeito expresso ou através do pronome *se* acompanhando a 3ª pessoa do singular. Trabalhos recentes (cf. Duarte 1995, Barbosa, Duarte e Kato 2001) mostram que no PB atual há diversas outras formas de indeterminar o sujeito, além do uso do *se*, usa-se a 3ª pessoa do singular nula sem o pronome *se*, a 3ª do plural, e os

pronomes plenos *ocê, a gente, o nós* e de forma menos produtiva até o *eu*. Alguns gramáticos (cf. Bechara, 1999) dizem que as formas *eles* e *elas* sem referente podem apresentar conteúdo referencial indeterminado. Encontrei casos típicos de indeterminação como no exemplo abaixo:

(18) *A rua calçou, fizeram o mercado e por aí já vai melhorano, né?* (MT, F.2, m, P, inf.5).

Também encontrei alguns poucos casos em que fiquei na dúvida se não seriam indeterminados como mostrarei no decorrer da análise, e, no exemplo abaixo, com o *eles*, há total impossibilidade de identificação do seu referente.

(19) *Onde é que a gente, quase nem já pode construir uma casinha devido da gente ficou muito esfracassado depois que eles fez essa barragem, né?
Pa pode construir aquela casa. E a subi aqui nem eles tá o projeto, de vez em quondo, eles fala qual é os direito, que eles mehmo já teve esse projeto que eles vai subi lá com a parede da barragem, num sei quantos metro. Vai subi e tem medo da gente construir e ficar com o trabaio perdido. E nem a casa, e nem o dinheiro pa gente fazer nouto canto.* (BB, F.2, f, A, inf. 8).

- sujeito genérico – foi considerado genérico o sujeito cujo pronome tinha como referente sintagmas nominais genéricos/animados³⁶, como *o cara, a pessoa, o homem*. Müller (2003) diz que esse tipo de sintagma nominal se enquadra em uma das maneiras de expressar genericidade nas línguas naturais: expressões de referência a espécies, ou seja, expressões que se comportam como nomes próprios de espécies. Esse tipo de sujeito só será tratado no que diz respeito aos percentuais gerais de nulos e plenos, mas não em relação a outros ambientes de variação.

³⁶ Por uma questão de comodidade, para não entrar em discussões filosóficas, os sintagmas nominais Deus, Nosso Senhor foram incluídos entre os genéricos.

- (20) *Tem lugar assim que o povo faz festa, faz quadrilha, essas coisa.* (MT, F.2, f, A, inf. 8).

Traço do referente - 3ª pessoa do singular e do plural

- sujeito animado – para elementos que têm vida própria, como os seres humanos e os animais. Além disso, verificou-se o percentual de [+ ou – humano] entre os [+ animados].

- (21) *Ficou todo dia encheno o saco, cabou.* (sujeito nulo tendo como referente um sujeito animado humano, **a namorada**). (MG, F.1,m, P, inf. 1).

- (22) *Foi um dia de noite ela pecebeu.* (sujeito pleno [+ animado] e [+ humano]) (MG, inf.1).

- sujeito inanimado – para os objetos inanimados.

- (23) (marmelo) (...) *os pessoal carregava muito em animal, dava muito dinheiro.* (sujeito nulo tendo como referente um sujeito – animado e – humano, **marmelo**). (MG, F.1, m, P, inf.1).

Testei também se haveria um comportamento diferenciado a partir do tipo de verbo³⁷, mas o mesmo não se mostrou produtivo; sendo assim, fiz apenas um comentário no decorrer da descrição com relação a esse aspecto.

- aspectos sintáticos

³⁷ Tipo de verbo – nesse caso, segui uma divisão mais ou menos tradicional para, se houver necessidade, dar um outro tratamento. Separei individualmente os verbos *ter*, *ser* e *estar*. Os outros verbos foram agrupados em transitivos e intransitivos, seguindo uma classificação com base em critérios sintagmáticos (cf. Perini, 1996). Nessa classificação foi levado em consideração o contexto em que o verbo ocorre em contraposição ao contexto em que o item lexical pode ocorrer (relação paradigmática). Foram considerados verbos transitivos quando o contexto exige o objeto mesmo que o informante o tenha elidido (objeto nulo), pois o mesmo já está presente na fala do entrevistador. Nas locuções verbais estou considerando toda a locução. Nesse caso a locução tou achano exige um complemento, portanto foi classificada como verbo transitivo.

Tipo de sentença

- absoluta – foram consideradas como orações absolutas: a absoluta (sentenças simples/independentes), a 2ª coordenada com sujeito não correferente;

(24) *Trabalho pros outro.* (MG, F.2, m, inf. 5).

(25) *Eu saía pouco tempo.* (BB, F.3, m, inf.9).

- raiz – é aquela que é definida tradicionalmente como uma oração que tem outra funcionando como seu objeto direto, indireto etc, ou seja, há uma outra sentença completando-lhe o sentido.

(26) *Doc.: Ele não briga não?*

Inf.: Não, graças a Deus, só tinha um ciuizinho quando nós casou de novo. (MG, F2, f, inf. 6).

- completiva – tradicionalmente é a oração que complementa o sentido de outra.

(27) *Cê fala oh fulano isso e isso de M. Eu acho que fala.* (MT, F.2, f, inf.6).

(28) *Acho que eles moe o café.* (MG, F1, m, inf. 1).

- 2ª coordenada com sujeito correferente – são vários os tipos de coordenadas, mas as mais comuns são as iniciadas ou sem nenhum elemento ou com marcadores frasais tipo *aí, e depois, depois, aí agora*, além do *e* e *ou*. Desta forma, sob esse rótulo de coordenadas estão sentenças diversas³⁸.

³⁸ Perini (1996) analisando conectores coordenadores chega a levantar a hipótese de que alguns deles, como por exemplo, o *porém*, se comportam como advérbios e que fariam parte de uma classe aberta de advérbios.

(29) *Aí eu vou cuidar, vou fazer café, vou botar feijão no fogo, aí vou trabalhar na roça.* (MT, F.2, f, A, inf.8).

(30) *Eu não gosto de jogar muito na lateral não, lateral só marcano, eu não gosto de marcar.* (MG.F1, m, Inf. 3).

- adjunta³⁹.

(31) *Se eu for estudar eu tenho que largar o trabaio.* (MT, F.1, m, A, inf.1).

(32) *Quando eles nasce assim, não pega o peito na horinha não.* (BB, F2, f, inf,06).

- Relativa – foram computadas, além das já conhecidas de sujeito e de objeto, um outro tipo de relativas, as pseudo-relativas, as quais foram estudadas por Negrão (1999:40). Essa autora caracteriza esse tipo de sentença da seguinte forma: seu núcleo é introduzido pelo verbo existencial *ter*, e várias relativas podem ser encadeadas. O seguinte exemplo é apresentado por Negrão como típico desse tipo de oração:

(33) [45]⁴⁰ *E teve uma história que passou no rádio, mas não sei se é verdade, que o cara falava assim: “Se o diabo me ajudar eu vou ganhar na loto”.*

Encontrei relativas semelhantes, como no exemplo abaixo:

(34) *Aí só tem a folha qu'eu deixei que aqui a menina levou...* (MG, F3, m, inf.11).

³⁹ Não incluí entre as adjuntas as que são tradicionalmente classificadas como adverbiais, pois as mesmas são confundidas com as coordenadas explicativas. Por conta disto, elas serão tratadas em uma classe denominada de Especial. Travaglia (1986) fazer uma proposta interessante para identificação das mesmas, quais sejam: 1. a explicativa e coordenada, ou seja, independente, e a causal é subordinada, ou seja, dependente; 2. a causal pode antepor-se á principal, mas a explicativa não pode ser anteposta à oração que justifica; 3. a causal pode ser substituída por uma reduzida, a explicativa não; 4. o conectivo pode vir omitido nas explicativas, nas causais não; 5. os conectivos causais **que**, **porque**, **pois** podem ser substituídos por **como**, **uma vez que**, etc; 6. “ a oração subordinada causal modifica a sua oração regente numa circunstância de causa, respondendo à pergunta “por quê?” feita á oração regente.

⁴⁰ Conservou-se a numeração da autora.

Sujeito correferente ou não – esse aspecto foi utilizado quando a sentença analisada aparecia a partir da segunda posição. Neste caso, verifiquei essa ligação em sentenças raízes, completivas, adjuntas e relativas. No caso das relativas, considerei a correferência do sujeito não só com relação ao sujeito da sentença anterior, mas também ao objeto ou a uma outra sentença a qual o sujeito da relativa podia ou não se referir.

- (35) *Os aluno, só que do outo lado não mora menino assim que vem estudar aqui não, do outo lado do rio. (F1, f, P, inf.2).
(com sujeito correferente)*
- (36) *O programa, que eu gosto mais de televisão, é filme... (BB, F1, m, P, inf. 1).
(sujeito sem correferência).*

Não foi marcada a correferencialidade das sentenças absolutas porque a mesma se encontra ou diluída no discurso do próprio informante ou no discurso do entrevistador, mas durante a análise chamarei a atenção para casos com correferência e casos sem correferência. No que diz respeito à marcação da correferência, há um interessante estudo de Paredes da Silva (2003), o qual será citado adiante, em que a mesma estabelece sete graus de conectividade entre o sujeito e o seu referente.

Elementos pré-verbais e pré-sujeitos

Foi controlado se havia ou não elementos antes do verbo e antes sujeito. Os tipos de sentenças que mais apareceram foram as seguintes:

- V (X) ou V1⁴¹ absoluto – quando o verbo aparece em primeira posição absoluta e o sujeito está fonologicamente nulo. O constituinte X está entre parênteses porque o mesmo pode ou não ocorrer.

(37) *Tenho vinte... vinte e sete.* (BB, F.1, f, inf. 2).

- xV (conjunção coordenativa) – V1 – nesses casos computei em separados as ocorrências de V1 absoluto, colocado acima, e os casos de V1 quando há uma conjunção ou marcador frasal coordenativo antes do verbo .

(38) *Aí parei o estudo.* M (BB, F.1, f, inf. 2).

XV – quando o verbo aparece em segunda posição e o elemento que o precede não é o sujeito.

(39) *Sempre vou lá na casa dele.* (BB, F.1, f, inf. 2).

XXV – quando o verbo é precedido por mais de uma categoria gramatical e nenhuma delas é o sujeito porque o mesmo está nulo.

(40) *Só que nun... nunca fui não.* (BB, F.1, f, inf. 2).

Há ainda casos em que aparecem mais de dois elementos antes do verbo e nenhum deles é o sujeito.

(41) *Quinze irmão, só que nem conheço os irmão dele.* (BB, F.1, f, inf. 2).

⁴¹ V1 e V2 estão sendo utilizados aqui em um sentido bem amplo, sem levar em consideração questões teóricas que discutem a ordem das palavras nas línguas naturais.

SV (X) - quando o verbo aparece em segunda posição e o primeiro elemento é o sujeito pronominal expresso.

XSV – quando há algum elemento antes do sujeito (advérbios, locuções adverbiais, clíticos, negativas etc).

(42) *Sempe eu gosto de comprar onde vende mais barato.* (BB, F.1, f, inf. 2).

xSV – quando ocorre alguma conjunção antes do sujeito. Como no caso com os nulos só foram computadas conjunções coordenativas que apareceram em coordenadas, absolutas e principais.

(43) *Aí eu tinha vontade de fazer isso tudo.* (BB,F.2 f, inf. 6)

XXSV – quando aparece algum elemento tanto antes do sujeito quanto antes do verbo e nesse caso o sujeito está lexicalmente expresso.

(44) *Agora eu mehmou tou aprendeno fazer bordado,....* (BB, F.1, f, inf. 2).

XXSV – Dois elementos, além do sujeito, antes do verbo.

(45) *Mais do que ele assim eu converso.* (BB, F.1, f, inf. 2).

Os contextos sociais utilizados foram: faixa etária (três faixas), a escolaridade (analfabeto ou com o curso primário) e viagens ou tempo que passaram fora da comunidade.

O próximo capítulo fará uma caracterização das comunidades, procurando enfatizar, pontualmente, alguns desses fatores sociais, como, por exemplo, a escolarização.

CAPÍTULO 2

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA FALADA NO INTERIOR DA BAHIA (caracterização das comunidades)

(...) a história da humanidade toda é a história do contato, das lutas, das migrações e das fusões culturais. (Roger Bastide).

2.1 Introdução

Há anos que os lingüistas tentam descrever e entender o português do Brasil. Alguns projetos de âmbito nacional estão procurando dar conta do que seja o nosso português urbano em sua vertente oral culta, como o projeto NURC, o projeto da Gramática do Português Falado, o VARSUL, entre outros. Para períodos mais antigos do português, antes e quando da sua implantação no Brasil, existem importantes grupos dedicados à empreitada de fazer um levantamento de dados, de descrevê-los e de explicá-los, como, por exemplo, o PROHPOR e o Tycho Brahe⁴². Em 1997, surgiu o Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) que tem por objetivo o estudo histórico dessa língua no Brasil, a partir de fontes primárias, editadas de forma conservadora e, na medida do possível, escritas por brasileiros. Esse projeto apresenta três “frentes” de trabalho: a da edição de documentos brasileiros, a do estudo da formação sócio-histórica dessa língua e a do estudo sintático. Há ainda a preocupação em

⁴² Existem diversos outros projetos dessa natureza, mas não os citei aqui por uma questão de espaço e de objetividade.

recobrir o maior número e a maior diversidade de textos produzidos em diferentes regiões brasileiras.

No que diz respeito ao estudo sincrônico do português popular, destacam-se grupos que se dedicam ao estudo do português urbano, como o PEUL e diversos outros os quais não citarei aqui para não correr o risco de esquecer algum, mas remeto ao trabalho de Paiva e Scherre (1999) intitulado “Sobre uma retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL”, no qual as autoras fazem um levantamento dos grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo da língua portuguesa brasileira, elencando os projetos dedicados à análise do Português Popular Brasileiro (PPB) e do Português Culto Brasileiro (PCB) e ainda os que se dedicam ao português rural.

Mesmo com tantas pessoas dedicadas ao estudo do PB, há muito ainda por se fazer, principalmente ao se levar em consideração a grande diversidade e heterogeneidade da formação dessa língua brasileira, que se reflete até hoje em suas variedades cultas e populares. Para se chegar a um conhecimento razoável da nossa língua, é preciso, como sempre vem afirmando Rosa Virginia Mattos e Silva, fazer uma história do PCB e uma história PPB. Entende-se por português culto brasileiro a variedade utilizada por falantes que possuem nível de escolaridade superior, conceito que ficou claro a partir dos trabalhos do NURC. Já o português popular é a variante utilizada por classes baixas menos escolarizadas da população. Dentro dessa perspectiva, torna-se de fundamental importância a realização da história social dessa língua, a descrição e a explicação de sua estrutura sintática. (cf. Mattos e Silva, 1998 e Ramos, 1998).

No que se refere à formação do PPB, objeto de estudo desse trabalho, há algumas propostas que procuram levantar hipóteses sobre a sua formação. Naro e Scherre (1993), por exemplo, dizem que o PPB surgiu de uma “confluência de motivos”, tendo como modelo

geral de desenvolvimento uma alteração de mudanças lingüísticas que já estavam prefiguradas em uma deriva secular, sendo que no Brasil “esse vetor se encontrou com outras forças que ora a reforçava na direção original, ora o desviavam dessa direção. (...)”.

Uma outra “ala” de estudiosos do PPB remontam a sua origem a um crioulo ou semi-crioulo que teria se formado principalmente nas áreas rurais. (cf. Mendonça (1973), Guy (1981), Baxter e Lucchesi (1993), Melo (2002), entre outros). Neste sentido, Serafim da Silva Neto (1986, 5ª ed.)⁴³ faz, para o período de formação do PB, uma distinção entre a língua usada na costa e a usada no interior. A da costa era a língua “bem” falada, porque nesses locais eram estabelecidos os órgãos da administração, enquanto que nos longínquos interiores se falava um português cheio de alterações. Essa idéia é retomada por Dante Lucchesi (2001:123) que vê a realidade lingüística brasileira

como bipolarizada, na qual a norma culta e norma popular apresentam tendências específicas de mudança. Desse modo, os processos de mudança que indicam esse afastamento do português brasileiro culto do padrão normativo podem, sim, refletir influências “de baixo para cima”, resultantes da crescente integração dessa variedade lingüística com os dialetos populares que se observa desde o início desse século.

Concordo com Lucchesi quando diz que o português popular vem influenciando o português culto. Neste sentido, acho que existe, na verdade, apesar das tendências de mudanças específicas, uma aproximação entre essas variantes. Mas, para se entender melhor todo esse processo, é necessário se fazer uma boa sócio-história dessas variedades, se fazer uma dialetologia que trabalhe com construções sintáticas e que levem em consideração a história social da variedade sob investigação para que se possa controlar a existência ou não de possíveis influências externas e para que se possa ter uma visão de conjunto do PB.

⁴³ Serafim da Silva Neto não acredita que esses crioulos ou semi-crioulos tenham influenciado de uma forma mais marcante o português brasileiro.

Há, hoje, principalmente a partir da consolidação do PHPB, um bom número de trabalhos dedicados a fazer a sócio-história da língua portuguesa, em sua modalidade brasileira, procurando relacionar, na medida do possível, fatos da história externa com fatos da história interna.

Assim, um dos objetivos desse capítulo é lançar alguns elementos que possam contribuir para o estudo da sócio-história dessa língua, na sua variedade popular falada no interior da Bahia. E como bem disse Jânia Ramos (1998:157), se essas vertentes foram formadas a partir de mudanças resultantes de contatos

torna-se relevante recompor o caminho de cada variante no contexto sócio-histórico, de modo a identificar em que momento e em que lugar geográfico e social a variante ocorreu, o que equivale a responder à seguinte questão: com que gramática se deu o contato, quando, onde, como?

Apesar de não ter a pretensão de responder essas questões colocadas por Ramos, espero que os dados sócio-históricos que serão apresentados possam lançar “luzes” no que diz respeito à explicação do comportamento diferente do sujeito nulo na variedade rural aqui analisada com relação ao mesmo fenômeno nos dialetos urbanos.

Passo agora a descrever alguns aspectos da formação sócio-histórica-demográfica de algumas localidades do interior da Bahia que poderiam ter influenciado na sua formação (sócio)lingüística.

2.2 Dados para a história social das variantes lingüísticas faladas no interior da Bahia

O enfoque principal dessa tese não é a dinâmica histórica e sociolingüística da formação dos dialetos rurais baianos/brasileiros. No entanto, se toda mudança tem uma origem externa (Kroch 1989, 2001), esses dados podem ajudar a esclarecer algumas questões relacionadas às diferenças que possam existir entre a variedade urbana e a rural, inclusive entre dialetos rurais de diferentes regiões. Neste sentido, os estudos sobre demografia vão contribuir para o entendimento sobre a constituição e consolidação do português em áreas rurais onde houve contato entre o português, em maior ou menor escala, e as línguas africanas e brasílicas, entre outras, e onde o processo de escolarização é recente.

Desta forma, estou trabalhando com amostras de dados de duas diferentes microrregiões baianas representadas por três comunidades, procurando verificar até que ponto essas apresentam uma mesma ‘gramática’.

O *corpus* coletado em uma dessas localidades integra o banco de dados de um projeto coordenado por mim, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana, *A língua portuguesa falada no semi-árido baiano*, como já referido na introdução. Essa comunidade está localizada na Chapada Diamantina, em Rio de Contas: Bananal/Barra dos Negros (C1), sendo basicamente composta por afro-descendentes. Os outros *corpora* foram feitos para essa tese e posteriormente integrarão o banco de dados do projeto supracitado. São inquéritos realizados ainda na zona rural de Rio de Contas, no distrito de Mato Grosso, comunidade composta por descendentes de portugueses e paulistas. O outro foi realizado na zona rural de Feira de Santana, especificamente no distrito de Matinha. As entrevistas, das três comunidades, foram realizadas tanto nos seus núcleos urbanos quanto nos arredores.

O critério utilizado para a realização da coleta de dados foi o de que as localidades possuísem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, fazendo parte de dois importantes fatores do processo de urbanização do interior do estado, os chamados “ciclos” da agropecuária (séc. XVII a XIX), Feira de Santana, e mineração (séc. XVIII, mais densamente), Rio de Contas. (cf. Almeida e Carneiro, 1999⁴⁴ e 2002)⁴⁵.

A meu ver, a consideração de aspectos que definem o processo de ocupação de terra e consequentemente o “tipo” de ocupantes, o tipo de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação e produção rural baiana é relevante para os estudos sociolingüísticos, porque fornece indícios sobre a forma de interação e contatos lingüísticos-culturais distintos, e sobre o avanço e a consolidação da língua portuguesa nessa região.

O contato entre as populações, principalmente entre brancos pobres e negros, nas diferentes regiões baianas foi distinto. Em parte do Alto Sertão baiano⁴⁶ (zona de agropecuária, semi-árido), por exemplo, foi, em certa medida, íntimo, diferente do que ocorreu em outras áreas da Bahia, a exemplo da região de *plantation* (no Recôncavo). Erivaldo Neves (1996:38) chama a atenção para as relações desse tipo e diz que “O trabalho compulsório desenvolveu-se no Alto Sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo-se choupanas de agregados e casebres de escravos”.

Já o processo de mineração constituiu-se em um pólo de atração populacional momentâneo. Na Bahia do século XVIII, o “ciclo” da mineração atuou na região da Chapada

⁴⁴ Uma pequena parte dessa introdução, especificamente os 2º 3º e 4º parágrafos, é um resumo das idéias colocadas nesses textos.

⁴⁵ Ramos (1998) diz que é importante o estudo de dialetos de comunidades cujo povoamento tenha sido menos recente.

⁴⁶ Uma parte do alto sertão, a microrregião da Serra Geral, é uma zona de transição entre a área de mineração e agropecuária.

Diamantina, culminando no desenvolvimento populacional de diversas localidades, através de movimentos migratórios internos e também externos, com concentrações demográficas de média densidade. Nessas localidades, diferente de outras regiões do semi-árido, a presença de escravos africanos foi mais acentuada, próximo, mas não tanto, das áreas de *plantation*, porém com relações entre senhores e escravos distintas das ocorridas nestas áreas.

Um estudo lingüístico a partir de amostras que levem em conta essas peculiaridades regionais pode propiciar uma melhor compreensão e um melhor controle de aspectos que podem ter influenciado a formação lingüística da população rural da região semi-árida, como já dito. Além disso, os dados de comunidades não-marcadas etnicamente em contraposição àquelas marcadas etnicamente⁴⁷, também podem ser significativos para o entendimento da formação sócio-histórica da língua falada nessas localidades (cf. Almeida e Carneiro, 1999), já que as variedades lingüísticas utilizadas em comunidades marcadas etnicamente foram formadas a partir de contatos lingüísticos mais intensos. No entanto, não se pode perder de vista o fato de que a variante rural, como todo o PPB, foi formada a partir de contatos intra e interlingüísticos.

Tenho dúvidas se há ainda algum tipo de reflexo lingüístico mais peculiar em comunidades marcadas etnicamente em oposição às “não-marcadas” (com exceção de Helvécia), já que recentemente o processo de urbanização e contatos intraculturais foi muito intenso, aproximando o português culto urbano e o popular rural.

⁴⁷ Um estudo apenas de comunidades marcadas etnicamente era feito por Baxter e Lucchesi (1993) no Projeto de Pesquisa “Vestígios de línguas crioulas em comunidades afro-brasileiras isoladas”. Recentemente, Lucchesi passou a se interessar também pelas comunidades não-marcadas etnicamente e criou o Projeto de Pesquisa “Vertentes”.

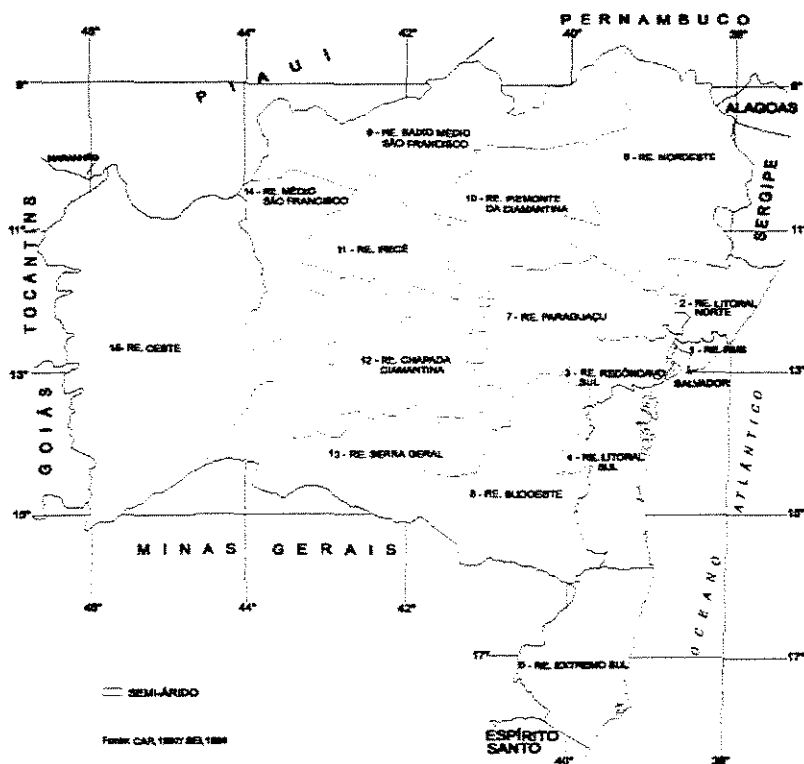
Para entender, minimamente, esse processo de formação do PPB é necessário não só estudos demográficos, como os que estão sendo apresentados aqui, mas um conhecimento da estrutura das gramáticas das línguas com as quais o português entrou em contato.

No entanto, uma pesquisa desse tipo, como já dito na introdução desse capítulo, exige um trabalho de grupo como o que vem sendo feito pelo PHPB. A minha intenção, neste estudo, é simplesmente caracterizar as comunidades trabalhadas e levantar alguns questionamentos a partir da observação do comportamento do fenômeno lingüístico aqui estudado.

Inicialmente, será apresentado como se deu o processo de (re)ocupação⁴⁸ do interior da Bahia nas duas microrregiões a serem analisadas: mineração e agropecuária, no que se refere à presença de africanos, portugueses e indígenas. Veja mapa abaixo da região semi-árida, em amarelo, e suas divisões econômicas:

⁴⁸ O termo (re)ocupação é utilizado por alguns historiadores por conta da consideração do fato de que essas áreas já eram ocupadas por índios (cf. Flexor, 1996).

REGIÕES ECONÔMICAS / SEMI-ÁRIDO
ESTADO DA BAHIA



As duas micro-regiões contempladas no *corpus* dessa tese são a da Chapada Diamantina e a do Paraguaçu. A primeira é integrante da antiga zona de mineração e a segunda da antiga/atual zona de agropecuária. Dos três estudos que serão apresentados sobre a presença africana na zona de agropecuária, dois deles foram feitos em microrregiões próximas a Feira de Santana, mas não exatamente na mesma microrregião atual. O de Neves (1996) foi realizado com dados da Serra Geral e o de Pondé (1971) com dados da região Nordeste do estado, mas essas microrregiões são integrantes da zona de agropecuária.

2.2.1 Alguns dados sobre a presença africana em algumas microrregiões da

Bahia

Havia na região da Chapada Diamantina, segundo o historiador Arnulfo Oliveira Gotschall (1951, apud Tanajura, 2003), nas primeiras décadas do século XVIII, um pequeno povoado, denominado *Creoulos*, que foi, provavelmente, fundado por escravos fugitivos. Assim, a presença africana na Chapada remonta ao final do século XVII e início do século XVIII.

Na região de Feira de Santana, zona de transição entre o Recôncavo e o Sertão, não se sabe ao certo o período em que a população africana se estabeleceu. Sabe-se que, de forma esparsa, a presença africana na região remonta ao século XVII, pois alguns escravos já trabalhavam em algumas fazendas de fumo.

Há notícias de quilombos em zonas que na época faziam parte do distrito de São José das Itaporocas, mas que hoje são consideradas parte da Chapada, como os Quilombos de Crobó (Orobó) e Andaraí, como se pode ver no trecho abaixo retirado de um documento do Arquivo Ultramarino⁴⁹.

Diz Severino Pereira Capitão Mor das Entradas⁵⁰ e Assaltos do disctrito de S. José das Itaporocas, Capitania da Bahia, que havendo na distância de trinta ou quarenta legoas da Villa de Cachoeira dois formidáveis Quilombos denominados o Andrahi, e Crobó, dos quais sahião os Escravos fugidos para fazenda todo o gênero de hostilidades aos viajantes, chegando a ponto de entrarem nelas Cazas, e levarem violentamente as Escravas, Mulheres donzellas, e Cazadas, roubando os gados, e

⁴⁹ Documento com anexo sobre quilombos denominados de Andrahi, de Tupim e de Crobó. Esse documento fala da intenção de acabar com esses quilombos – AHU – Baía, CX. 212, DOC. 14951. A documentação que estou utilizando são cópias fac-similadas que foram trazidas de Portugal pelo Projeto “Resgate” com iniciativa do Ministério da Cultura que contou com a participação do Prof. Onildo Reis David, entre outros, a partir da intermediação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

⁵⁰ ‘Entrada’ nesse caso se refere a um tipo de milícia organizada e executada como um serviço do Rei, passível de ser recompensada.

vários gêneros, com que o povo se via consternado, e afflicto, requereo por varias vezes aos Ministros, e ao Governador...⁵¹

Há notícias, também, de um quilombo denominado Camisão no século XVIII, próximo à atual cidade de Ipirá. Esse sim era localizado no que se entende atualmente como microrregião de Feira de Santana. Segundo informações retiradas do livro *Quilombos Brasileiros* (1973)⁵² “...a julgar pelas repetidas ordens para a sua extinção, era ele de grande tamanho e periculosidade.” (101). Há documentadas duas ordens para atacá-lo, uma de 1722, na qual o vice-rei D. Vasco Fernandes fala a D. João sobre sua ordem em destruí-lo, e outra de 1726, na qual D. Vasco Fernandes enviou o capitão-mor Antônio Veloso da Silva nova ordem para a “conquista do gentio bárbaro” e para a destruição do “quilombo”. No entanto, não encontrei documentos que informassem os resultados de tais providências.

Em seguida, serão apresentados alguns dados mais específicos sobre a presença africana na zona de mineração, no século XVIII e na zona de agropecuária, no século XIX. Os dados da zona de agropecuária referem-se ao século XIX porque esse foi o período em que o sertão foi densamente repovoado, como se pode ver nos mapas em anexo (2, 3 e 4). O mapa 2 (anexo 2) mostra que até final do século XVII só a costa havia sido mais densamente (re)povoada⁵³, contando com um número razoável de portugueses. No século XVIII (mapa 3, anexo 3), já estão demarcados os caminhos que levam às minas e algumas estradas das boiadas e, no XIX (mapa 4, anexo 4), há um (re)povoamento bastante denso em todo o interior

⁵¹ Outros documentos do AHU sobre a região se referem ainda à presença africana em situações quilombolas e sobre a perseguição aos índios, como o documento de 23/04/1722 – Carta patente assinada pelo vice-rei, sobre guerra ao gênio bárbaro e aos negros fugidos – Baía, cx. 16. doc. 1420.

⁵² Na cópia do livro que analisamos, por estar um pouco estragada, não havia o nome do autor.

⁵³ Ver nota 47.

da Bahia, feito por portugueses e brasileiros, nesse último caso, principalmente pelos bandeirantes paulistas.

O século XVIII foi o auge da extração do ouro e nessa época também houve o maior número de escravos negros para a região da Chapada, conforme se pode verificar através de uma matrícula encontrada no Arquivo Municipal de Rio de Contas.

Tabela 2.1: Origem, cor e gênero dos escravos - 1748 a 1749 Chapada Diamantina - Rio de Contas

ORIGEM/COR	1748		1749		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
AFRICANOS					764
Costa da Mina	174	32	152	25	383
Angola	150	54	118	34	356
Moçambique	04	-	08	-	12
Benguela	06	-	-	02	08
Cabo Verde	05	-	-	-	05
BRASILEIROS					103
Rio de Contas	21	13	26	05	65
Salvador	04	03	07	06	20
Vale dos Santos	01	-	01	05	07
Maragogipe	01	-	01	03	05
Minas Gerais	-	-	01	01	02
Cachoeira	-	01	-	01	02
Pernambuco	-	-	01	-	01
São Paulo	-	-	01	-	01
SEM NATURALIDADE	01	-	13	05	19
TOTAL GERAL					886

Vê-se, pela tabela acima, que no segundo quartel do século XVIII, em Rio de Contas, há uma concentração razoável de escravos com um total de 886 para apenas dois anos de matrícula, entre esses 88,11% eram africanos (767/867) do total de identificados e 11,88% (103/867) eram de escravos brasileiros.

A pesquisadora Maria Cristina Dantas Pina (2001) estudou a escravidão na região da Chapada Diamantina, especificamente no município de Mucugê, antiga Santa Isabel do Paraguaçu, que teve seu auge com a extração de diamantes no século XIX. Ela mostra que parte do contingente de escravos, que para lá foram, trabalhou antes nas minas do Rio de Contas, e outros nos serviços da lavoura ou pecuária nas fazendas da região, por conta disso, e por ser segunda metade do século XIX, eram em sua maioria brasileiros. No entanto, há uma boa parte destes que não tinha nacionalidade declarada nos inventários analisados por ela. Dos que declararam nacionalidade, além dos brasileiros, havia os denominados, em um sentido geral, como africanos, outros como nagôs e angolas. Informando sobre a relação que estes mantinham com seus senhores a pesquisadora nos diz⁵⁴

a atividade mineradora necessitava, para sua reprodução, de uma relação de confiança, por mínima que fosse, entre escravo e senhor. O escravo tinha que procurar diamante, lavar o cascalho e, só depois, entregar a pedra. Nem sempre o dono do garimpo estava por perto para evitar o roubo, outras estratégias de controle eram necessárias, (190).

Assim, presume-se que a relação entre senhor e escravo não fosse tão distante, como era, por exemplo, em alguns casos, na região de *plantation*, mesmo que, talvez, não fosse tão íntima quanto na atividade agropecuária. Nas atividades da agropecuária, além de não haver a necessidade de vários escravos por unidade produtiva, como se vê nas tabelas 2.2, 2.3 e 2.4 abaixo, a relação entre os senhores e escravos eram um pouco mais íntima, pois os mesmos trabalhavam lado a lado com agregados brancos e mestiços e, no caso dos senhores mais pobres, ao lado do próprio proprietário, relação que tem implicações lingüísticas importantes,

⁵⁴ Vários outros pesquisadores que trabalharam com a escravidão nas minas tinham chamado a atenção para o fato de que a relação entre escravos e senhores nesse tipo de atividade era diferente.

pois em situações como essa é difícil o surgimento de uma língua crioula⁵⁵. Com relação ao tipo de relação entre os senhores e escravos dessa região, Neves (1996:3) nos diz o seguinte:

O fato de pequenos proprietários e suas famílias trabalharem conjuntamente com seus cativos possibilitava maior proximidade entre escravos e senhores. (...). Por sua vez, escravos utilizavam dessa relação sutilmente para amenizar a degradação do cativo.⁵⁶ (...) davam seus filhos em batismo (...).

As tabelas abaixo mostram o número de escravos arrolados, na região da agropecuária, para um período, no primeiro caso, de mais de um século e no segundo para um período de vinte anos.

⁵⁵ Neves (1996), a partir da pesquisa com os inventários dos fazendeiros do Alto Sertão baiano, na zona de agropecuária, chega à conclusão que o número de escravos por fazenda era pequeno. O que diverge dos viajantes Spix e Martius (1916) que relatam o caso de uma fazenda, na mesma região com 160 cativos. Para Neves, este fato era exceção na região.

⁵⁶ Schwartz (1985) também verificou nos registros de batismo que os escravos do Recôncavo também davam seus filhos para homens brancos batizarem, mas geralmente estes não eram seus senhores, mas podiam interceder a favor dos seus filhos quando houvesse uma necessidade.

Tabela 2.2: Origem, cor e gênero dos escravos – 1768 – 1883 - Alto Sertão da Serra Geral – Igaporã.

ORIGEM / COR	HOMENS	MULHERES	NÃO IDENTIFICADOS	TOTAL
AFRICANOS	53	11		64
Angolas	21	3		24
Minas	6	1		7
Benguelas	4			4
Hauçás	2			2
Nagôs	2			2
Congos	1			1
Rebolos	1			1
sem identificação (afr.)	16	7		23
BRASILEIROS	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	28	
Mestiços	2			2
SEM IDENTIFICAÇÃO	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
TOTAL GERAL	293	224	5	522

FONTE: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (1998). *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Feira de Santana/Salvador, UEFS/EDUFBA, p. 268.

Como se pode observar acima, Igaporã apresenta, para o período estudado, um total de 522 escravos registrados na região entre 1768-1883, desses 86,05% (395/459) do total de identificados é de brasileiros e apenas 13,94% (64/459) de africanos. No que se refere ao índice de concentração por fazendas, em Igaporã, não há muitos escravos numa só unidade produtiva⁵⁷.

No município de Itapicuru, região Nordeste da Bahia, a situação, no século XIX, é equivalente ao que ocorreu no município de Igaporã. Há entre 1850 e 1870 uma maioria de

⁵⁷ Segundo Erivaldo Neves (op.cit.p.257), a partir dos inventários consultados por ele para compor essa amostra, havia apenas uma média de 18 escravos por unidade, considerando-se velhos e crianças.

escravos brasileiros, 77,55% (152/196) e apenas 22,44% (44/196) de africanos, conforme se vê na tabela 3, a seguir.

Tabela 2.3: Origem, cor e gênero dos escravos – 1850 – 1870 - Alto Sertão – Região Nordeste-Itapicuru.

ORIGEM / COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AFRICANOS			44
Africanos	06	-	06
Nagô	16	02	18
Angola	13	03	16
Jejê	01	02	03
Moçambique	01	-	01
BRASILEIROS			152
Crioulos	51	21	72
Cabras	24	12	36
Mulatos	24	18	42
Indígenas (vermelhos)	-	01	01
Cablocos	-	01	01
SEM IDENTIFICAÇÃO	14	03	17
Pretos	-	01	01
TOTAL GERAL	150	64	214

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. In: PONDÉ, Consuelo de Sena. (1971). *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru, 1830-1892*, Salvador, mimeografado

Como se vê pela comparação das três tabelas acima, o número de escravos arrolados em uma matrícula de apenas dois anos na região de Rio de Contas é superior aos números arrolados, a partir da análise de vários inventários, para um período de mais de cem anos no que diz respeito a Igaporã e vinte anos no que diz respeito a Itapicuru. Outra diferença que poderia apresentar conseqüências lingüísticas diferenciadas é o fato de que em Rio de Contas, no século XVII, há uma grande concentração de escravos africanos, ou seja, escravos que ou ainda não sabiam o português ou o sabiam como segunda língua. Já os escravos que foram

para a região da agropecuária, no século XIX, eram brasileiros, portanto falando uma variedade do português, talvez ainda fortemente influenciado pelas línguas africanas. No entanto, há relatos de que nem sempre a presença africana foi tão intensa na região de Rio de Contas, pois está registrado em alguns relatórios para o Rei que nos primeiros anos da mineração os mineradores tinham apenas dois ou três “moleques”.

No município de Coité, região de Feira de Santana, a pesquisadora Iara Nanci de Araújo Rios (1997), em sua dissertação de mestrado, mostrou que, a exemplo do que Neves encontrou, não houve naquela região, que até hoje se dedica à agropecuária, muitos escravos por unidade produtiva, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 2.4: Quantidade de escravos por unidade produtiva – Conceição do Coité – Sertão Baiano). Adaptada de Rios: AMFSA – Livros de escrituras: 1856-1859 e 1863-1868 - AFMDSP – Livros de escrituras: 1869-1875 e 1876-1883

Número de escravos	Quantidade de proprietários	%
01	110	59,8
02	27	14,7
03	12	6,5
04	13	7,1
05	07	3,8
06 a 09	13	7,1
+ de 10	02	1,0
Total	184	100,0

Vê-se, pela tabela acima, que só dois proprietários da região, no período analisado por Rios (1997) – segunda metade do século XIX, têm mais de dez escravos. Enquanto que cento e dez proprietários têm apenas um escravo. O que nos leva a inferir que a presença africana no sertão baiano (zona de agropecuária) não foi, a princípio, tão grande quanto no Recôncavo e na zona de mineração. Nas últimas décadas do século XIX, ao que parece, essa população passa a migrar para a região de agropecuária por conta da decadência do ouro e do açúcar, e através da própria fuga, pois alguns historiadores, entre eles Freitas (1947), destacam o negro como responsáveis pelo desbravamento do sertão baiano quando, ao perseguir a sua liberdade, fugia para locais que ainda não eram povoados.

Há ainda nos dados do censo de 1872 (recenseamento de 1875) um razoável número de escravos para algumas localidades da zona de agropecuária. Mas a única localidade que apresenta uma total distorção em relação aos outros municípios, é Monte Alegre, apresentando 41%, um percentual altíssimo para o período⁵⁸. Uma possível explicação para tal fato é que, talvez, houvesse um grande fazendeiro na região com enorme escravaria, já que ficou evidenciado pelos estudos de Neves, Pondé e Rios que na zona de agropecuária não há muitos escravos por unidade produtiva.

No que se refere à questão da cor, fica claro que, pelos números retirados deste censo, em 1872 a maioria da população do interior da Bahia é “mestiça” e são eles que no início do século XIX levam a língua portuguesa pelos sertões afora, utilizando, provavelmente, uma variante ‘bem’ popular do português. Neste sentido, é importante que se verifique como se deu a escolarização no século XIX, pois a mesma é importante para o processo de standardização lingüística.

⁵⁸ Ver dados do recenseamento de 1875, em anexo.

2.2.1.1 Algumas observações sobre a escolarização dos africanos e seus descendentes no século XIX

A presença africana nas escolas, durante o período colonial e imperial, é pequena porque os escravos não tinham acesso à escola regular. São raros, inclusive, os registros de africanos, mesmo livres e indígenas nos quadros da instrução pública. Almeida (1889: 200), por exemplo, quando relaciona a nacionalidade e a etnia dos alunos inscritos no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858-1887) encontra apenas 1 africano e 4 indígenas (cf. Carneiro e Almeida, 2004).

Serafim da Silva Neto (1986, 5ª ed.:101) diz que alguns raros africanos (as) conseguiam estudar como se pode inferir a partir de um anúncio que saiu na Gazeta do Rio, de 9 de julho de 1814, “Quem quiser mandar suas filhas, crias e escravas aprender a ler, escrever, contar, etc., pode dirigir-se na rua do Lavradio.” Mas, essa, provavelmente, era uma “regalia” reservada a escravos que moravam nas cidades e que exerciam funções especializadas.

Em contrapartida, no final do século XIX, é a população “mestiça” que aparece nas escolas públicas de primeiras letras na Bahia, conforme documento sobre instrução pública (cf. APEB. Seção Colonial. Série Instrução pública, maço 3971 e maço 3997), vide dados assistemáticos, abaixo, a título de exemplificação, para os meados e fins do século XIX no interior da Bahia (Cf. Carneiro e Almeida, 2004).

Localidades/Período	No. De alunos por cor ou etnia
1840	
Nossa Senhora da Saúde	17 (10 pardos e 7 brancos)
Coração de Jesus de Riachão de Jacobina	14 (10 pardos, 3 brancos e 1 cabra)
Santo Antonio de Jacobina	53 (sem distinção de cor)
1842	

São João Batista de Jeremoabo 1843	21 (sem distinção de cor)
Barra do Rio Grande 1844	62 (35 pardos, 8 brancos, 7 cabras, 5 pardos claros, 1 pardo mestiço, 4 mamelucos e 2 crioulos)
Pombal	32 (sem distinção de cor)
Barra do Rio Grande	31 (3 crioulos, 27 pardos e 1 branco)
Catité	28 (sem distinção de cor)
Jequiriça	
Vila Nova da Rainha da Freguesia de Jacobina	34 (17 pardos, 15 brancos e 2 pretos)
Jequiriça	13 (sem distinção de cor)
Vila Velha do Rio de Contas	45 (sem distinção de cor)
1845	
Vila da Barra do Rio São Francisco	80 (62 pardos, 15 cabras e 3 brancos)
Alagoinhas	31 (sem distinção de cor)
Aporá	28 (sem distinção de cor)
Feira de Santana	46 (sem distinção de cor)
1879	
Feira de Santana	106 (sem distinção de cor)

Pode-se inferir, a partir desse pequeno número de dados, que os “mestiços” brasileiros já estavam buscando, no século XIX, ascensão social via escolarização, junto com essa ascensão social talvez viesse uma pequena aproximação com uma variante mais culta do português. Vê-se, também a partir desses dados, que os afro-descendentes quase não aparecem nas escolas públicas, vide “classificação” de crioulos, mamelucos e cabras.

2.2.2 Algumas observações sobre a presença indígena nas microrregiões estudadas

Na Bahia, na zona de agropecuária, muitos aldeamentos criados nos séculos XVII e XVIII foram transformados em vilas e povoados. Na área do município de Feira de Santana, existem registros de um antigo aldeamento no local onde hoje é o distrito de Maria Quitéria, antigo São José das Itapororocas. A origem dessa povoação remonta ao final do século XVII.

Tem-se também notícia de que nessa região existiam índios paiaíás que habitavam a margem esquerda do rio Jacuípe (cf. Galvão, 1982).

Na zona de mineração, há relatos de guerras entre os autóctones da região e os bandeirantes paulistas. Ao que parece os que não foram dizimados fugiram para outros locais. Uma das tribos que habitavam a região era a dos Caetés, no atual território da cidade de Caetité e adjacências. É admissível também, segundo Tanajura (2003), que existissem mongóis e botocudos, “depois que foram escorraçadas do Planalto da Conquista pelo Mestre de Campo João da Silva Guimarães”.

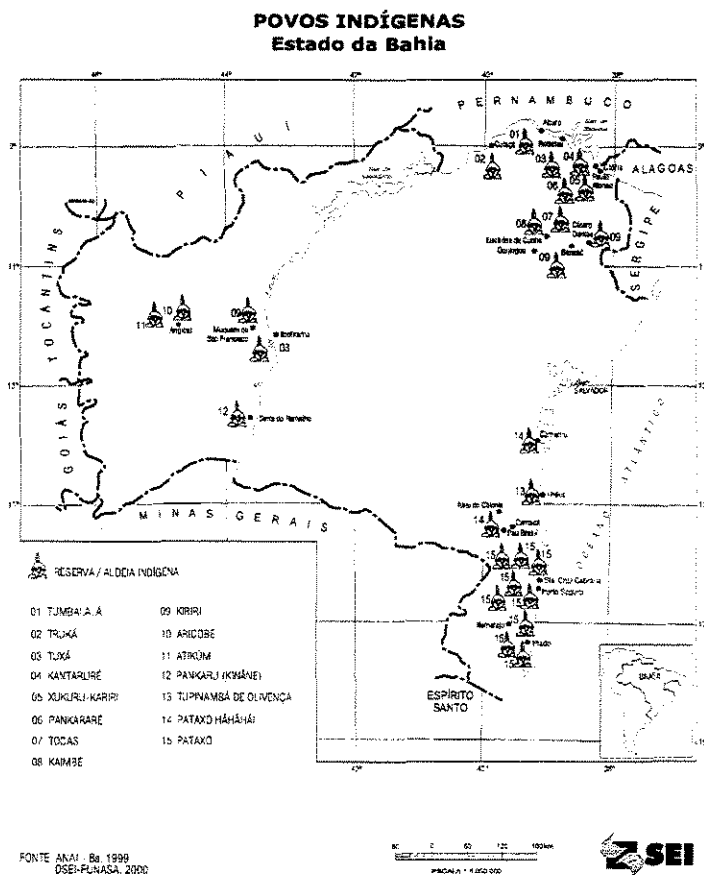
Para a zona de mineração, foram também muitos índios, levados pelos bandeirantes, que viviam na região de São Paulo. Só Raposo Tavares, como já citado, chegou a Rio de Contas com 120 índios carijós⁵⁹. No entanto, nesse caso, ao que parece, eles foram com seu “chefe” para o Piauí, mas é plausível que alguns dos índios que vieram com bandeirantes acabaram por se integrar na vida da região.

Os remanescentes dos índios que viviam na zona de agropecuária foram integrados. Outros vivem ainda na região, a despeito dos problemas de demarcação territorial, a saber: Tumbalalá, Truká, Tuxá, Kantururé, Xukuru-Kariri, Pankaré, Tocas, Kaimbé, Kiriri, Aricobé, Atikúm e Pankaru. A população, no entanto, é pequena, variando de 50 indivíduos, a exemplo dos Kiriri das terras do Rodeador em Cícero Dantas e os Atikúm do Angical até, no máximo, 1.350 entre os Kiriri do Banzaê (cf. Carneiro e Almeida 2004). Todos esses remanescentes vivem na região nordeste do estado⁶⁰, que faz parte da zona de agropecuária, mas não estão na microrregião de Feira de Santana, outros vivem nas regiões Sul e Oeste, as quais não fazem

⁵⁹ Há fontes que indicam 80 índios

⁶⁰ O projeto de pesquisa ‘A língua portuguesa no semi-árido baiano’, sediado na UEFS e coordenado por mim tem como próxima etapa de trabalho estudar o português falado nessas áreas.

parte da área da nossa pesquisa. O mapa abaixo apresenta a distribuição dos remanescentes de índios na Bahia.



Os remanescentes de índios dessas comunidades são todos falantes do português⁶¹. Aliás, em todo o nordeste brasileiro, somente os fulniôs se expressam em sua própria língua (cf. Puntoni, 2002). Não há muitos estudos que tratem, além do léxico, de possíveis influências indígenas no PPB.

⁶¹ Cf. estudo etnográfico de Estevão Pinto (1956, apud Puntoni, 2002), intitulado Etnologia brasileira: fulniôs, os últimos tapuias.

2.2.2.1 Rápida observação sobre a educação indígena

A educação dos índios foi feita, ao que se sabe, pelos jesuítas. Após a expulsão destes, esses índios aculturados foram abandonados a sua própria sorte. Há, como se viu no item 2.2.1, poucos registros de índios na instrução pública no século XIX, talvez por conta disso não tive acesso a dados sobre a educação dos mesmos após a expulsão dos jesuítas.

2.2.3 Algumas observações sobre a presença de portugueses e seus descendentes no interior da Bahia colonial e imperial

A notícia de que havia ouro na região levou para Chapada Diamantina o paulista Sebastião Raposo Tavares em 1722, com cerca de 120 escravos carijós, com mucamas e vários filhos⁶². Ele ficou pouco tempo no local. Entretanto, outros mineradores bandeirantes chegaram logo em seguida. Os paulistas e portugueses, unidos a outros elementos, fundaram povoados e vilas à medida que iam explorando as minas, surgindo as seguintes povoações: Furna, Casa da Telha, **Mato Grosso**, Vila Velha, Canabrava de São Gonçalo, Arraial do Ribeiro (Paramirim), Morro do Fogo de Nossa Senhora do Carmo, entre outros. Segundo Mozart Tanajura (2003), os paulistas comunicavam-se com os índios em tupi, por conta disso, há na região muitos sítios batizados nessa língua. Com a grande imigração portuguesa para a região no século XVIII, a língua portuguesa prevaleceu e o governo determinou que todos os nomes de povoados e vilas que surgissem fossem batizados com nomes portugueses.

⁶² Quando os exploradores chegaram nessa região já existiam alguns ranchos solitários de criação de gado.

A presença européia também se fez sentir com os padres jesuítas, que se deslocaram para essa região no mesmo período (1715) e construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas⁶³.

Ao que parece, não havia mulheres brancas no período inicial da colonização da região da Chapada, imperando, desta forma, a mestiçagem. Após alguns anos estabelecidos no local, as mulheres brancas começaram a chegar e só a partir daí as casas passaram a ter uma melhor estrutura. Segundo Tanajura (2003: 66), pelos fins do século XVIII podia-se dividir a população da microrregião de Rio de Contas em três grandes classes:

- a) “Os brancos (não muito puros), gente de sobrado, agrupada nos grandes clãs, donas das minas e fazenda de criatório; muitos eram negociantes, tinham lojas “debaixo do sobrado”, onde se fazia o comércio. Esta classe tomava a si a Câmara e recebia do governo certa regalia”.
- b) “A classe média era constituída pelos brancos não senhores, mestiços, muito numerosos e dos pretos livres, que se dedicavam aos trabalhos manuais, ao pequeno comércio e outras atividades análogas”.
- c) “Os pretos, grande massa proletária.”

Segundo esse autor, estas distinções não faziam barreiras intransponíveis nem podiam ser chamadas de castas. Ninguém podia passar de negro a branco. Mas, havia a possibilidade de se passar da classe **c** para a classe **b**. No entanto, uma ascensão para classe **a** era bem mais difícil. Essa mobilidade social nos indica que já poderia existir certa “mobilidade lingüística”.

Na região de Feira de Santana, além dos frades que fundaram povoações, há notícias de fazendeiros portugueses e descendentes que se estabeleceram na região. Havia alguns deles

⁶³ Passou a vila em 9 de fevereiro de 1724, acrescentando o nome Minas, ficando assim denominada de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas. Esse núcleo passou a ser chamado Vila de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas, atual cidade de Nossa Senhora do Livramento, a segunda vila dos sertões na época. Em 1724, por ordem do conde Galvéas, a sede da vila de Livramento foi transferida para um ponto situado duas léguas, acima, local onde hoje está situada Rio de Contas.

em São José das Itaporocas, como pode ser atestado em documentação do Arquivo Ultramarino. O português João Peixoto Veigas, em fins do século XVII, dizia que estava estabelecido na região tinha alguns anos. Segundo Galvão (1982), a concessão dessas terras a João Peixoto Veiga data de 1619, sendo que se instalaram currais e seus descendentes dominariam parte da área da casa da Ponte com latifúndios.

Entretanto, entrando mais para o sertão, principalmente na região do São Francisco, a maior parte dos brancos que para lá foram no período colonial já eram brasileiros, em sua grande maioria paulistas e baianos (cf. Vianna, 1935). Em Feira de Santana, quando da sua (re)provação mais intensa no século XIX, a situação não foi diferente. Resta-nos saber que variante do português esses brasileiros utilizavam. O mais plausível, até por conta dos dados da escolarização que serão apresentados adiante, é que utilizasse uma variante popular do português, já que os próprios portugueses que entraram pelos sertões eram de classes sociais baixas.

2.2.4 Algumas observações gerais sobre a relação entre educação e estandardização lingüística no interior da Bahia do século XIX

Em artigo escrito em co-autoria com Zenaide Carneiro (2004), fizemos um estudo sobre a situação da escolarização na Bahia do século XIX. Constatamos que na segunda metade do século XIX, o índice geral de alfabetizados na Bahia era de 20,6% ⁶⁴ e o geral do interior, 17,13%, enquanto que a média nacional era próxima a 19%. Esse percentual, no entanto, não é uniforme, ao contrário, há um desequilíbrio muito grande na distribuição. Em Juazeiro, por exemplo, o percentual de alfabetizados é de apenas 4%, enquanto que em outras

⁶⁴ Vale destacar ainda que esse índice na capital da província (Salvador) entre os livres era de aproximadamente 36,32% (cf. censo de 1872).

localidades há índices superiores, acima, inclusive, da média nacional, como por exemplo, Monte Alegre, 24%, Lençóis com 30%, Morro do Chapéu, 28,58% e Itapicuru, 27%. Já nos municípios contemplados na nossa amostra, os índices eram de 21,77% em Feira de Santana e de 19% em Rio de Contas⁶⁵.

Na grande maioria dessas localidades, o ensino se limitava às primeiras letras. No auge da mineração, cursos preparatórios e secundários eram oferecidos em algumas localidades que faziam parte da zona mineradora, como Jacobina, mas com a diminuição da atividade aurífera esses cursos foram fechados.

No entanto, segundo o depoimento de Durval Vieira de Aguiar (1888 [1979]), funcionário da polícia que andou pelo sertão no século XIX, as escolas eram por demais precárias, faltavam professores, materiais etc.

Por conta dos percentuais apresentados acima, dos dados, ou a falta deles sobre a escolarização de indígenas e africanos e dados de demografia apresentados nos itens precedentes, talvez não se possa falar de um português culto ou semi-culto⁶⁶ no interior da Bahia para o período colonial e imperial.

Não acredito que o ensino de primeiras letras, que na maioria das vezes ocorria de forma precária, vide depoimento de Durval Vieira de Aguiar, pudesse influenciar de forma mais marcante a variedade lingüística usada pelo geral da população que permanecia excluída do sistema escolar.

⁶⁵ Não se sabe se houve algum interesse governamental em mascarar a realidade, apresentando índices maiores nas localidades, como, por exemplo, àquelas que foram urbanizadas a partir de ganhos auríferos (Lençóis e Morro do Chapéu).

⁶⁶ Português culto falado ou escrito por portadores de nível superior, já o português semi-culto seria, em um conceito simplista, uma variante lingüística utilizada por pessoas das classes média e baixa com escolaridade média, como já dito ao longo do texto.

Na grande maioria dessas localidades não havia aulas maiores⁶⁷, ou mesmo cursos preparatórios, situações em que realmente haveria um maior contato com a leitura, a escrita e o estudo não só da gramática do português, mas também da gramática latina, grega, etc.

Como então falar de um processo de standardização, nesse período, com escolas por demais precárias e com funcionamento irregular?

Provavelmente, por conta dos contatos lingüísticos variados, e também pelo irregular processo de escolarização que se refletiu na standardização, como dito acima, o português popular falado pela grande população, em sua maioria mestiça, teve mais “chances” de se desenvolver e se manter nessa região, reinando praticamente sozinho até início do século XX. Há alguns indícios que foram os “mestiços”⁶⁸ os grandes divulgadores desse português pelo semi-árido afora durante todo o século XIX, momento em que esse se firmou como hegemônico (cf. Carneiro e Almeida, 2002, V Seminário do PHPB, no prelo).

A implantação da variante do Português Brasileiro Culto⁶⁹ - PCB -, e, provavelmente, semi-culto, no interior da Bahia, deve ser um fato recente. Mesmo em Rio de Contas que, no auge da mineração, recebeu muitos portugueses, mesmo lá se havia alguns poucos representantes de uma variante lingüística culta, não acredito que tenha influenciado, de forma decisiva, outras variantes. Acredito que a grande maioria de uma classe média rural que hoje é falante de uma norma semi-culta, só teve um contato mais intenso com a escolarização nas primeiras décadas do século XX⁷⁰. Período no qual houve a tão citada passagem do Brasil de

⁶⁷ Havia, em algumas localidades que fazem parte da zona de mineração (século XVIII), cursos preparatórios e os cursos secundários. Com a “queda” da extração de ouro e diamantes uma parte da elite dessas localidades migrou, fazendo com que muitos desses cursos fossem extintos.

⁶⁸ Usado para diferenciar uma parte da população dos portugueses e dos afro-descendentes.

⁶⁹ Sobre as faces do português culto confira Ribeiro (2002).

⁷⁰ Claro que havia interioranos entre os estudantes que foram enviados para a Universidade de Coimbra durante todo o século XIX e, posteriormente, para a faculdade de direito de Olinda/Recife e de medicina na Bahia, entre outras. No entanto, penso que se parte desses baianos para lá voltaram e se voltaram não era em número

um país rural para um país urbano, e quando as vias de comunicação foram abertas, e não só os jornais escritos começaram a chegar ao interior, mas os compêndios, dos quais tanto lamentou a falta, nas escolas das localidades do semi-árido, Durval Vieira de Aguiar. E mesmo os locais em que muitos dos benefícios da urbanização não chegaram até hoje, as famosas “cidades imaginárias”⁷¹, das quais tratou José Eli da Veiga (2003, 2ª. ed), mesmo nesses lugares, o contato com os grandes centros urbanos regionais, o contato com a mídia tem levado essas populações antes iletradas a aproximar-se de um português mais ou menos culto.

Por conta disso, apresentarei dados mais recentes sobre essas localidades com o intuito de descrever um pouco da história mais atual das duas microrregiões, detendo-me mais especificamente nos distritos e municípios estudados. Farei uma descrição atual, pois minha hipótese é a de que o processo de urbanização, ocorrido de forma mais acelerada, com grandes movimentos migratórios internos, desde o final do século XIX e início do século XX, pode ter favorecido uma “maior uniformização” entre o dito português popular rural e o dito português urbano culto ou semi-culto⁷².

Neste sentido, cidades como Feira de Santana são muito importantes para esse entendimento porque recebem pessoas de zonas rurais não só da Bahia, mas de outros estados do Nordeste, além de receber semanalmente uma população flutuante muito grande. Assim,

suficiente para que o português falado por eles se constituísse em uma variante suficientemente forte para exercer uma pressão de cima para baixo, nos termos definidos por Labov (1975).

⁷¹ O conceito de “cidades imaginárias” do autor refere-se àquelas que mesmo tendo tamanho irrisório foram classificadas como ‘cidades’ pelo censo. Essas são, na verdade, simples aglomerações de agricultores. Esse equivoco acontece porque no Brasil “considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vilas), alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000” (p.32). Foi considerada urbana, por exemplo, uma sede municipal, no estado do Rio Grande do Sul, que tinha apenas 18 moradores, no censo demográfico de 2000. Na verdade, segundo Veiga, no Brasil só 57% da população é, inequivocamente, urbana.

⁷² Stella Maris Bortoni-Ricardo (1985) analisou em sua tese de doutorado a urbanização de falantes rurais quando os mesmos migram para uma grande cidade, no caso analisado por ela, Brasília.

pode-se dizer que zonas metropolitanas exercem um papel importante na urbanização de cidades rurais⁷³.

2.2.5 Alguns dados atuais sobre a região de Rio de Contas – Chapada Diamantina - Bahia

No início do século XX, mais precisamente na década de 40, a população de Rio de Contas era composta por 44,37% de brancos, 17,10% negros, 38,53% de outros. Vê-se que o fato de apresentar no século XVIII um grande número de escravos, não se refletiu de forma muito incisiva na formação “por cor” de sua população nos séculos subseqüentes. Um dos motivos que pode ter levado a um menor número de negros do que em outras regiões foi o fato de que já no início do século XIX boa parte dos escravos que trabalhavam nas minas de ouro de Rio de Contas foram trabalhar nas Minas de diamantes da região, principalmente em Mucugê (antiga Santa Isabel do Paraguaçu), em Morro do Chapéu e em Andaraí. Hoje, essas localidades apresentam um percentual de negros e pessoas de ‘outra cor’ muito maior do que Rio de Contas. Em um *ranking* com relação à classificação da população por cor branca, esse município fica em 17º e sua vizinha Livramento fica em 4º lugar.

Nesse mesmo período, em 1940 o número de alfabetizados no município era de 25,30%, um aumento menor que 10% com relação a 1872/1875 em que o índice de alfabetização, no que na época era considerado o município de Rio de Contas, era de 19%.

Atualmente, Rio de Contas tem uma população estimada em 13.931 habitantes, com uma população urbana na sede municipal de 3.598 e em aglomerações urbanas, distritos e

⁷³ O que estou chamando aqui de cidades rurais seriam aqueles pequenos municípios, com no máximo 15 mil habitantes, em que toda a sua “vida” cotidiana esteja vinculada a uma vida no campo, ou seja, o sistema econômico deve estar pautado na agricultura de subsistência e em pequenos rebanhos bovinos e caprinos. Entretanto, esse conceito foi criado neste trabalho sem nenhuma filiação teórica mais específica.

povoados, 5.683⁷⁴, apresentando baixíssimo crescimento demográfico. Os seus moradores mantêm uma forte ligação com as cidades de Nossa Senhora do Livramento e Brumado. A primeira tem uma população de 37.986 mil habitantes e a segunda tem uma população de 61.634, sendo que 40.673 moram na zona urbana. Além do contato com esses municípios, há, em épocas de estiagem, uma migração, na maioria das vezes temporária, de homens para grandes centros como São Paulo e Brasília. Recentemente no distrito de Mato Grosso, com o plantio de café, essa situação tem mudado um pouco.

O fato de alguns homens da região irem trabalhar em São Paulo não parece ter afetado de uma forma mais profunda a cultura do lugar. Esses homens geralmente trabalhavam de ajudante de pedreiro, ficando hospedados, na maioria das vezes, na própria obra, tendo contato quase que exclusivo com os colegas de profissão, em sua grande maioria pessoas analfabetas. Ao término de uma obra, e com o dinheiro na mão, geralmente, voltavam para casa e lá passavam vários meses. O retorno para São Paulo só é realizado se a seca for muito grande⁷⁵.

2.2.5.1 Os povoados estudados

2.2.5.1.1 As comunidades de Bananal e Barra dos Negros

Tomei conhecimento sobre a existência das comunidades de Bananal/Barra dos Negros quando fomos (eu e um grupo da UEFS) ao arquivo municipal de Rio de Contas fazer pesquisa sobre o tipo de documentação que lá existia e qual o estado de conservação das mesmas. A funcionária do arquivo, ao saber que trabalhávamos com lingüística, nos falou sobre a existência das comunidades de Bananal e Barra dos Negros que seriam provavelmente

⁷⁴ Dados do censo 2000. População residente, em valores absolutos e relativos, em situação urbana e em situação urbana na sede municipal., IBGE, 2000.

⁷⁵ Claro que em meio a esses migrantes alguns se estabelecem definitivamente em São Paulo e de vez em quando retorna ao lugarejo para rever os parentes.

remanescentes de quilombos e também da comunidade de Mato Grosso, na qual os moradores seriam, segundo ela, descendentes diretos de portugueses. Como a Chapada Diamantina estava no roteiro para nossas pesquisas, resolvi incluir as duas comunidades de negros, como uma só, no mapeamento do projeto, já que a convivência entre eles é bastante íntima e os moradores de Bananal têm parentes em Barra e vice-versa. Bananal/Barra dos Negros⁷⁶, por conta destes fatos, são consideradas comunidades “gêmeas”. Estão localizadas 18 Km a oeste da cidade de Rio de Contas, Chapada Diamantina, Bahia.

Comecei a entender um pouco a história do lugar quando tive acesso a uma reportagem que saiu na Revista *Marie Claire* sobre a divisão entre brancos e negros; os negros em Bananal/Barra e os brancos em Mato Grosso⁷⁷, depois através de um registro de escravos, apresentado na tabela 2.1 desse capítulo. As comunidades dos negros são bastante pobres e com um nível de escolarização muito baixo. São dois núcleos rurais pequenos, tendo cada um, no máximo, 400 habitantes. Na época em que lá estive só havia duas pessoas com o segundo grau completo. Há uma escola primária em cada um dos povoados no sistema de várias séries em uma mesma classe⁷⁸.

Veja-se o trecho abaixo de uma moradora de Barra, falando sobre as origens do lugar e sobre a relação com Mato Grosso:

⁷⁶ Existem ainda outros núcleos quilombolas na região, a exemplo de Cinzento localizado na zona rural a 17 km do Planalto, no Sudoeste da Bahia. Esse lugar conta com uma média de 300 pessoas em uma área de aproximadamente 50 alqueires. O interessante é que algumas pessoas dessa localidade são originárias de Barra/Bananal, conforme atesta Novato: “Os antigos moradores do Cinzento afirmam que a origem de seus antepassados é da região da Chapada Diamantina, mais precisamente do antigo arraial dos Creoulos, atual município de Rio de Contas. Perseguindo essas pistas, cheguei até o Arquivo Municipal da referida cidade, onde pude constatar que o sobrenome Pereira Nunes, predominante no Cinzento, era o mesmo de um proprietário de escravos da região de Rio de Contas. O inventário encontrado, o qual contém essa informação, é do século 18, ainda bem distante da abolição da escravatura. (...) Raymundo Pereyra Nunes, esse conhecido como Capitão, datou o seu inventário entre os anos 1777 a 1781. Esse período coincide com a chegada de exploradores de ouro na região da Chapada Diamantina e, no caso específico, a constituição do município de Rio de Contas” (pág.).

⁷⁷ A localidade de Mato Grosso, situada a 18 Km de Rio de Contas no alto da serra, em um local de difícil acesso, já foi pesquisada anteriormente, conforme Dinah Callou. O falar de Mato Grosso (Bahia) – fonêmica. Aspectos da morfossintaxe e do léxico. Dissertação de Mestrado, UNB, mimeografado. 1974.

⁷⁸ Isso até 2000 quando lá estive pela última vez.

Preto que trabalhava em Mato Grosso vinha, dormia aqui e preto e os outro escravo que trabalhava na estrada Real em Livramento... (circunstancial que tinha até a 8ª. Série, sexo feminino).

Mato Grosso já é separado. O povo de Mato Grosso ele... eles é muito racista. Agora que eles ta ma... muito amigo, mas era muito racista. Eles não gostava de falar com negro. E chegava um negro lá no Mato Grosso, eles falava, tinha hora que até xingava. Só que agora eles tá amigo, depois que saiu uma revista ai, eles falaram muito dos negro. Ai saiu a revista, ai agora, eles agora, que ficou amigo. Eles é muito racista, o povo, o pessoal do Mato Grosso, só casa mehmo lá mehmo. (Inf. 4 – 27 anos, m, 3ª. Série primária).

Segundo Messeder e Martins (1991) que estudaram os grupos de negros da região

(...)no que tange aos arraiais negros, nada foi descoberto, até o momento, que permita mapeá-los historicamente. A tradição oral do grupo remete a um momento impreciso de estabelecimento no local relacionado à ação mineradora.

Vasconcelos e Filho (2001), ao fazerem um estudo sobre o comportamento sócio-cultural da comunidade de Bananal, concordam com os autores acima e dizem que esta surgiu provavelmente nos fins do período da exploração do ouro no século XIX. Mas, afirmam que não há fatos que comprovem que estes são descendentes de escravos fugitivos. Na verdade, uma parte desses moradores não se reconhece como descendentes de escravos, como foi verificado através de algumas entrevistas. As comunidades sobrevivem da agricultura de subsistência e a terra é apropriada de forma coletiva, porém cada família planta e colhe a sua parte.

2.2.5..1.2 A comunidade de Mato Grosso

A povoação de Mato Grosso é tão ou mais antiga do que a própria sede do município de Rio de Contas. A primeira menção a esse povoado, encontrada por mim, foi na transcrição

de um relatório feito pelo desembargador Luiz de Siqueira da Gama, no início do século XVIII, quando fez viagem pela Chapada para que, por ordem de D. João V, examinasse a maneira como trabalhavam naquelas minas e para que se escolhesse o lugar para ereção de uma nova vila, “bem como a melhor forma da arrecadação dos quintos do ouro”. (Amaral, 1940:19). Veja-se a citação do então desembargador (apud Amaral idem: 26-27):

Do Ribeirão se vai ao Mato-grosso, ultima marcha desta jornada por ser ali a rancharia maior dos mineiros daquelles districtos, onde todos tem sua casa de palha, e aqui aportão todos os vivandeiros com os seus comboios; ou sejão da villa da Cachoeira, ou os que vem do Rio S. Francisco, e de todas as mais partes. (...). As três léguas de Mato-grosso, por áspero caminho e morros e penedias, está o riacho, em que minerou o coronel Paulista Sebastião Raposo (...).

Sobre o tipo de população que estava trabalhando no local onde Sebastião Raposo havia minerado, em áreas próximas a Mato Grosso diz ainda o desembargador.

Achavão-se a este tempo no dito riacho setecentos trabalhadores entre batêas e almocafres, além de outros que andavão em vários riachos, e alguns em novos descobrimentos, com que seguramente passavão de duas mil pessoas. Compunha-se este número de toda a variedade de gente, que para aquella parte tinha ocorrido, como Paulistas do Serro do frio e Minas-geraes, homens brancos de pequena esfera, que deste recôncavo, e d muitas partes do sertão tinha ido, mulatos e negros, e entre todos havia vários criminosos (...) uns roubando, e outros matando, e logo que em algum ribeiro acertavão alguns com melhor pinta, caia aquella multidão...(28-29)

Vê-se pela citação acima que havia muitos brancos pobres (pequena esfera), mulatos e negros, o que nos indica que houve, pelo menos, muitos contatos intra e interlingüísticos. O desembargador não informa se havia portugueses entre os brancos, só fala dos paulistas e mineiros. Mas, sabe-se que portugueses foram para Mato Grosso explorar ouro. Com a guerra dos Marotos, muitos deles deixaram a vila de Rio de Contas às pressas. No entanto, como o

povoado não é muito acessível, pode ser que alguns deles tenham se mantido lá, pois é fato que o povoado é constituído por pessoas de pele branca, como inclusive observou o antropólogo americano Harris na década de 50 do século XX quando estudou a região (cf. Harris, 1959).

Na localidade existem⁷⁹, hoje, duas grandes famílias, os Mafras e os Freires. Dos Mafras dizem que são descendentes de portugueses e alguns, segundo os próprios informantes, já mantiveram contato com parentes distantes em Portugal. Dos Freires não há informações sobre a sua descendência. Uma outra família, a dos Guimarães, está estabelecida em Livramento, e dizem que são descendentes de Manoel de Oliveira Guimarães, cujos pais eram portugueses. Há também notícia de um português chamado Rodrigo Alves Meira que se casou no arraial de Mato Grosso e em meados do século XVIII, sendo que seus descendentes estabeleceram-se em Livramento (cf. Tanajura, 2003).

No relatório anteriormente citado, o desembargador informa que os ‘mineiros’ dessas regiões não tinham muitos escravos, às vezes apenas dois ou três “moleques”, isso no início do século⁸⁰. Diferente do que se viu na tabela 2.1 da matrícula dos escravos dos anos de 1748-1749. Segundo alguns historiadores, a vila recebeu muita gente, que veio com o intuito de explorar a mineração, depois de 1746 quando a sede da mesma mudou para o arraial dos *Creolos*. Nesse período, deve ter vindo uma grande “leva” de escravos, tornando nessa época a presença africana mais intensa. A nova vila foi “erigida” por ordem real que dizia

Convém muito que se erija logo no Rio de Contas uma vila com seu magistrado não só pelo que respeita à boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar distúrbios e desordens que cometem aqueles moradores como refugiados. (apud Tanajura, 49).

⁷⁹ Não que não existam outras famílias, mas a boa parte dos moradores faz parte de uma dessas duas famílias.

⁸⁰ O relatório mostra ainda que na época da mineração já existiam fazendas de gado na região, e diz que antes de se chegar em Mato Grosso, partindo dos *Creolos* havia uma fazenda de gado.

Os padres jesuítas fundaram uma capela em Mato Grosso em 1715. Mas, a memória oral diz que a primeira foi fundada por promessa de um garimpeiro que perdeu seu filho nas serras. O referido senhor fez a promessa de que se encontrasse o menino ergueria uma capela sob invocação de Santo Antonio, como se pode ver através do depoimento de uma das circunstanciadores que aparecem nas entrevistas:

Circ: Aqui era um mato então ficou o nome de Mato Grosso. (...) construiu essa igreja aqui, disse que tinha um menino que sumiu aqui dentro dessa mata, então fizeram uma promessa quando achasse o menino, fizeram uma promessa ao Santo Antônio, fazer uma igreja de Santo Antônio então meu pai falava isso, né? Aí então ficou o nome de Mato Grosso, que esse lugar era mata muito, muito...[inint] então ficou o nome de Mato Grosso.

Atualmente, Mato Grosso tem uma escola de primeiro grau completo e já teve em anos anteriores o segundo grau⁸¹. No entanto, como os professores vinham de Rio de Contas, a prefeitura achou por bem colocar um carro que transporta os alunos até a sede para que os mesmos cursassem o segundo grau na cidade. Há também algumas vendas e uma farmácia no local. O acesso ao povoado ainda é um pouco difícil, pois o mesmo fica a 1450 metros acima do nível do mar. A subida que fez Dinah Callou na década de 60, para coletar material para o Atlas Prévio dos Falares Baianos e seu material de dissertação, foi feita em lombo de burro e durou três horas. Hoje, faz-se de carro em mais ou menos 40 minutos, apesar da estrada ser muito ruim.

As pessoas do local, ao contrário das de Bananal e Barra dos Negros, plantam para vender e não simplesmente para a subsistência. Além de abastecerem as feiras da região com verduras, há, também, muitos plantadores de café. Por conta disso, a migração hoje em dia é bem menor do que em outras épocas.

⁸¹ De acordo com a documentação consultada, havia no século XIX uma ordem para criar uma escola no povoado, não se sabe se tal providência foi realmente tomada.

2.2.6 A região de Feira de Santana

Feira de Santana, cidade com quase quinhentos mil habitantes, durante muito tempo foi pouso para as boiadas e seus vaqueiros que vinham de toda a microrregião e até de outros estados.

Segundo Silva et alii (1985), entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX a região de Feira de Santana era muito procurada porque estava em ascensão econômica, apesar das secas. A cidade já se encontrava interligada a outras regiões do estado por estradas carroçáveis. Em 1876, foi inaugurada a ligação ferroviária entre Feira e Cachoeira, ficando muito mais fácil à comunicação entre o Sertão e o Recôncavo.

A partir de 1950, o município começa a crescer por conta de uma rápida expansão industrial, e, especificamente, a cidade passa a receber pessoas da zona rural do município e de diversas regiões do estado e de todo o nordeste brasileiro. Nesse momento, passa a existir uma grande interação entre falantes de diversas variedades rurais e urbanas do português, que formaram e estão formando a variedade lingüística local. Neste sentido, é importante o resgate da história desse contato, pois assim se tem um controle sobre as motivações externas que resultam nos processos de mudança no português brasileiro e especialmente no português rural baiano.

A partir da tabela abaixo pode-se verificar a evolução da população urbana e rural do município entre 1950 e 1996:

Tabela 2.6: Feira de Santana- Evolução da população do município 1950-1996

ANOS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
	TOTAL	URBANA		RURAL	
1950	107.205	34.277	31.97	72.928	68.03
1969	141.757	69.884	49.30	71.873	50.70
1970	190.076	134.263	70.63	55.813	29.37
1980	291.504	233.905	80.98	57.599	19.76
1991	405.848	348.973	85.98	56.875	14.02
1996	450.487	393.943	87.45	56.544	12.55

Fonte: IBGE. Censo Demográfico – Bahia, 1950 e 1991. Contagem de população – 1996 (extraído de Freitas).

Como se pode observar nessa tabela acima, entre nas décadas de 50 e 60, a população de Feira de Santana é concentrada em mais da metade na zona rural (68,03% (1950) e 50,70% (1969). Vê-se, ainda, através desses dados, que a urbanização nessa cidade é recente e bastante acelerada, como se pode ver pelos dados de concentração demográfica após os anos 80. A partir dessa década, a população rural é de apenas 19,76% do total, chegando a apenas 12,55% na década de 90. Outro fator vai contribuir com essa acelerada na urbanização: a implantação do Centro Industrial do Subaé. Com a implantação das indústrias, a cidade continua a receber pessoas de outros municípios da região e começa a contar com um maior número de “itens” que fazem parte de um grande centro urbano, como serviços e maior influência da mídia. Esse processo acelerado de urbanização vai ter um grande impacto mesmo em sua zona rural, que passa a manter um maior contato com a cidade, fato importante para o nosso trabalho.

Assim, a cidade começa a ser um núcleo que exerce influência cultural, econômica e provavelmente lingüística sobre diversas microrregiões do semi-árido baiano, passando a

receber a partir das décadas de 40-60, população flutuante e permanente de indivíduos da microrregião, tornando-se, como já dito, de certa forma aglutinadora de diversos falares e culturas.

Segundo Silva et alii (1985), a partir de dados do IBGE, Feira de Santana, na década de 1970, tem uma zona de influência que contém 75 cidades. Sendo que dessas 33 são centros subordinados a ela com estradas asfaltadas, quantidade superior a qualquer outra localidade aglutinadora.

Concomitantemente ao recebimento da população agrícola de outras regiões do estado, que trazem seus filhos para estudar ou vêm em busca de emprego, encontra-se migrantes (geralmente oriundos das zonas rurais) de diversos estados do nordeste, que fogem da seca, principalmente de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Na década de 40 e 50, esse fato era inclusive tema de debates nos jornais, vejam-se o trecho abaixo, extraído de um dos jornais da cidade, no qual um jornalista escreve a um poeta da cidade:

Meu caro Aloísio

(...) a população sofreu uma extraordinária mudança.

Há nortistas e nortistas com todos os sotaques e todas as peixeiras

Este é o alvorecer da segunda metade do século na província com o pernóstico da capital.

(1951 – Hugo Navarro)

Assim, o crescimento urbano do município se dá de forma mais acelerada do que em outras regiões do estado e do Brasil como um todo, como mostra a tabela abaixo extraído de Freitas:

Tabela 2.5: Taxa geométrica de crescimento anual – 1950-1991 – Feira de Santana, Bahia e Brasil.

	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91
Feira	3,80	4,60	4,50	3,05
Bahia	2,04	2,41	2,35	2,06
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93

Fonte: IBGE – censos democráticos – Bahia, 1950 a 1991.

Dessa forma, faço algumas perguntas, mesmo que não seja o meu objetivo respondê-las nesta tese: que conseqüências lingüísticas pode ter havido a partir desse contato de tantos falantes oriundos da zona rural do estado da Bahia e até de outros estados? Será que o dialeto urbano de Feira de Santana sofreu muitas influências dos dialetos rurais e vice – versa?

Na verdade, neste sentido, concordo com Santos (1994) que diz que hoje no Brasil há zonas urbanas com áreas agrícolas e áreas agrícolas com zonas urbanas. Feira de Santana pode ser um exemplo de município urbano com áreas agrícolas, ou o contrário, uma grande área agrícola com um médio centro urbano.

Nestes casos, os limites entre urbano e rural são muito tênues, havendo um *continuum*, como em qualquer cidade, mas um *continuum* mais tênue, entre zona rural, zona suburbana e zona urbana. (cf. Callou, 2002, para o RJ). Assim sendo, talvez nesse município já não houvesse mais, talvez só em situações muito específicas, o “típico vernáculo rural⁸²”, como ele é pensado no geral, uma língua com alguns arcaísmos e com algumas “simplificações”, que não são comumente encontradas no português popular urbano, mas uma variedade

⁸² Talvez na variedade lingüística utilizada pelos mais velhos haja mais características ‘rurais’.

lingüística formada a partir do contato de diferentes dialetos nordestinos. Já Rio de Contas, por enquanto, pode ser pensado como um município rural com área urbana⁸³.

Assim, apesar de ser um médio centro urbano, penso haver em Feira de Santana⁸⁴ uma maior integração entre campo e cidade. Na cidade propriamente dita, hipotetizo que, tanto em termos culturais como em termos lingüísticos, haveria muitos traços rurais trazidos por esses migrantes da zona rural do município e das ‘pequenas cidades rurais’ da região. Esses traços que não seriam mais simplesmente rurais, mas ‘rurais /urbanos’, (cf. Bortoni-Ricardo), pois sofreram transformações quando da integralização com o urbano. Esse fato se daria principalmente nas zonas suburbanas, nas quais há toda uma cultura do rural, como, por exemplo, a criação de galinhas, o plantio de pequenas hortas nos quintais, o uso generalizado de chás para curar doenças, a existência da figura da rezadeira, sendo os quintais cheios de ‘memórias do campo’. Já na zona rural do município, bastante integralizada com a zona urbana, encontra-se, além, claro, de marcas da vida urbana, como eletrodomésticos sofisticados quando a condição financeira o permite, culto às festas da cidade, por parte dos jovens, como a micareta e o carnaval, toda uma atitude urbana (por parte dos jovens e alguns de meia idade) que se percebe através das roupas, do jeito de falar e se portar, apesar de existirem grupos que estão trabalhando para preservação da cultura do homem da roça, como é o caso do grupo Quixabeira. Além disso, também por parte dos jovens, parece existir uma

⁸³ Não se pode perder de vista as transformações que podem estar ocorrendo no município, principalmente na cidade de Rio de Contas por conta do turismo.

⁸⁴ A situação de Feira de Santana é bastante complexa, como tentei mostrar em um trabalho apresentado no seminário ‘Parlendas do Vasto Sertão, na UEFS, 2001. Apesar de todos os processos de urbanização ocorridos no município, fica a impressão de que seus dialetos rurais já não são tão arcaizantes e simplificados, apesar de todo o município conservar algumas características ruralizantes, mesmo em sua zona urbana. É bom deixar claro que nos dialetos rurais baianos não são encontrados alguns fenômenos que são encontrados no dialeto caipira, por exemplo.

atitude mais cuidadosa com a fala como se quisessem, intuitivamente, tê-la legitimada como urbana, fazendo um esforço que resulta em um número menor de características que são conhecidas como próprias de falares do campo. Assim, se de alguma forma o lingüístico reflete o social, penso que tais fatos possam ser indícios que a variedade urbana popular feirense tem muito do rural e vice-versa.

2.2.6.1 A comunidade da Matinha

A Matinha, que é o povoado alvo de nossos estudos, é um bom exemplo da relação colocada acima. Existem, na sede e na zona rural do distrito, algumas escolas de ensino fundamental. Além disso, os moradores mantêm um contato muito grande com a cidade, pois vendem a sua produção agrícola nas feiras do município. Assim, esse povoado, mas parece uma área agrícola dentro dessa imensa zona urbana.

Os próprios moradores têm intuição sobre essa relação. É claro que diversas características rurais são preservadas, mas não parece ser no nível de preservação que se encontra em Barra/Bananal (Rio de contas). Os jovens da Matinha, por exemplo, sentem-se às vezes integrantes da vida urbana, às vezes como integrantes da vida rural. Vejam os trechos abaixo retirados de entrevistas realizados com jovens do local.

Doc.: e as crianças assim quando geralmente ficam doentes faz o quê?

Inf: leva pra rua. Leva pra rua. Essa semana eu tava com um menino doente aqui, eu tive que ir no carro de cinco hora (...). (inf. 2, f, jovem).

Inf: chega na praça não paga o trabalho que a gente tem” (inf. 2, jovem , curso primário completo) (falando do trabalho que dá a farinha e como fica barato ao vender em feira).

“Levar pra rua” em Feira de Santana significa levar para o centro da cidade. Até nós que moramos na zona urbana usamos essa expressão “ir para rua”.

Em contrapartida, a contradição entre o viver na zona urbana ou na rural aparece quando os jovens mostram que estão decepcionados com a vida do campo, mesmo muitas vezes, como dito acima, sentindo-se da cidade.

A vida é... Fica naquela né? Naquela dificuldade, você sabe que aqui não tem como você tirar um dinheiro, não tem uma empresa, não tem um... Não tem um meio... um meio de você sobreviver, ter uma vida estável, é naquela né, naquela dificuldade. Você sente falta de tanta coisa que... que num tem. então é isso, as coisa aqui não é... é assim essa decadência ai, né, não é brincadeira não. (inf. 1, m, jovem, curso primário completo).

A origem da Matinha não é muito certa. Alguns dizem que este povoado se originou de um antigo quilombo. Os informantes disseram que o povoado foi fundado em uma época em que uma peste assolava a região, ao que parece início do século XX. Duas moradoras que tinham fazendas no lugar fizeram uma promessa: se a peste não chegasse até as suas terras elas ergueriam uma capela, e segundo contam foi o que aconteceu, como mostra a fala de um informante⁸⁵.

e aqui tinha minha tia aqui e aí ela fez uma promessa, ela fez uma promessa que se não chegasse aqui, que ela fundava aqui uma igreja, né? e implantava o cruzeiro, que naquela época... e aí não veio mesmo, chegou até certos meios, uns três quilômetro aí, parou, num vei aqui e aí ela minha tia implantou esse cruzeiro, [initn] construiu uma capelinha, uma igreja, aí a primeira casa dela, da minha tia, ali.

Assim, o povoado foi se formando ao redor da igreja, fato comum na origem de tantos povoados baianos.

⁸⁵ Algumas pessoas afirmam que a Matinha talvez tivesse sido um quilombo. O fato é de que em períodos anteriores a grande maioria da população era de afro-descendentes.

2.3 Algumas considerações

Posso afirmar que as variantes lingüísticas usadas nessas comunidades são populares. Esta afirmação é baseada nos dados sobre escolarização e sócio-histórico-demográficos apresentados nos itens anteriores que demonstram que as comunidades 1 e 2 foram formadas em um período denominado por Lobo (1998) de **Fase 1** da realidade lingüística brasileira, ou seja, a do multilinguismo generalizado; não-urbanização; não-escolarização; não-estandardização lingüística.

Nesse período, do século XVII ao XVIII, o contato entre línguas imperava. Desta forma, esses povoados, fundados na época da mineração, tiveram como realidade lingüística esse contato entre línguas e dialetos. Hoje, não há nenhuma característica lingüística mais peculiar que nos remeta, de forma **clara**, a essa situação multilingüe, mas historicamente não há como negar esse fato. Na C1, seria de se esperar alguma característica que nos remetesse a um passado de contato lingüístico, pois seus moradores são descendentes de escravos que se mantiveram semi-isolados durante muito tempo. Esse semi-isolamento os deixava não só excluídos dos bancos escolares, mas também do maior contato com a mídia⁸⁶ e do contato direto com falantes do português semi-culto e culto. Pensei, ainda, que talvez na C2 encontrássemos uma variante mais próxima de alguma variante do PE, já que seus moradores são descendentes de portugueses. No entanto, aparentemente não há nenhuma característica mais peculiar por conta desse fato.

Essa situação é instigante, pois se os descendentes dos informantes da C1 aprenderam a língua a partir de uma situação de aprendizado imperfeito, já não existe algo que se assemelhe, por exemplo, ao caso de Helvécia. Em Helvécia há alguns aspectos que remetem a

⁸⁶ A energia elétrica só chegou a esses povoados no final do século XX.

um passado de contato lingüístico, como, por exemplo, a falta de concordância de gênero na fala dos mais velhos (cf. Lucchesi, 2000). Existe, na fala dos informantes de Bananal/Barra dos Negros, uma característica que se apresenta mais forte do que nas outras duas comunidades que é a não-concordância verbal. Sabe-se que em situações de aprendizado imperfeito há uma tendência a eliminar morfologia flexional, mas uma única característica não pode ser tomada como evidência de um processo tão complexo como esse⁸⁷. Talvez um estudo de outros fenômenos revele alguma outra peculiaridade. No entanto, não percebi de ‘oitiva’ nada de muito ‘estranho’, ou seja, que se apresentasse muito diferente de outros dialetos rurais com os quais tive contato.

Para se discutir essa questão da aquisição imperfeita tem que se discutir, como já dito, também com que gramáticas se deu o contato. E para isso é necessário se fazer um estudo de gramáticas de línguas que hoje não são as mesmas, as africanas e indígenas. Além disso, é importante verificar que gramáticas do português deram origem a essas variedades: a que chegou com os portugueses de “pequena esfera” nos séculos XVII e XVIII ou a que chegou com a família real no século XIX? Neste sentido, remeto a um trabalho de Ribeiro (1998) que questiona: a mudança sintática do português brasileiro é uma mudança em relação a que gramática?

Penso que, talvez, se os dados utilizados neste trabalho tivessem sido coletados entre a década de 20 ou 30 do século XX⁸⁸, ou mesmo um pouco depois, ainda houvesse fenômenos lingüísticos que nos remetessem a uma situação em que o português estava sendo adquirido de “forma imperfeita” por africanos e indígenas. Na época em que realizei as entrevistas, 1998-

⁸⁷ Há outros aspectos na variedade lingüística local que diverge da norma padrão, mas são aspectos que são encontrados em todo o PB.

⁸⁸ Na década de 60, Carlota Ferreira descobriu, quando coletava material para o Atlas Lingüísticos Prévio da Bahia, a comunidade de Helvécia, composta por afro-descendentes. De acordo com o relato da mesma, havia no falar de seus habitantes muitas características próprias de línguas crioulas. Hoje, Helvécia é estudada por Alan Baxter e Dante Lucchesi, bem como por seus orientandos de mestrado e doutorado.

2001, o Brasil, mais especificamente a Bahia já havia passado por um grande processo de migração interna, pelo desenvolvimento das vias de comunicação, pela abertura de estradas, o que levou essas comunidades que antes viviam semi-isoladas a ter acesso a grandes e médios centros urbanos, a mídia e a escolarização, fatos que levaram as variantes rurais a se aproximarem cada vez mais das variantes urbanas.

Já a comunidade 3, a da Matinha, foi formada no período denominado por Lobo de Fase 2: a do multilinguismo localizado, urbanização; escolarização e estandarização lingüística. Assim, essa comunidade poderia apresentar características diferentes, principalmente da C1, que é formada por afro-descendentes com baixa escolarização, ou seja, um linguajar mais urbanizado.

Como eu disse anteriormente, essas questões que envolvem a relação entre história interna e história externa do PB são por demais complexas e exigem um trabalho de equipe, como o que vem sendo realizado no âmbito do PHPB. A minha intenção, nesta tese, não é fazer essas relações, é, tão simplesmente, descrever o sujeito nulo nas variedades rurais e levantar alguns questionamentos sobre os motivos externos que poderiam ter levado a um comportamento diferenciado dessas se comparadas às variantes urbanas, por isso a minha tentativa, neste capítulo, é a de inferir sobre o contexto histórico no qual essas comunidades foram formadas.

Assim, trabalharei com duas comunidades da Chapada, a denominada de comunidade 1 (C1), composta por afro-descendentes (Bananal/Barra dos Negros) e é a que apresenta os mais baixos índices de escolarização entre as três. A outra da Chapada (Mato Grosso), a comunidade 2 (C2), composta por pessoas de pele 'clara', o que, pela história local, remete a uma origem portuguesa. E a comunidade 3 (C3), Matinha, que é uma povoação da zona de agropecuária, localizada próximo a um médio centro urbano. Mas, mostrarei que as diferenças

entre os ‘dialetos’ falados nessas localidades não refletem claramente as diferentes formações demográficas.

CAPITULO 3

DESCRIÇÃO DOS DADOS:

sujeito nulo e morfologia verbal

... ao mesmo tempo, sugerem (K & T) que a visão paramétrica pode dar conta de línguas que diferem não na possibilidade de terem uma ou mais propriedades de um parâmetro, mas pela quantidade maior ou menor da manifestação de um fenômeno. (Kato, 2003:265).

3.1 Introdução

A descrição dos dados será iniciada observando-se a relação entre sujeito nulo e morfologia. Em seguida, os sujeitos pronominais serão analisados com relação a alguns contextos semânticos e sintáticos. Por último, será observada a distribuição dos sujeitos nulos pronominais pelas faixas etárias e escolaridade, com o objetivo de investigar se estes grupos estão fazendo uso de diferentes variantes, tentando visualizar se estas estão sendo produzidas por uma mesma gramática.

O total de dados nas três comunidades, incluindo-se os sintagmas nominais, foi de **11.550**, apresentando **62%** de categorias lexicais e **38%** de categorias vazias. Com os sujeitos pronominais, os resultados gerais foram os seguintes: 7.641⁸⁹ ocorrências com sujeitos de referência definida, sendo que em 41% delas era a categoria vazia que ocupava a posição de

⁸⁹ O número de dados com os pronominais era bem maior, 9.630, no entanto foram eliminadas diversas ocorrências da comunidade 1, Barra/Bananal, por haver um desequilíbrio numérico entre os dados dessa comunidade e os das outras duas, além da eliminação de alguns dados de estatuto duvidoso, no que diz respeito a classificação do tipo de sentença, por exemplo. Essa eliminação só foi contabilizada na análise dos pronominais, a partir do item 3.4 para facilitar o uso do VARBRUL que só trabalha com no máximo 3000 (três mil) dados.

sujeito; retirando-se as coordenadas não-iniciais⁹⁰ com sujeitos correferentes foram 31% (1.797/5.802); retirando-se também as relativas, nas quais o sujeito é relativizado foram 29% de nulos; dos 149 dados com os específicos de referência genérica em 143 a posição de sujeito não estava preenchida, ou seja, 96% de nulos; com os arbitrários, foram 1.256 casos e em 79% deles o sujeito não estava expresso, havendo uma leve diminuição desse percentual para 73% (661/901) ao serem retiradas as coordenadas não-iniciais.

3.2 Sujeito nulo e aspectos morfológicos

Neste item, serão analisadas as relações entre sujeito nulo, morfologia e, posteriormente, pessoa gramatical, a partir de diferentes procedimentos: a) a descrição dos nulos quando há um descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, ou seja, análise dos dados nos quais dadas as características do sujeito esperava-se que o verbo apresentasse morfologia própria, mas o mesmo apresenta marcas de 3ª *ps*⁹¹ (cf. Negrão, 1999⁹²); antes da descrição dos sujeitos é feita uma apresentação dos dados de não-concordância, pois são desses que serão retiradas as ocorrências de nulos que serão analisadas nesta seção; b) descrição de todas as ocorrências com morfologia de 3ª *ps*, tanto as que o sujeito exige essa morfologia quanto as que o sujeito não a exige (com os casos de *a* acima); c) descrição das ocorrências de morfologia de 3ª *ps*, nas quais o sujeito é realmente de 3ª *ps*, tendo como referente, geralmente, um SN; d) descrição dos dados em que há concordância entre o sujeito e o verbo nas 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural, ou seja, dados opostos aos apresentados em **a**. A

⁹⁰ No capítulo 4, as coordenadas não-iniciais serão retiradas para que a comparação com os resultados encontrados por Duarte, na variedade urbana do Rio de Janeiro, fique mais compatível, já que a mesma não trabalha com esse tipo de oração.

⁹¹ Nesse caso não foi considerado o descompasso entre a forma *a gente* e o verbo, como no exemplo “*a gente hoje somo inimigo*” (MT, inf.1).

⁹² Para esse trabalho com o sujeito nulo, quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, confira Negrão, 1999.

intenção ao se controlar todos esses contextos, nos quais ocorrem a morfologia de – número, – pessoa, é a de verificar se há diferentes comportamentos entre **a**, **b**, **c** acima, ou seja, observando se o fato de haver concordância ou não entre os traços do sujeito e do verbo apresenta algum tipo de influência no uso da **cv** (**item a**), bem como se esse uso independe dos traços do sujeito (**item b**), além de verificar se ter um SN como antecedente tem alguma influência no maior índice de nulos (**item c**). Os casos de **d** servirão para observar se há ou não sujeitos nulos identificados pela concordância.

3.2.1 Sujeito nulo contendo traços em discordância com o verbo

Por se estar analisando variedades que apresentam um paradigma verbal muito reduzido, e, por se ter como um dos objetivos maiores verificar a relação entre sujeito nulo e morfologia, o primeiro procedimento adotado na análise dos dados, será o descrito em **a** acima, ou seja, análise das ocorrências em que há um descompasso entre as marcas de concordância e o sujeito, pois, enquanto os verbos estão na 3ª *ps*⁹³, os sujeitos são de 1ª *pp* (nós), 2ª *pp*, 3ª *pp*, como nos exemplos abaixo:

- (46) *Hoje em dia eles mama na hora que cv nasce assim...* (BB, inf. 6). (1ª oração: sujeito na 3ª *pp* com verbo na 3ª *ps*; 2ª oração: sujeito nulo, tendo como referente um sujeito de 3ª *pp* e o verbo se encontra na 3ª *ps*).
- (47) *Era coisa que nós não tinha e hoje cv tá tendo.* (MG, inf. 9) (1ª oração: sujeito na 1ª *pp* com morfologia de 3ª *ps*; 2ª oração: sujeito nulo que tem como antecedente um sujeito de 1ª *pp*, mas com morfologia é de 3ª *ps*).

⁹³ Houve ainda alguns poucos casos de descompasso na 1ª *ps*, tipo *Eu casei por qu'eu tem nove anos de casado.* (MG, inf. 4). No entanto, não levei esses poucos casos em consideração por não ter real segurança se se tratava de não-concordância ou de um problema fonológico ou mesmo de transcrição. Foram apenas 5 casos desse tipo.

Para se ter uma real noção dessa redução⁹⁴, é necessário, antes que se apresente os índices de categorias vazias, que se verifique os percentuais de não-concordância nas amostras das três comunidades. Estão inclusos, nestes dados, contextos com diversos tipos de sujeitos, tanto os representados por pronominais (específicos e arbitrários) quanto os representados por SN's, quantificadores⁹⁵ e outros pronomes. São destas ocorrências que serão retirados os percentuais de nulos desse primeiro procedimento, que tem como objetivo verificar a existência de categorias vazias nesse tipo de contexto. Contexto no qual, em uma língua que utilize apenas a morfologia para identificação de *cv*s, o sujeito nulo seria impossível. É bom esclarecer que não foram colocados os percentuais com a 2ª *ps* na tabela abaixo, pois o número de dados foi muito reduzido e nesse caso houve 100% de não-concordância, como já era esperado.

Abaixo está a tabela com os percentuais nas 1ª e 3ª pessoas do plural, sendo que os poucos casos de 2ª *pp* estão inclusas nos de 3ª *pp*, por fazerem uso de uma mesma morfologia e terem um número de dados muito pequeno.

Tabela 3.1: Percentuais de não-concordância na 1ª *pp* e na 3ª *pp* - nas três amostras.

COMUNIDADE/PESSOA GRAMATICAL	1ª <i>pp</i>	3ª <i>pp</i>
BB (C1)	113/167 68%	309/383 81%
MG (C2)	63/96 66%	295/412 72%
MT (C3)	6/39 15%	111/225 49%

⁹⁴ Foram retirados, dessa amostra, casos em que há o descompasso entre os traços da 1ª *pp*, a gente, e o verbo, como na seguinte sentença: Inf: Hoje eu não me... hoje eu não converso com o pai dele... dela não. *A gente hoje somo inimigo.* (MT, inf. 1). Não foram nem 10 casos desse tipo em toda a amostra analisada.

⁹⁵ Foram retirados dos sujeitos representados por pronominais todos os que apresentassem algum tipo de quantificador, como descrito na metodologia (cf. cap.1).

- na comunidade 1 (C1), Barra/Bananal, a 1ª *pp* apresentou 68% de não-concordância (32% de concordância). Será mostrado no item 3.5 que a concordância é maior na fala dos mais jovens que vêm passando por um processo recente de escolarização;

- na comunidade 2 (C2), Mato Grosso, foram 66% de não-concordância na 1ª *pp* (34% de concordância), índice muito próximo ao da C1, o que me surpreendeu, pois, nesse caso, esperava mais marcas morfológicas por conta da sócio-história local e de haver nessa localidade maiores níveis de escolarização do que na C1 (ver também capítulo 2);

- na comunidade 3 (C3), Matinha, não houve muitos dados com a 1ª *pp*. Foram apenas 39 casos e desses havia apenas 15% de não-concordância entre o sujeito e o verbo (85% de concordância). Porém, apesar das poucas ocorrências, não há como deixar de considerar a diferença entre esse percentual e os percentuais da C1 e C2;

- na 3ª *pp*, a não-concordância foi maior nas três amostras, confirmando diversos estudos da área que mostram que os falantes são mais sensíveis à aquisição das marcas de + pessoa, + número, via escolarização, do que apenas as marcas de + número (cf. Rodrigues, 1987). Os índices foram: na C1, 81% de discordância (ou seja, 19% de concordância), na C2, 72% (28% de concordância), e, na C3, esse índice subiu um pouco e houve 49% de não-concordância (51% de concordância). Esse comportamento um pouco diferenciado da C3 será comentado durante todo o texto. Mas, nesse caso específico, penso que esses percentuais menores de não-concordância podem estar ligados ao fato de os informantes dessa comunidade serem mais escolarizados e manterem mais contato com o PB culto, ou pelo menos com o PB urbano semi-culto.

Observa-se, assim, que, com raras exceções, (C3), os índices de não-concordância foram acima de 60%, ou seja, a regra geral, principalmente na C1 e na C2, é uma variação morfológica com tendência maior ao não uso das flexões, ou flexão zero.

Nessas ocorrências, em que não há concordância entre os traços do sujeito e do verbo, os percentuais de nulos foram os seguintes:

Tabela 3.2: Percentuais de nulos⁹⁶ quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo nas três amostras.

COMUNIDADE/SUJEITO NULO	TODOS OS TIPOS DE SUJEITO (pronominais e lexicais...)	SUJEITOS PRONOMINAIS (específicos e arbitrários)
BB (C1)	85/394 22%	85/296 29%
MG (C2)	64/358 18%	64/239 27%
MT (C3)	36/117 31%	36/90 40%

Os dados da tabela acima dizem respeito aos sujeitos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural, pois, como já dito, foram retirados, desse percentual, os de 1ª e 2ª (tu) pessoas do singular. Na C1, foram 22% (85/394) de nulos; na C2, 18% (64/358) e na C3 esse índice foi um pouco maior, 31% (36/117). Ao se levar em consideração só os sujeitos pronominais, esses percentuais sobem um pouco: 29% na C1, 27% na C2 e 40% na C3, percentual próximo ao encontrado por Negrão (1999), que registrou 444 casos desse tipo⁹⁷ em seu *corpus* escrito e chegou a um índice razoável de nulos de 47,7%. É bom esclarecer que a referida autora trabalhou com alguns tipos de sentenças não trabalhadas aqui, como, por exemplo, as especificacionais. Sem elas o percentual encontrado foi de 37,8% de nulos.

Esses números são suficientes para que se afirme que esses contextos ainda abrigam categorias vazias e que essas categorias vazias não são mais identificadas pela flexão, já que

⁹⁶ O percentual de plenos é retirado apenas subtraindo 100% do total dado na comunidade, por exemplo, na C1 foram 22% de nulos, conseqüentemente 78% (309/394) de plenos.

⁹⁷ Com diversos tipos de sujeito.

não há marcas morfológicas para identificá-las. A construção abaixo exemplifica esse tipo de contexto:

- (48) *Lá de dois em dois ano, eles vem cá passear e cv volta de novo. Eles já construiu casa lá, já casaro, quase todo mundo mora lá. (BB, F.3, inf. 11).*

Na construção “eles vem cá passear e cv volta de novo”, a categoria vazia da sentença coordenada “e cv volta de novo” tem como antecedente o pronome *eles* da sentença anterior, que exige uma morfologia de + número e – pessoa, no entanto o que está colocado é uma flexão de – número, – pessoa. São comuns esses tipos de contextos, nos quais há um sujeito pleno inicial que descreve uma situação e essa situação continua sendo descrita com nulos ou plenos, com uma morfologia verbal em desacordo com o sujeito inicial. Já a retomada do pronome *eles* na sentença seguinte “eles já construiu” parece ser feita para que fique claro de quem se está falando, pois nesse caso a distância entre a oração na qual a categoria lexical aparece a primeira vez e a categoria vazia é grande, podendo prejudicar assim a sua identificação. Por conta de fatos como esses, Ferreira (2000:20) propôs que :

O sujeito nulo referencial do PB deve estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente mais alta.

Apesar de esse comportamento, no qual o antecedente que identifica a categoria vazia vir na oração imediatamente precedente, ser comum, nem sempre é isso que acontece. Em (49), abaixo, está colocado um exemplo deste tipo.

- (49) *Doc.: E seus pais não ficam com saudade, não, deles?
Inf.: Fica. Toda hora cv fica assim falano: “Por que Fulano num já veio? cv Demorou muito.” cv Fica assim falano. (BB. Inf.03)*

A última oração “cv Fica assim falano” tem como antecedente da **cv** um sujeito (SN pais) que está no discurso do entrevistador e se encontra várias orações antes da **cv**. Paredes da Silva (2003), ao trabalhar com as motivações funcionais que levam o falante a escolher entre sujeito pleno ou nulo, observa que quanto mais previsível o referente, menor a necessidade de explicitá-lo. Assim, de um ponto de vista como esse, o sujeito do exemplo acima é previsível, pois a pergunta do entrevistador é direta “seus pais...”. Desta forma, mesmo estando o referente algumas orações acima, não é difícil para os interlocutores perceberem a quem a **cv** se refere. No que diz respeito a uma análise formal, a categoria vazia dessa sentença não está c-comandada por um elemento na oração imediatamente anterior.

Estes fatos podem servir de prova incontestada de que o PB, principalmente a variedade aqui estudada, ainda apresenta sujeito nulo, o que pode ser discutível é a natureza desse sujeito e não a sua existência.

Este procedimento teve como objetivo verificar até que ponto o uso de “marcas zero” (–número, –pessoa), em descompasso com os traços do sujeito, levaria a um maior preenchimento da posição de sujeito, pois se o PB fosse uma língua que identificasse as categorias vazias sujeito só através da morfologia, o esperado é que houvesse preenchimentos categóricos nesses contextos. No entanto, verificou-se que há, apesar do número reduzido, sujeitos nulos, mesmo quando a morfologia não permite identificá-los. Na falta de flexão, a identificação é feita via ligação da **cv** com um antecedente topicalizado ou não, preferencialmente, mas não obrigatoriamente, em uma oração precedente.

3.2.2 Sujeito nulo com o verbo na 3ª ps

Neste item, adotarei dois procedimentos diferentes. O primeiro será o de verificar o número de nulos com o verbo na 3ª ps, levando-se em consideração todas as ocorrências com essa morfologia, independentemente da pessoa do discurso, independentemente da concordância ou não entre sujeito e verbo, ou seja, se os sujeitos são de 2ª ps, de 3ª ps, de 1ª pp, (nós ou a gente), de 2ª pp, de 3ª pp, e do tipo de sujeito, se específico ou arbitrário, o que importa é que a morfologia seja de –número, –pessoa. Assim, nestas ocorrências estão inclusas também as analisadas anteriormente. A repetição desses dados de descompasso se deu porque a intenção era verificar todos os dados com o verbo na 3ª ps. Os exemplos colocados abaixo ilustram esses tipos de casos:

- (50) *cv Dava aquelas enxadinha pra gente ir trabalhano.* (cv que tem como referente um sujeito específico de 3ª pp – os pais). (BB, F.1, m,P, inf. 3).
- (51) *E aí a outa casou, cv mora em Livramento.* (cv que tem como referente um sujeito determinado na 3ª ps com verbo na 3ª ps), (BB, F.3, m, A, inf. 9).
- (52) *Cê compra um quilo de açúcar, cv compra dois quilo de... de açúcar* (cv na posição de sujeito indeterminado tendo como correferente o sujeito na 2ª ps com o verbo na 3ª ps). (BB. F.2, m, inf 5).
- (53) *aí a gente pegava e cv regava as... as terra e agora as roça num... num perdia não.* (cv na posição sujeito determinado tendo como referente o a gente, com verbo na 3ª ps). (BB.F.2, m, inf. 5).
- (54) *...nós ia pra missa, cv passeava, cv olhava aquelas coisa lá...* (cv na posição de sujeito tendo como referente um pronome de 1ª pp com o verbo na 3ª ps.). (BB. F.2, f, inf.6).
- (55) *...mas tem uns que exagera, cv chega dento de casa não dá sossego.* (cv na posição de sujeito tendo como referente um sujeito de 3ª pp com o verbo na 3ª ps). (BB, F.2, m, inf.7).

O segundo procedimento será o de verificar o índice de nulos com o sujeito de 3ª *ps*, ou seja, sujeito com traços de 3ª *ps* e verbo na 3ª *ps*. Esse tipo de categoria vazia é facilmente identificável tanto a partir de um referente externo, que levará o sujeito a ser referencial específico, quanto na ausência do referente, levando a interpretação indeterminada (Galves, 1987, Duarte, 1995). Assim, ao trabalhar com a morfologia de –número e –pessoa em contextos em que o sujeito é de 3ª *ps*, verifica-se que o número de nulos é maior. Veja-se a tabela 3.3, na qual estão colocados os resultados encontrados com os dois procedimentos.

Tabela 3.3: Percentuais de nulos quando o verbo está na 3ª *ps* independentemente do sujeito e percentual de nulos com o verbo e sujeito na 3ª *ps* - nas três amostras.

COMUNIDADE/SUJEITO NULO	NULOS COM VERBO NA 3ª <i>ps</i> INDEPENDENTEMENTE DO SUJEITO		NULOS COM SUJEITO E VERBO COM TRAÇOS DE 3ª <i>ps</i>	
	Todos os sujeitos	Só pronominais	Todos os sujeitos	Só os pronominais
BB (C1)	1035/3382 31%	1035/2371 44%	928/2161 43%	928/1503 62%
MG (C2)	734/2185 34%	734/1528 48%	583/1475 40%	583/927 63%
MT (C3)	719/1767 41%	719/1244 58%	638/1379 46%	638/919 69%

Na C1, como visto na tabela acima, quando o verbo está na 3ª *ps*, independentemente do sujeito, o percentual de nulos é sempre acima dos 30%.

Com os pronominais, os índices vão de 44% na C1 até 48% na C2. Na C3, o índice de nulos, novamente, foi um pouco maior, **58%** (719/1.244). Existe um equilíbrio, nas três comunidades, entre o uso de categorias plenas e nulas quando o verbo apresenta essas marcas. Tal fato, leva-me a reafirmar a hipótese inicial de que, talvez, a morfologia não seja mais o principal mecanismo de identificação dos sujeitos nulos nesta variedade do português

brasileiro, pois essa distribuição tão equilibrada entre categorias evidentes e vazias ocorre exatamente quando a morfologia não dá conta da identificação do sujeito, se de 1ª *pp*, 2ª *ps*, 3ª *ps* ou de 3ª *pp*. Abaixo estão ocorrências com sujeito que exige verbo na 3ª *ps*.

(56) *Aí ele se dana, larga, aí você vai e faz.* (MT. F.2, m, inf. 5).

(57) *Não, ainda não tá ino não. Tá novo demais ainda. A maiorzinha tou quereno botar já, mas a outa não, que ainda tá com um mês e pouco, tá molinha ainda.* (MT. Inf. 1).

No próximo exemplo, o sujeito, ao qual a *cv* está ligada, possui traços de 1ª *pp*, mas o verbo está na 3ª *ps*, mesmo assim é possível a identificação dessa *cv*.

(58) *Muitas vez, nós saía daqui com a malinha no... nas costa e *cv* ia pegar no Livramento.* (BB. F.3, m, inf.9).

Este é um caso típico do que ocorre quando há um verbo com morfologia de –número e –pessoa, mas que tem como correferente a 1ª *pp*, como os exemplos colocados anteriormente no procedimento a. O exemplo (59) também tem uma *cv* que está numa posição de sujeito de um verbo de 3ª *ps*, mas que tem como antecedente um sujeito de terceira pessoa do plural.

(59) *Não quer mehmo. As criança de hoje em dia só tá quereno, só tá pensano de namorar, *cv* já nasce desde pequenininha já falano de namorar.* (BB, inf.2).

Nos dados do segundo procedimento, quando sujeito e verbo têm traços de 3ª *ps*, coluna 2 da tabela, o número de nulos foi bem maior. Na C1, foram 43% de sujeitos nulos na 3ª *ps* ao serem considerados os diversos tipos de sujeitos e 62% só com os pronominais.

- (60) *Mistura... mistura a tapioca ali na massa e põe o beiju, a massa e com a tapioca...* (sujeito nulo de 3ª ps indeterminado) (BB, F.3, m, A, inf. 9).
- (61) *...quando ele é da terra, coisa, que ele racha, quer dizer que ele racha muito, que tem... tem terra com poucas hora ele vai abrino...* (sujeito pleno de 3ª ps determinado). (BB.F.3, m, A, inf 9).

Na **C2**, houve **40%** de categorias vazias, considerando os diversos tipos e **63%**, só com os pronominais.

- (62) *Ele tem quarenta e cinco. É. Ele só mexe é com negócio, cv num é judiado de enxada...* (sujeito determinado pleno e nulo na 3ª ps). (MG, F.3, m, inf. 9).
- (63) *Torra assim no torrador, torradeira. E pisa no pilão e passa na peneira. passa na hora que tá fazeno...* (sujeito indeterminado nulo na 3ª ps) (MG, F.1, m, P, inf. 3).

Na **C3**, o percentual de nulos chega à casa dos **46%** (638/1379) com os vários sujeitos e **69%** (638/919) com os pronominais.

- (64) *O xarope, corta as foia miudinha, a cebola. Se quiser, se for pra... se quiser usar logo, cozinha as folha, aí pronto...* (sujeito indeterminado nulo na 3ª ps) (MT, F.1, m, P, inf.1).

Do total de sujeitos pronominais, com a morfologia de 3ª ps ocorre um número razoável de indeterminados, mas não tão grande que nos indique que já não haja, como dizem alguns autores, sujeitos nulos referenciais definidos em PB, ao contrário, há um alto percentual na 3ª ps, não deixando de ter um alto índice de indeterminados, como será mostrado mais detalhadamente no 3.3.2.

A preferência pelo sujeito nulo na 3ª ps, a distribuição equilibrada entre categorias vazias e plenas nas ocorrências que envolvem o verbo na 3ª ps com sujeito tendo traços de outras pessoas, como a 1ª pp (a gente), 2ª ps (você), levam-me a continuar sustentando a

hipótese inicial de que os sujeitos nulos existem no PB e não são mais, preferencialmente, identificados pela concordância e sim via coorreferência com um antecedente. No entanto, outros dados que serão apresentados no próximo item me levam à seguinte pergunta: será que não há mais casos de sujeitos nulos identificados pela morfologia no PB?

3.2.3 O sujeito nulo de acordo com a pessoa gramatical e a concordância verbal

Agora serão apresentadas ocorrências de sujeito nulo relacionando pessoa do discurso e morfologia específica, com o objetivo de verificar até que ponto categorias vazias ocorrem nesses contextos, pois isso pode demonstrar que a identificação das mesmas é feita via flexão, como no exemplo (65), abaixo:

(65) *Eeu não tenho e não sou muito assim encafifado assim com televisão.* (BB, inf. 01).

(66) *É. Todo mundo vai. Geralmente eles vão convidar na casa. Andam o Mato Grosso todinho pra convidar. Tem vez que convida na igreja, agora já tá convidano nas casas.* (MG, inf. 2)

Em contrapartida, serão apresentados índices de nulos nessas mesmas pessoas quando ocorrem com morfologia zero. No item anterior, foram apresentados os casos com as pessoas do plural conjuntamente. Aqui serão apresentados em separados e serão descritos também os de 1ª ps.

(67) *Tem. O prefeito paga. O prefeito paga uma caminhonete, aí leva os estudante todo dia, todo dia de manhã e mei dia eles chega. Quando eles tá estagiano eles fica o dia lá só chega à noite.* (MG, inf. 3).

Na tabela 3.4, estão os resultados quantitativos com as 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural⁹⁸.

Os números da C1 são anteriores à exclusão de mais de 300 dados. Esclareço que ao se trabalhar, mais adiante, só com os pronominais fiz essa exclusão, pois havia uma grande diferença entre o número de sujeitos pronominais dessa comunidade e o das outras, não existindo, assim, equivalência quantitativa. Além da necessidade de rodar o VARBRUL⁹⁹. Por enquanto, estou trabalhando com todos os tipos de sujeito.

Tabela 3.4: Percentuais de sujeitos nulos de acordo as pessoas gramaticais, separados os casos de morfologia específica e os de morfologia zero – nas três amostras.

COMUNIDADE/ PESSOA GRAMATICAL	BB - C1		MG - C2		MT - C3		TOTAL POR PESSOA	
	com des. própria	com des. zero	com des. própria	com des. própria	com des. própria	com des. zero	com des. própria	com des. zero
1ª pessoa do plural (nós)	26/54 48%	24/113 21%	23/33 70%	5/63 8%	24/33 73%	2/6 33%	73/120 69%	31/182 17%
1ª pessoa indireta do plural (vocês)	1/3 33%	1/10 10%	0/0 0%	0/20 0%	7/7 100%	0/0 0%	8/10 80%	1/30 33%
3ª pessoa do plural (eles)	39/71 55%	60/299 20%	74/117 63%	65/275 24%	59/107 55%	27/111 24%	172/225 76%	152/685 22%

Com a 1ª pessoa do plural os resultados foram os seguintes:

- na C1, foram 48% de nulos quando o verbo aparecia com as marcas de + pessoa, + número e 21% quando as marcas eram zero; na C2, essa diferença foi maior, sendo que com a desinência *mos* foram 70% de cvs e apenas 8% quando as marcas eram de –número, –pessoa;

⁹⁸ Ao se observar a diferença geral entre as ocorrências com morfologia específica e todas as ocorrências (com todas as pessoas, cf. tabela em anexo) vê-se que a diferença é de apenas 1 ponto percentual. Por comunidade a situação não é muito diferente, na C1 e na C2 a diferença é de 2 pontos percentuais, e na C3 os índices são os mesmos. Tais fatos poderiam nos levar a princípio a descartar completamente a relação entre sujeito nulo e morfologia. Entretanto, esses dados são insuficientes e faz-se importante a observação, além dos contextos já explorados, de vários outros para só assim concluirmos se há ou não essa relação.

⁹⁹ O VARBRUL é um programa que só aceita 3000 dados. Foram excluídos dados produzidos no início de cada entrevista, pois são os momentos de menor relaxamento.

na C3, 73% com *mos* contra 33% sem. Parece haver, nas duas últimas comunidades, mais casos de identificação de sujeitos nulos de 1ª *pp* através da morfologia. Fato que pode ter explicação na própria constituição sócio-histórica das comunidades e nos níveis mais altos de escolarização, pois a C2 é uma comunidade rural que tem como fundadores portugueses e paulistas e níveis de escolarização bem maiores do que a C1. Já a C3, além de manter contato constante com um médio centro urbano, tem os mais altos índices de escolarização entre as três (ver discussão no capítulo 2). Abaixo se encontram exemplos que ilustram sujeitos nulos identificados pela morfologia:

(68) *Somos bem cuidado.* (MG, F.1, f, P, inf.2).

(69) *Vamo apurar esse casamento logo.* (MG, F.2, m, A, inf.7).

- na 3ª *pp*, os índices são menores, mas é próximo ao que ocorre na 1ª *pp*. Na C1, foram 55% de sujeitos nulos com a morfologia de + número, –pessoa, já com a morfologia zero 20%. Na C2, são 63% com desinência específica e 24% com desinência zero. Na C3, são 55% contra 24%. Esses números podem demonstrar duas perspectivas diferentes, mas que não são excludentes: de um lado parece haver sujeitos nulos identificados pela concordância e de outro os percentuais com morfologia zero demonstram, nesse caso sempre acima de 20%, que já existem, como mostrado no item 3.2.1, outras formas de identificação do sujeito nulo que não a flexão.

As ocorrências (70) e (71), ilustram exemplos com morfologia específica, (72) com morfologia zero.

(70) *E os outos que tão aí são muito pra frente, são muito adiantado.* (BB. Inf.4)

(71) *Nascero tudo no Mato Grosso, mas já morreu tudo.* (MG. Inf.7).

(72) *Você foi até lá na frente, mas vortou.* (BB. Inf.4).

E, há, ainda, os casos em que não foi marcado se o verbo apresentava ou não desinência própria, nas formas homófonas *tem/têm- vem/vêm*.

(73) *Aí agora, sempre eles tem uns cavalão bonito. Eles passa aqui muito montado ne cavalo.* (BB, inf.8).

Na 1ª *ps*, quando são separadas as ocorrências com morfologia própria, *ei* e *o*, e morfologia homófona a outras pessoas verbais, como, por exemplo, o pretérito imperfeito do indicativo, o subjuntivo, etc, os índices encontrados foram: na C1, com a desinência *o* e *ei*, houve 35% de nulos, na C2, 42% e na C3, 43%. Sem a desinência específica, esses números passam para 23% na C1, 17% na C2 e 28% na C3. Há mais nulos com a desinência própria de 1ª *ps*, mas esse não é o único mecanismo de identificação dos sujeitos de 1ª *ps*, pois ocorrem nulos com morfologia própria da 3ª *ps*, havendo assim ambigüidade, sendo esses sujeitos identificados pelo contexto. Além disso, a identificação, via flexão, parece ser muito mais forte na 1ª *pp* que carrega traços de + número, + pessoa, e não somente nas que carregam + número, –pessoa ou de + pessoa e –número.

O que se pode concluir dessa situação é que apesar da flexão não ser mais o principal mecanismo de identificação da categoria vazia na posição de sujeito, ela ainda exerce certo papel ao aparecer em algumas sentenças identificando sujeitos pronominais, principalmente de 1ª *pp* (cf. exemplos (68), (69), (70), (71)). Kato (1999) mostra que as flexões em português culto são/eram pronominais que dispensam/dispensavam o uso explícito de sujeito, por serem eles mesmos os sujeitos.

Um fato interessante a ser discutido no capítulo 4 é que há mais *cv* identificada pela flexão nesses dialetos do que no urbano descrito por Duarte (1995).

Abaixo estão colocados os resultados com contextos semânticos.

3.3 Aspectos semânticos

3.3.1 Sujeito nulo de acordo com o tipo de sujeito

Serão analisados, a partir de agora, os sujeitos pronominais específicos e arbitrários para que seja verificado até que ponto o PB, especificamente a variedade aqui analisada, mantém ou não sujeitos referenciais definidos e como eles se distribuem.

3.3.1.1 Os sujeitos de referência definida de acordo com a pessoa do discurso

Serão apresentados abaixo os índices de ocorrência do sujeito nulo de referência definida e sua relação com a pessoa gramatical nas três comunidades trabalhadas.

Tabela 3.5: Percentuais de sujeitos nulos de referência definida de acordo com as pessoas gramaticais – nas três amostras

COMUNIDADE/PESSOA GRAMATICAL	BB Comunidade 1	MG Comunidade 2	MT comunidade 3	TOTAL POR PESSOA
1ª pessoa do singular	343/1059 32%	495/1293 38%	473/1198 39%	1311/3550 37%
2ª pessoa do singular	0/3 0%	1/5 20%	0/3 0%	1/11 9%
2ª pessoa indireta do singular	1/15 7%	1/54 2%	4/23 17%	6/92 = 6,5% 7/103 = 7%
3ª pessoa do singular	532/1034 51%	398/738 54%	388/657 59%	1318/2429 54%
1ª do plural indireta do plural	117/509 23%	67/230 29%	24/162 15%	208/901 23%
1ª pessoa do plural	50/155 32%	28/96 29%	26/39 67%	104/290 36%
2ª pessoa indireta do plural	2/7 29%	0/21 0%	0/1 0%	2/29 7%
3ª pessoa do plural	65/215 30%	61/178 34%	50/106 47%	179/499 35%
Total por comunidade	1110/2997 ¹⁰⁰ 37%	1051/2615 40%	965/2189 44%	3126/7641 41%

A 3ª ps apresentou os maiores índices de sujeito nulo nas três comunidades, com 51%, na C1, 54% na C2 e 59% na C3, fato que já havia sido observado no item 3.2.1. Porém, aqui, foram separados os dados de sujeitos de referência definida e arbitrária, mostrando que, mesmo havendo variação, realmente há ainda nulos específicos em PB.

A distribuição entre categorias vazias e lexicais foi equilibrada, havendo uma pequena diferença de percentual da C3 para a C1 de 8 pontos percentuais e de 5 pontos percentuais em relação a C2.¹⁰¹ Observa-se, nesse caso, nitidamente uma preferência pelo

¹⁰⁰ Lembro que o número de dados de específicos nessa comunidade era de 3307. Foram retirados mais de trezentos dados para que o varbrul fosse rodado e para que os números ficassem mais compatíveis com os das outras comunidades.

¹⁰¹ É interessante observar que esse índice de sujeito nulo é maior do que percentuais encontrados por outros pesquisadores em dialetos urbanos, exceptuando-se o resultado encontrado por Nicolau com o dialeto urbano de São Paulo. Nesse trabalho a autora analisa o sujeito nulo de infinitivas juntamente com o de finitas, fato que pode explicar o alto índice de sujeitos nulos apresentado.

‘pronome’ nulo em detrimento do pleno. Lembro que esse número descerá um pouco ao serem retiradas as coordenadas não-iniciais (capítulo 4).

Como a outra pessoa que apresenta o segundo maior índice de sujeitos nulos, aparece a 3ª *pp* com 30% na C1, 34% na C2 e 47% na C3. Novamente a C3 apresenta o maior índice de nulos. Estranhei, inicialmente, este fato porque era esperado que os percentuais encontrados nessa comunidade estivessem mais próximos aos apontados nos estudos com os dialetos urbanos, ou seja, um maior número de preenchimento do que nas outras duas, por motivos que foram expostos no capítulo 2. Mas, como a comunidade urbana de Feira de Santana é ‘muito rural’, poderia também haver mais nulos por conta dos contatos com essa variante urbana bastante influenciada por variantes rurais.

Atuando para favorecer a *ev* na posição de sujeito de 3ª pessoa está a animacidade. Quando o sujeito é inanimado o percentual de nulos foi de 74% (C1), 89% (C2) e 96% (C3). Quando o sujeito é animado ocorreram 42% de sujeitos nulos nas comunidades 1 e 2, e 47% na comunidade 3. Tal fato confirma diversos outros estudos (cf. Duarte, 1995) que mostram que o número de preenchimento é menor quando o sujeito de terceira pessoa é inanimado¹⁰². Aqui os percentuais de nulo são bem maiores do que os encontrados por Duarte. Nesse caso, há um comportamento das comunidades rurais muito próximo ao que ocorre no PE, pois com exceção da C1, os índices foram próximos ou acima de 90%¹⁰³. Em PE esses percentuais chegam a 100% (cf. Barbosa et alii 2001).

¹⁰² Entretanto, esse resultado não foi o mesmo quando se incluiu os sintagmas nominais, nesse caso o número de nulos foi 42%, entre os animados e 39% entre os inanimados, diferença bem maior do que a encontrada entre as sentenças com sujeitos pronominais.

¹⁰³ Próximo ao índice encontrado por Lira, 93%

- (74) *cv É toda de pedra. A igreja de Nossa Senhora também é de pedra. A dos Santos e tudo, eu não sei se é tudo de pedra também, mas eu acredito que é de pedra porque ela tem um champranhe pra...* (BB, F.1, f, P, N, inf.4).
(Sujeitos inanimados)
- (75) *É folgada, essas coisa assim, cv é folgada. Alguns veste muito curto demais, os travesti, né?* (MG, F.1, m, P, 1), (falando de tipo de roupa). (Sujeitos inanimados)

Foi verificado ainda se havia diferenças quando o sujeito animado era mais humano ou não. Com o sujeito +humano o percentual de nulos foi o seguinte: 43% (C1), 42% (C2), 47% (C3). Quando o sujeito era -humano o resultado foi 33%, 30% e 43% nas comunidades 1, 2 e 3 respectivamente, ou seja, o sujeito +humano favorece levemente, se comparado ao -humano, o uso da categoria vazia

- (76) *Mas ele já tem uma mulher que cv mora naquela casa ali, que aquela casa ali é a casa dos festeiro. Ai agora o prefeito deu ela uma casinha ali.* (BB, F.1, m, P, inf.1). (Sujeitos animados)

Há, ainda, um contexto de nulo quase categórico, a 3ª ps, que tem como referente um SN genérico, apresentando 96% (C1) (73/76), 100% (C2) (34/34) e 100% (C3) (21/21). Na 3ª pp o número de nulos é um pouco menor, 75% (C1) (3/4), 82% (C2) 9/11 e 100% na C3 (3/3).

- (77) *O povo pranta... o povo prantava bastante, agora já não tá prantando demais não.* (MG, F.1, m, P, inf. 1). (sujeito de 3ª. pessoa com o referente genérico).

É bom esclarecer que Duarte os trata conjuntamente com os específicos. Se assim fosse feito aqui, o número geral de nulos na 3ª ps definida subiria mais ainda. Ficaram 54% (73/76) de nulos na C1; 56% (432/772) na C2 e 60% (409/678) na C3.

Para Duarte, o fato de o número de categorias vazias ser maior na 3ª *ps* reforça a questão da relação entre a concordância e o sujeito nulo. Ela conclui que a 3ª pessoa é a mais resistente à mudança porque conta com um referente externo para identificá-lo. Ainda para essa autora, os casos de nulos identificados pela concordância são residuais em PB, e “sugerem um período de transição – de língua *pro-drop* para língua não *pro-drop*.” (1995: 23).

Concordo com Duarte quando ela diz que parece haver resquícios de sujeitos nulos identificados pela concordância, pois ao cruzar, como visto no item anterior, sujeito e morfologia, percebe-se a identificação de *cv*s através desta e tal fato é mais claro na C2 e C3, que apresentam os maiores índices de escolarização, além de não apresentar a mesma história de contato lingüístico. No entanto, acho que o PB, apesar da sugestão encontrada nos dados de Duarte, não esteja deixando de ser uma língua *pro-drop*. Penso que ainda “é cedo” para se fazer tal afirmativa, mesmo que todos os contextos de sujeitos definidos sejam de variação. É necessário, ainda, se fazer mais estudos com as variedades populares, pois ao se levar em consideração dados do tipo que estou apresentando, fica evidenciado que o PB ainda apresenta *cv*s na posição de sujeito. Na verdade, os dados aqui analisados estão mostrando que o PB parece ser de uma língua *pro-drop* diferente das outras línguas românicas, ou *semi-pro-drop*, como já proposto por diversos autores.

Concordo com a maior parte dos pesquisadores que dizem que a identificação desse tipo de categoria vazia, principalmente na 3ª pessoa, é, atualmente, realizada através da ligação da categoria vazia com algum elemento da sentença anterior ou mesmo no discurso¹⁰⁴. Não proporei, como outros autores, uma análise sobre qual a categoria vazia ocupa a posição do sujeito em PB, se *pro*, se variável etc, já que meu objetivo é realizar um trabalho empírico.

¹⁰⁴ Não controlei o antecedente discursivo (cf. Paredes da Silva).

Mas, na medida do possível, concordarei ou não com algumas análises apresentadas no capítulo 1 e, pontualmente, retomadas ao longo desse capítulo.

Galves (1984), por exemplo, propõe que o sujeito nulo de relativas e completivas são categorias vazias ligadas. Nas relativas seria uma variável presa a um elemento em COMP e nas completivas seria ligada a um SN em posição A ou a um pronome livre. Modesto (2000) diz que nas encaixadas é um *pro* que em PB é interpretado como uma variável ligada e nas matrizes é uma apagamento de tópico. Figueiredo Silva (1996, 2000) também diz que o sujeito nulo teria diferentes explicações: uma constante nula, um *pro* ligado A' na 3ª pessoa do singular ou em outros contextos uma variável ou anafórico. Já para Ferreira, a posição do sujeito nulo é derivada por um movimento por cópia. No exemplo a seguir, a identificação do sujeito parece ser através do discurso, mesmo que o referente esteja em um contexto mais alto, até mesmo no discurso do documentador.

- (78) Doc.: *O que é voador?*
Inf.: *Avoador é aqueles palitinho branco assim que... uns palitinho branco que nós... que nós chama aqui avoador, né?*
Doc.: *Ah, eu não conheço não.*
Inf.: *cv É feito de tapioca.* (cv vazia que tem como referente um sujeito na 3ª pessoa do singular que está no discurso anterior do informante – avoador).

Vê-se no exemplo acima que a categoria vazia que está na posição do sujeito da sentença “cv É feito de tapioca” tem como antecedente um sujeito que não está na sentença anterior. Na verdade, há o discurso do entrevistador entre a produção da cv e seu referente numa última sentença produzida pelo informante.

Apesar de, como já disse, a maior parte da identificação ser feita a partir de correferente da cv com algum elemento da sentença anterior, como no exemplo abaixo:

- (79) *Num sei quantos anos ele tem não, viu. cv Tá com cinqüenta e poucos ano.* (BB, Inf. 7).

Passo agora para a descrição dos sujeitos nulos nas outras pessoas.

A 1ª pessoa do singular que possui, em alguns tempos, marcas morfológicas próprias, apresentou um índice baixo de nulos 32%, (C1), 38% (C2), 39% (C3), números que cairão mais ainda ao serem retiradas as coordenadas não iniciais, como será visto também no capítulo 4. Mesmo apresentando marcas morfológicas próprias, percebe-se que, em alguns momentos, a identificação, também nessa pessoa, parece ser feita através de um correferente presente em outra sentença, (81), principalmente quando o verbo vem nas formas homófonas a outras pessoas, como no imperfeito do indicativo e do subjuntivo.

- (80) *Doc.: Então você gostava de brincar? Brincava de quê assim?*
Inf.: Brincava lá, cantava, tinha roda que os menino cantava...

Na 1ª *pp*, o número de nulos encontrado foi de 32% na C1, 29% na C2 e 67% e na C3 (39 ocorrências). Novamente a C3 se comporta diferentemente das outras duas, mas o número de dados foi muito pequeno para que se possa concluir que nessa comunidade se usa mais a marca morfológica de 1ª *pp* para identificar o sujeito nulo. Entretanto, como foi visto no item 3.2.2., esse percentual sobe mesmo nas outras comunidades quando o verbo aparece com a desinência *mos*, própria dessa pessoa. Já o *a gente*, que também designa a 1ª pessoa do plural, com morfologia de 3ª *ps*, apresentou 23%, 29% e 15% nas comunidades 1, 2 e 3, respectivamente.

Ainda com relação a *a gente* (definido) o que me chamou a atenção, além do razoável número de plenos, foi o fato de ele aparecer com uma freqüência bem maior do que o *nós*,

principalmente na C1, na qual o total analisado de *a gente* foi de 509 dados (entre nulos e plenos, 117 de plenos) contra 155 do pronome *nós* (entre nulos e plenos, 50 de plenos). Na C2, na qual se esperava um comportamento mais conservador, o número de *a gente*, 230, também superou o número de *nós*, 96. Porém, foram os idosos que mais utilizaram o *nós*. Dos 96 casos desse pronome, 54 foram utilizados por eles, o que indica, neste caso, uma mudança de uso mais ou menos recente. Já na comunidade 3, 162 dados de *a gente* contra 39 de *nós*. Esses resultados confirmam estudos realizados com variedades urbanas (cf. Lopes, 1999), mostrando esse processo de substituição.

A 2ª *ps*, representada pelos pronomes *tu* e *você* (com marca de 3ª pessoa), apresenta os maiores percentuais de preenchimentos, pois são apenas 0% e 6% na C1, 20% e 2% na C2, 0% e 17% na C3 de sujeitos não realizados foneticamente. Nesse caso ao serem retiradas as coordenadas não iniciais o preenchimento é quase categórico (cf. capítulo 4). Para Duarte (1995:49), o número de preenchimentos é alto nessa pessoa, pois esses

resultados sugerem que a segunda pessoa foi a um só tempo a detonadora da mudança – graças à substituição pelos pronomes de tratamento (*você* (s) o (s) senhor (es)), que se combinam com formas verbais de terceira pessoa – e a que rapidamente incorporou seus efeitos, mostrando-se como um processo de mudança mais adiantado.

Uma observação com relação às poucas ocorrências do *tu* é que o mesmo parece ser usado com pessoas mais íntimas, principalmente na fala dos informantes de Mato Grosso.

(81) [Na hora que tu vim, passe na casa de M. e pede a ela [inint] viu?]. (MG, F:1, f, P, inf.4)¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Este é um dos poucos casos com o verbo no imperativo.

Os colchetes, como no exemplo 32, nas normas de transcrição querem dizer que o informante está conversando com uma outra pessoa que não o entrevistador, diferente do *você* que já foi usado para falar conosco. Claro que o *você* também é usado para se dirigir a essas pessoas com as quais se tem mais intimidade. Fato também observado por Callou (1998) que estudou a comunidade de Mato Grosso e observou que o *tu* continua sendo usado e parece indicar maior grau de intimidade entre os interlocutores, sendo que “a forma verbal é, quase categoricamente, a de terceira pessoa”. (p. 266-267).

Nos dados apresentados aqui há um menor número de sujeitos nulos, tendo como referentes pronomes que substituíram outros, o *você* como já visto acima e também com o *vocês* (com poucos dados) 29%, 0%, 0% nas comunidades 1, 2 e 3 respectivamente, o que é, para mim, motivado, também, por um processo de desambigüização, já que há a confusão morfológica entre essa pessoa e a 3ª e, às vezes, até com a 1ª pessoa.

Para alguns lingüistas, foi a entrada do *você* em lugar do *tu* que levou a uma redução do quadro de desinências verbais, o que proporcionou um maior preenchimento da posição de sujeito (cf. Galves (1993), Roberts (1993) Duarte (1995)). Outros discordam dessa posição, como, por exemplo, De Oliveira (2001), De Oliveira e Ramos (2002). Para essas autoras, a origem dessa mudança é de natureza fonética/fonológica. Essa afirmativa é feita a partir de dois pressupostos. O primeiro deles é o de que os dados do português medieval quatrocentista sugerem que o enfraquecimento do paradigma verbal está associado a mudanças morfofonológicas ocorridas com a queda do /d/ intervocálico nas formas verbais de 2ª pessoa. Essa queda atingiu os morfemas número pessoais e teria levado ao aparecimento de duas gramáticas: a 1ª reconstituiu o paradigma verbal com a inserção da semivogal, a gramática do

PE, e a 2ª resultado de uma crase provoca a composição de um paradigma verbal com formas neutralizadas entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural, a gramática do PB.

Para o segundo pressuposto, as autoras supracitadas se baseiam no trabalho de Lindley Cintra (1986)¹⁰⁶ que diz que o *você* substituiu o *vós*. Sobre essa entrada do *você* o referido autor nos diz que o seu uso em situações com interlocutores de um mesmo nível social já aparece antes de 1666 e que segundo Moraes e Silva o *você* acabou por ser a abreviatura de *Vossa Mercê* usado por familiaridade e amizade. Com o tempo, esse pronome passa a ser usado no lugar do *vós*, que desde o final do século XVIII já não era utilizado para um único interlocutor.

No PB houve, ao que parece, a substituição do *tu* por *você* e do *vós* por *vocês*. Essa foi também favorecida pela substituição da desinência verbal. Entendo que o que ocorreu foi que a entrada desses pronomes, tipo *você* e a *gente*, foi muito facilitada por só utilizar a desinência de terceira pessoa, tendência de uso que, talvez, já estivesse em franco desenvolvimento em parte do português do Brasil, provavelmente em algumas regiões rurais, desde que na “boca” dos africanos estava havendo, por aprendizagem imperfeita de segunda língua, uma grande redução dos morfemas do paradigma verbal, redução essa que é também fonológica. Na zona urbana, é possível que a entrada do *você*, substituindo os pronomes de 2ª pessoa, pode ter tido um papel realmente mais relevante na redução do paradigma do que teve nas regiões rurais. Há, inclusive, relatos que indicam que no século XIX o *você*, pelo menos na Bahia, era tido como elegante, fato que pode ter acelerado esse processo de substituição¹⁰⁷.

¹⁰⁶ As autoras citam esse texto de 1987, mas não o colocam na referência. O texto do autor que eu li sobre o assunto é de 1972, intitulado Sobre “Formas de tratamento” na língua portuguesa, Lisboa: Livros horizonte.

¹⁰⁷ Eliana Pitombo Teixeira que trabalhou com a 2ª pessoa do singular em textos do século XIX, relatou-me (comunicação pessoal) que em jornais do século XIX encontrou relatos que diziam que o *você* era elegante.

Naro e Scherre (1993) são adeptos da redução fonológica, mas eles a utilizam para argumentar contra a hipótese da criouliização prévia e não contra o fato de a entrada do *você/vocês* terem também levado à redução do paradigma verbal. Para esses autores, a variação na concordância verbal teria se iniciado com a desnasalização que transforma *comem* em *come* e que também é atestada em Portugal, sendo que no Brasil esse tipo de processo foi apenas acelerado pelo contato de línguas, como já dito.

Assim, a partir do que foi visto aqui no que diz respeito aos sujeitos específicos por pessoa gramatical, percebe-se uma preferência pelo uso do pleno com exceção da 3ª *ps* que mantém percentuais razoáveis de categorias vazias, mesmo depois de retiradas as segundas coordenadas, como será mostrado no capítulo 4. Negrão e Müller (1996:138) dizem que

é possível pensar numa especialização de nosso sistema pronominal, em particular no caso da 3ª pessoa, onde a alternância vazio/preenchido pode ser explicada pela postulação de uma *cv* presa...

Para Duarte, essas construções tendem com o passar do tempo a ser marginais, como aconteceu com o francês que conviveu por mais de 150 anos com um sistema defectivo de nulos.

Em termos de dados gerais, deve ser mencionada a pequena diferença entre Mato Grosso (C2), comunidade composta, em grande parte, por descendentes de portugueses, como visto no capítulo 2, que apresentou um percentual geral de sujeitos nulos de 40%, quase igual ao apresentado na amostra de Bananal/Barra dos Negros (C1) com 37%, comunidades compostas por afro-descendentes e a C3 com 44%, um percentual de nulos um pouco maior. Na verdade, há algumas diferenças um pouco mais relevantes entre a C1 e C2, comunidades mais rurais, e a C3, próxima a um médio centro urbano, do que esse percentual geral, veja-se:

- há um maior número de concordância, ou seja, uma menor não-concordância na C3, que pode ser atribuída a uma maior escolarização dos seus habitantes. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, não foram nesses dados que se encontrou os maiores índices de nulos identificados pela flexão, com exceção da 1ª *pp*, mas sim na C2¹⁰⁸;
- na C3, há um número um pouco maior de nulos tanto com as ocorrências em que há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, quanto com os outros dados com morfologia de 3ª *ps*. Nesse caso, parece que o mecanismo de identificação de *cv* via correferência com um tópico discursivo é um pouco mais utilizado nessa comunidade do que nas outras duas.

O interessante é que a comunidade rural mais urbanizada é a que apresenta um pouco mais de sujeito nulo do que as outras mais rurais. No entanto, é bom ter claro que o dialeto de Feira de Santana, município do qual faz parte a Matinha, merece um estudo tipo o feito por Bortoni-Ricardo (1985) com o dialeto de Brasília. Esta cidade recebeu, como Brasília, um grande número de imigrantes de zonas rurais de todo o nordeste brasileiro. Nesse caso, nessa cidade ocorrem muitos contatos intralingüísticos. Talvez o dialeto dela pudesse ser classificado como rururbano (cf. Almeida, 2001).

Abaixo estão colocados os resultados com o sujeito de referência indeterminada relacionado a pessoa do discurso.

¹⁰⁸ Há uma diferença maior quando se opõe morfologia específica 73% e morfologia zero, 23%. Porém, essa diferença é maior na C2.

3.3.1.2 Os sujeitos de referência arbitrária de acordo com a pessoa gramatical

Na tabela 3.6, estão colocados os percentuais levando-se em consideração a pessoa gramatical relacionada ao sujeito de referência indeterminada.

Tabela 3.6: Percentuais de sujeitos nulos de referência arbitrária de acordo com as pessoas gramaticais nas três amostras

COMUNIDADE/PESSOA GRAMATICAL	BB C1	MG C2	MT C3	TOTAL POR PESSOA
1ª pessoa do singular	10/12 83%	5/5 100%	6/8 75%	21/25 84%
2ª pessoa do singular	3/4 = 75%	0	0	3/4 = 75%
2ª pessoa indireta	43/114 = 38% 46/118 = 39%	1/8 13%	4/14 29%	48/136 = 35% 51/140 = 36%
3ª pessoa	248/248 100%	185/185 100%	253/253 100%	686/690 99,5%
1ª do plural indireta	70/139 50%	18/64 28%	9/36 25%	97/239 40,5%
3ª pessoa do plural	31/48 65%	67/70 96%	40/48 83%	138/166 83%
Total por comunidade	405/565 72%	276/332 83%	312/359 87%	993/1256 79%

Vê-se, a partir da tabela acima, que os percentuais de nulo são maiores quando o sujeito é arbitrário do que quando é específico. Isso pode ser verificado em todas as pessoas gramaticais, principalmente na 3ª ps, que apresenta, nesse caso, 100% nas três comunidades. Esses índices confirmam a afirmativa de Galves de ser o pronome *ele* avesso à indeterminação.

Na 3ª pp, foram 65% de nulos na C1, 96% na C2 e 83% na C3, havendo uma tendência maior de preenchimento na comunidade 1. Um dos poucos casos de pleno arbitrário na 3ª do plural está colocado abaixo.

(82) *Vai pra cidade grande, eles fala aquele ali é... (MG, inf.01).*

Já na segunda (tu e você) foram 39%, 13% e 29% de nulos, nas comunidades 1, 2 e 3 respectivamente. Na 1ª pp, o *a gente*, 50%, 28% e 25% (comunidade 1, 2 e 3) percentuais de preenchimentos bem menores do que quando o sujeito é específico, sendo que nesse caso a diferença maior é entre a C1, com mais nulo, e as outras duas.

Se se opõe o número de indeterminação quando o sujeito é nulo e quando é preenchido se vê que a estratégia para indeterminar através da categoria vazia é muito mais produtiva do que indeterminar com pronomes realizados foneticamente. Segundo Galves (1987/2001), o PB, como língua de sujeito nulo, tem uma particularidade, o sujeito nulo de uma sentença com tempo com referência indeterminada. Fato impossível em PE. Abaixo estão alguns exemplos com sujeitos arbitrários.

(83) *Tem um rio aqui tomém, o povo gosta muito. Aqui se fala muito da Ponte do Coronel, acha bom, mas é porque a gente já tá acostumado aqui com água, com tanque aí, a gente quase num liga não, mas os povo de fora adora muito. (BB. F.1, f, P, inf. 4).*

Na primeira sentença grifada, há ainda a presença do *se* indeterminador, mas esses casos são raros na amostra (apenas 6); na segunda, apenas o sujeito nulo exerce essa função.

O uso do *você* para indeterminação se mostrou, também, produtiva entre os informantes da C1. Na tabela acima, o número de ocorrência desse tipo de dado superou o número com o sujeito determinado, 114 contra 15. Essa estratégia foi utilizada principalmente em contexto de receita.

- (84) *Tira a tapioca e depois cua, depois tu torna mexer ela de novo, a tapioca, torna devolver ela. É logo... daí a pouco ela sentar aquele pó, né? Ai você torna devolver ela e torna coar, aí agora {levar pro sol} a tapioca. É assim que faz a tapioca. (BB, F.1, m, P, 1).*

Nas outras comunidades, o *você* foi usado em um pequeno número de vezes, mesmo na C3. Duarte, Kato e Barbosa (2001) mostraram que é o *você* a estratégia preferida de indeterminação no dialeto urbano analisado por elas (40%), seguida de sujeito nulo (24%) e do *a gente* (22%). No nosso caso a estratégia preferida de indeterminação foi o sujeito nulo, 707 ocorrências quando o referente era realmente da 3ª *ps* (ele/ela), juntando-se os nulos correferenciais a um pronome de 1ª *ps*, 2ª *ps* de 3ª *pp* com verbos na 3ª pessoa do singular são 993 casos, número muito superior ao apresentado pelos arbitrários plenos, 267. Orlandi et alii (1989), ao estudarem a indeterminação na fala rural, verificam que a estratégia preferida para indeterminar é também o sujeito nulo¹⁰⁹. Essa parece ser uma das maiores diferenças, no que se refere ao fenômeno em estudo, entre alguns dialetos rurais e os urbanos. Veja-se o gráfico abaixo:

¹⁰⁹ Cunha (2003), no entanto, encontrou em dialetos rurais do Maranhão um grande número de indeterminação com o sujeito pleno.

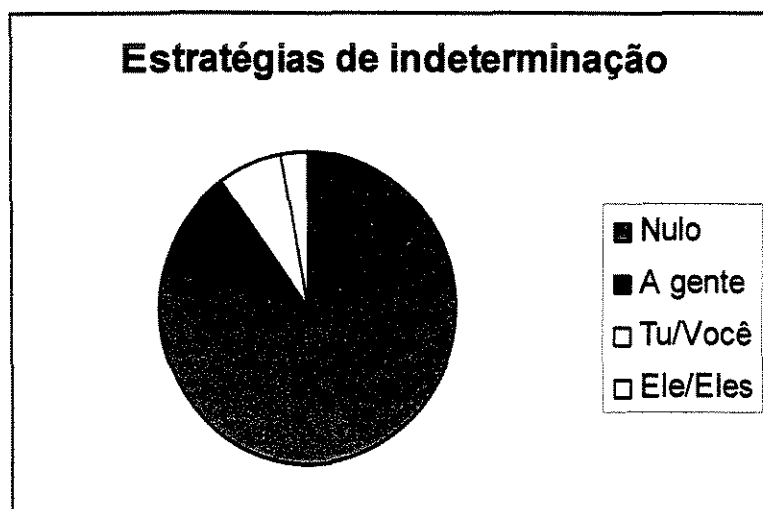


Gráfico 3.1

O gráfico 3.1, acima, deixa claro que a indeterminação é feita preferencialmente através do sujeito nulo, pois esse mecanismo é mais utilizado do que todos os outros juntos. Dos casos de indeterminação através da *cv*, ocorrem apenas seis (6) casos com o *se*, dois (2) em cada comunidade e em apenas um (1) dos casos não é na F1 e sim entre os idosos (F3). O que demonstra que este clítico não existe na gramática nuclear dos informantes dessas localidades. Abaixo está um exemplo que apresenta inclusive dois pronomes *se*, configurando-se como hipercorreção.

(85) *Se chamava-se lavagem, mas hoje não tem mais* (MT, inf.01).

Em termos gerais, ao se opor o percentual geral de nulos, há uma diferença de 34 pontos percentuais entre os arbitrários e específicos na C1, 43% nas C2 e na C3. Se a oposição for feita apenas na 3ª pessoa do singular essa diferença é mais gritante ainda, pois na 3ª *ps* arbitrária o número de nulos é categórico.

3.4 Aspectos sintáticos: sujeito nulo de acordo com o tipo de oração

3.4.1 O sujeito nulo de referência definida de acordo com o tipo de oração

Abaixo estão as ocorrências do sujeito nulo em diferentes tipos de orações para que se verifique em quais contextos há um maior preenchimento e em quais contextos a *cv* mais resiste. Esse é um importante aspecto sintático, pois vimos anteriormente que para, por exemplo, Ferreira (2000) não há mais sujeitos nulos em sentenças absolutas/independentes.

Tabela 3.7: Percentuais de sujeitos nulos de referência definida de acordo com o tipo de oração -nas três amostras.

COMUNIDADE/TIPO ORAÇÃO	BB – C1	MG – C2	MT – C3	TOTAL POR TIPO DE ORAÇÃO
ABSOLUTA	373/1394 27%	386/1208 32%	291/797 37%	1050/3399 31%
COORDENADA	502/747 67%	470/623 75%	357/469 76%	1329/1839 72%
RAIZ	73/305 24%	56/315 18%	133/398 33%	262/1018 26%
ADJUNTA	28/136 21%	28/114 25%	38/132 29%	94/382 25%
RELATIVA	64/183 35%	75/181 41%	83/171 49%	222/535 41%
COMPLETIVA	57/191 30%	29/131 22%	53/173 31%	139/495 28%
ESPECIAL (introduzidas por porque)	13/41 32%	7/43 16%	10/49 20%	30/133 22,5%

Como era de se esperar, as sentenças coordenadas com sujeitos correferentes apresentam os maiores percentuais de sujeitos nulos com 67%, 75% e 76% nas comunidades 1, 2 e 3, respectivamente. Dada à especificidade do tipo de oração, esse número não pode ser considerado muito alto, já que ocorrem sujeitos nulos em alguns tipos de coordenadas, mesmo em línguas não *pro-drop*. (cf. Duarte, 1995). Entretanto, é bom esclarecer que não há, na maioria das vezes, um tipo de coordenada com *e* e *sim* com o *ai*, o *depois*, ou nenhum

elemento coordenativo¹¹⁰ No exemplo (89), abaixo, há tanto coordenação por justaposição quanto com conectivo (mas).

(86) *O único defeito dele é a bebida. Ele é muito trabalhador, sabe muito tratar os outo, mas que bebe muito, aí eu tenho medo. (BB. F.1, f, P, inf.2).*

Percebe-se que as coordenadas têm uma influência razoável, mas não tão grande, no cômputo geral de nulos referenciais específicos. No final do item 3.3.1, foi visto que os percentuais gerais de nulos por comunidade foram os seguintes: C1: 37%, C2: 40% e C3: 44%. Retirando-se as coordenadas são: C1: 27%, C2: 29% e C3: 35%. De forma que, entre as três comunidades, houve uma diminuição de nulos de 10, 11 e 9 pontos percentuais nas C1, C2 e C3, respectivamente, ou seja, os sujeitos nulos das coordenadas não iniciais respondem por mais ou menos 25% do total de nulos.

No outro extremo, os tipos de sentenças que mais favoreceram o sujeito pleno foram as raízes com apenas 24% (C1), 18% (C2) e 33% (C3) de sujeitos nulos. Os exemplos (87) e (88) mostram sujeitos nulos em sentenças raízes, enquanto que os exemplos (89), (90) e (91) apresentam sujeitos plenos.

(87) *Doc 1: Seu S. E não conversei com você.*

Inf: Foi mehmo. Vocês foi até lá na frente, mas vortou. Ainda procurei negócio que deixei até lá, diz que não. (BB. inf.4).

(88) *...quando ele chegou já tinha ganhado o nenê (BB. Inf.4)*

¹¹⁰ Nicolau também utilizou esse tipo de coordenada e chegou a um resultado de 64% de sujeitos nulos, ou seja, apenas 26% de preenchimento, número muito próximo ao que encontrei.

- (89) *Eu falei qu'ele num tinha condição de ficar lá nem... nem um dia (BB., F.2, f, A, inf. 8).*
- (90) *Eu tenho uma irmã que estuda, ela tá em São P... (MG, inf. 01).*
- (91) *Eu espero que melhore. (MT, inf.01).*

A ocorrência (88), e outras do mesmo tipo, é muito importante para a discussão sobre o tipo de sujeito nulo que há no PB porque vai de encontro aos “achados” de alguns autores, como, por exemplo, Ferreira, que dizem não ser mais possível sujeitos nulos nas sentenças raízes em PB. A única exceção colocada por Ferreira são as respostas a perguntas. Daí a importância desse exemplo, pois o mesmo não foi produzido em contexto de resposta. Realmente a maioria das sentenças raízes que aparecem com categoria vazia com o verbo na 3ª ps, na posição de sujeito, são respostas a perguntas, mas ocorrem ainda alguns casos que não são respostas diretas (88), ou a pergunta se encontra em um contexto bem mais alto, como na ocorrência (92):

- (92) *Doc 1: E ele quando saiu falou o quê? Você soube?*
Inf: Foi lá passear no... meus irmão lá em São Paulo. Aí, cv falou que ia só passear lá, dar um passeio e vim em trinta dias e voltava.

No entanto, essa cv da segunda oração é “beneficiada” pela cv da primeira oração, pois ao que parece as categorias vazias favorecem categorias vazias e categorias plenas favorecem categorias plenas. De qualquer forma, esse tipo de construção é marginal, pois são poucas as ocorrências desse tipo.

Com os sujeitos de 1ª ps, 1ª pp e 3ª pp com morfologia específica, há ainda alguns casos de categorias vazias na posição em sujeito de sentenças raízes, mesmo não sendo em contextos de respostas diretas.

- (93) *Doc.: E a plantação deu boa? Ta dando boa esse ano?*
Inf.: ... agora das água não ganhamo nada porque não choveu. (BB, inf. 4).

Nessa ocorrência acima, como na (90), o nulo é favorecido pela morfologia verbal que o identifica. Tais exemplos leva-me a pensar que talvez ainda tenhamos “*pro* definido residual”.

Próximos às raízes em termos de favorecer os sujeitos plenos, estão as adjuntas com 21%, 25% e 29%, nas C1, C2 e C3, respectivamente. Os exemplos (94), (95) e (96) são de adjuntas com sujeitos plenos e o exemplo (97) com sujeito nulo.

- (94) *...se ele dá vômito, ele não morre não.* (sujeito pleno numa oração adjunta) (MG, inf. 3).
- (95) *Quando eu casei foi obrigado os outro assinar pra mim, sem saber, eu não sabia mehmo, não tinha jeito.* (MG, F.2, m, A, inf.7).
- (96) *Quano ela azeda, ela começa a frever, ela começa a frever, quano ela pára de frever ali, já tá boa de lambicar.* (BB. F.2, m, A, inf.7).
- (97) *E aqui a gente trabalha direto mehmo, não tem por... Quando cv acerta uma semana, dois dia de serviço para trabalhar, é quando tem mehmo um salário.* (cv numa posição de sujeito de uma oração adjunta). (BB. Inf. 1).

Em seguida aparecem as completivas com apenas 30%, 22% e 31%. Abaixo estão alguns exemplos com sujeitos plenos e outros com sujeitos nulos.

- (98) *Era. Que jeito? [rindo]. Aí, já tinha, quando pensava que a gente tava sozinha, a gente já tava... já tava grávida?* (BB, F. 2, f, A, inf. 6).

(99) *Ele fala que ele bebe com o dinheiro dele, (BB. Inf. 2).*

(100) *Ela fala que só tem uma filha só. (BB. Inf. 2).*

Para alguns autores, o sujeito nulo só é possível em PB em orações encaixadas/completivas, como, por exemplo, para Ferreira (2001: 17), pois ele diz que:

Deixando de lado os sujeitos expletivos e de interpretação arbitrária, as instâncias de sujeito nulo encontradas atualmente em PB compreendem apenas sujeitos nulos em orações encaixadas. Os sujeitos nulos de orações matrizes parecem ter desaparecido junto com a concordância verbal.

Apesar da afirmação acima, no que diz respeito às absolutas/independentes os percentuais de nulos foram: 27%, 32% e 37%. Quero deixar claro, novamente, que a grande maioria de nulos ocorre nessa posição, como nas principais, quando há um referente no discurso do entrevistador, como na ocorrência (101):

(101) *Doc: Então daqui uns dias ele vai querer se casar?*

Inf: Mas cv bebe muito, sei lá, eu tenho medo. Rapaz que bebe muito assim, eu tenho medo.

Tais exemplos vão de encontro à generalização de Ferreira (2000:20), já mencionada antes, que diz que o sujeito nulo tem que ter como antecedente um termo da oração anterior. O autor coloca como agramaticais sentenças como:

a) *comprou um carro. Nesse caso, o sujeito nulo só seria possível como resposta a perguntas ou se houver um referente para identificar essa categoria vazia na oração imediatamente anterior. Realmente, apesar de se ter retirado da amostra respostas curtas com verbos, deixou-se as respostas mais longas e é nesse tipo de sentença que ocorre muitos

sujeitos nulos das sentenças absolutas e matrizes de 3ª ps, Abaixo estão exemplos com o sujeito nulo em que o referente está no discurso do entrevistador.

- (102) *Doc 2: Os pais do senhor também eram daqui, né?*
Inf: Era, nasceu e criou tudo aqui em Mato Grosso. É. Já morreu avô, bisavô e tudo.
(MG, inf.7).
- (103) *Doc 2: Ah, ela não mora aqui não?*
Inf: Não, mora em Ri de Conta. (MG. Inf.7).

Como visto anteriormente, há ainda alguns casos de *cv* na posição de sujeito em que o referente está em um discurso mais alto. Esse tipo de estrutura pode levar ao levantamento de duas hipóteses: 1ª a de que a variante aqui estudada não tem as mesmas restrições apontadas para outras variedades no uso da *cv*, ou seja, no urbano, haveria cada vez mais restrições para que o antecedente da *cv* esteja cada vez mais próximo; 2ª ou a estratégia de identificação das *cvs* na variante rural é um pouco diferenciada com relação às encontradas nas variedades urbanas. Como foram poucos casos, se comparado ao geral dos dados, pode ser também um caso de nulo, tipo *pro*, residual em matrizes.

Na classe aqui denominada de “especial”, as orações introduzidas por porque, foram 32%, 16% e 20% de nulos, respectivamente nas C1, C2 e C3. Confira exemplos abaixo com sujeito pleno e nulo.

- (104) *...mas é difícil eu ir porque às vez eu fico com as criança.* (BB. Inf.4).
- (105) *Só não tou indo agora porque eu peguei febre.* (MG. Inf.8).
- (106) *A pastoral é boa porque traz muitos alimento.* (BB, inf04).

Numa situação de quase neutralidade estão as relativas com 35% (C1), 41% (C2) e 49% (C3) de sujeitos não-realizados foneticamente. Aqui há uma total distorção entre os nossos números e os de Duarte, fato que será discutido no capítulo 4.

(107) *Essa que deu a escola aqui tombém do Mobral, ela foi pra São Paulo, mora em São Paulo tombém.* (BB, F.2, f, A, inf. 6).

(108) *...ali dento, ali quano vai acumulano muita sujeira, aí tem o tempo que ela tem de parar uma ou duas, deixar ela esfriar dois ou três dia pra poder fazer brinquedo.* (BB, F.2, m, A, inf. 7).

No entanto, ao que parece, a referida autora só trabalhou com as relativas cuja categoria em posição de sujeito era correferencial ao núcleo da mesma. Por conta disso, e para se ter uma melhor visualização do nível de influência que estas estão tendo com relação ao preenchimento ou não do sujeito, as relativas foram separadas por tipo, e foi controlado o índice de sujeito nulo em cada tipo. Os tipos trabalhados foram: pseudo-relativas, que como já dito no item 1.3.2.1 são as relativas introduzidas, segundo Negrão (1999), pelo verbo existencial *ter*, uma série de relativas podem ser encadeadas; relativas em que o pronome relativo exerce a função de sujeito, não usadas por Duarte, e relativas em que o pronome relativo exerce outras funções, como objeto direto, objeto indireto, complemento nominal etc.

- resultados por tipo de relativas na comunidade 1:

Na comunidade 1 ocorreram 31% sujeito nulo nas pseudo-relativas.

(109) *Tem hora qu'eu danço com uma amiga ou duas...* (BB, inf. 2).

(110) *Tem hora que eles leva a gente ali no mei da estrada...* (inf. 8).

92% de sujeito nulo quando o *que* relativo exercia a função de sujeito.

(111) *Aqueles que tinha uma memória melhor desenvolveu mais.*

(112) *...outros rapazes que vinham para cá, nós ia...*

E apenas 8% de nulos quando o pronome relativo tinha a função de objeto direto, indireto, complemento etc.

(113) *Oh moça, o dinheiro qu'ele ganha nas missa é... (inf.12)*

(114) *Ainda procurei negócio que deixei até lá, diz que não. (inf. 4).*

- resultados por tipo de relativas na comunidade 2

Ocorreram 31% de sujeito nulo nas pseudo-relativas, percentual idêntico ao apresentado pela C1.

(115) *Tem dia que não vou muito na igreja não,... (inf 4).*

(116) *Tem hora qu'eu vivo doente (MG, inf. 05)*

89% de sujeito nulo quando o *que* relativo exercia a função de sujeito.

(117) *Tenho uma tia que mora lá... (inf. 2)*

(118) *...é um rapaz de Rio de Conta que sempre ele vem aqui... (inf. 5).*

E, como na C1, apenas 8% de nulos quando o pronome relativo tinha a função de objeto direto, indireto, complemento etc.

(119) *O primeiro exame qu'eu fiz foi... (inf.*

(120) *Ham, nesse morro de lá de cima que tou falano. (MG, F1. f, P, inf.2).*

- resultados por tipo de relativas na comunidade 3

- Ocorreram apenas três casos de pseudo-relativas nos dados analisados e os três estavam com o sujeito pleno.

(121) *... e tem hora qu'eu sinto... (inf. 3).*

95% de sujeito nulo quando o que relativo tinha função de sujeito.

(122) *O bicho que morde é moriçoca (inf 3).*

E, como na C1 e na C2, apenas 8% de nulos quando o pronome relativo tinha a função de objeto direto, indireto, complemento etc.

Uma conclusão interessante deve ser retirada desses resultados: as relativas em que o pronome sujeito é relativizado é um importante contexto de manutenção da categoria vazia, mesmo porque esse *que* já exerce a função de sujeito. Essa questão é importante porque se as

restrições de uso do sujeito nulo nessa variedade fossem iguais a de algumas variedades urbanas descritas, haveria muito mais categorias plenas nas relativas. Ou ainda: se o processo de mudança do PB de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito expreso estivesse bastante adiantado, ou em outros termos se as restrições ao uso da *cv* na posição de sujeito fossem outras, haveria, provavelmente, muitos sujeitos plenos nesses contextos, configurando assim casos de duplos sujeitos, os quais serão discutidos no capítulo 4. Casos desse tipo foram encontrados, mas em número bastante reduzido. Abaixo estão alguns exemplos.

(123) *Esse B. , que ele teve aqui, ele...* (MT, F.3, f, inf 10)

(124) *...de cavalo é um pessoal aqui que eles tem uma tia...* (BB, F.2, f, A, inf. 8).

Retirando-se as pseudo-relativas, que têm um estatuto sintático um pouco duvidoso e as relativas de sujeito, as outras em que o pronome funciona como objeto, *etc.* favoreceram largamente o uso do sujeito pleno, números próximos aos encontrados por Duarte (cf. cap. 4).

Outro aspecto interessante no que se refere às relativas é o fato de haver poucos sujeitos nulos com as algumas pessoas gramaticais. Na 1ª *ps*, por exemplo, são apenas 5 casos na C1, 5 na C2 e 4 na C3. Abaixo estão algumas dessas sentenças.

C1

(125) *E tem um rapaz que tou namorano aqui em Rio ... e esse outro que tou... tou namorano aqui.* (BB. F.1m f, P, inf. 2).

(126) *...ainda procurei negócio que deixei até lá, diz que não.* (BB. F.1, f, P, inf. 4).

C2

- (127) *Ham, nesse morro de lá de cima que tou falano...* (MG. F.1, f, P, inf. 2).
- (128) *...tem dia que não vou muito na igreja não,* (MG.F.1, f, P, inf. 4)....
- (129) *Só tem duas... Não. Só tem duas que mora aí onde te falei.* (MG. F.2, f, inf. 6).

C3

- (130) *Aí eu ass... eu tava dormino, quando assustei foi com aquela dor triste, me tomava aqui assim. já tava cega, não enxergava mais nada, não sabia onde tava,* (MT. F.2, f, inf. 6).

Com a 1ª *pp* do plural, essa situação se repete e é mais drástica ainda. São apenas 2 ocorrências de sujeito nulo na 1ª *pp* e nenhuma nas C2 e C3, sendo que o 1º exemplo abaixo é um pouco duvidoso.

- (131) *E nós, que moramo aqui não tem água regadia...* (BB. Inf. 4).
- (132) *Se num fosse o real hoje em dia pra nói qu'é fraco..* (BB. Inf.5).

Com a 2ª pessoa não há, em nenhuma das três comunidades, *cv* na posição de sujeito nas sentenças relativas. Com o *a gente* há 1, 3 e 1 dado nas comunidades 1, 2 e 3, respectivamente. É na 3ª pessoa, no entanto, que ocorre a maior parte dos casos de nulos nas relativas, o que pode reforçar a questão da identificação da *cv* a partir de um referente externo com *status* de SN, sendo esses contextos os de maior manutenção do sujeito nulo.

3.4.1.2 O sujeito de referência arbitrária de acordo com o tipo de oração

Abaixo estão os resultados por tipo de oração com os sujeitos arbitrários.

Tabela 3.8: Percentuais de sujeitos nulos de referência arbitrária de acordo com o tipo de oração - nas três amostras.

COMUNIDADE/TIPO ORAÇÃO	BB – C1	MG – C2	MT – C3	TOTAL POR TIPO DE ORAÇÃO
ABSOLUTA	178/280 64%	130/154 84%	110/138 80%	418/572 73%
COORDENADA	177/199 89%	75/81 94%	80/80 100%	332/360 92%
RAIZ	13/28 46%	29/38 76%	71/86 83%	113/152 74%
ADJUNTA	13/21 62%	4/11 36%	12/17 71%	29/49 59%
RELATIVA	15/19 79%	23/30 77%	19/21 90%	57/70 81%
COMPLETIVA	8/24 33%	13/115 87%	18/22 82%	39/161 24%
ESPECIAL (introduzidas por porque)	1/1 100%	2/7 29%	2/5 40%	5/13 38%

Com os arbitrários, apesar dos percentuais serem maiores por conta do tipo de sujeito, as orações que mais favoreceram a *cv* uniformemente nas três comunidades foram as coordenadas, chegando a ter nulos categóricos na C3 com 100% e 89% na C1 e 94% na C2.

(133) *É. A gente ranca ela, e cv rela na roda cv e enxuga a massa, cv e põe fogo, põe fogo, aí cv vai mexeno, cv vai mexeno até ela dar ponto.* (MG. inf. 7).

Logo em seguida aparecem as relativas com 79%, 77% e 90%. Os exemplos (92) e (93) ilustram esse tipo de sujeito nulo.

(134) *Tem ano que faz uma colheita, mas tem ano que faz três colheita.* (MG. Inf.3).

(135) *Conto do jeito que me contam...* (MG. Inf.10).

Com os outros tipos de sentenças, não houve o mesmo comportamento nas três comunidades. Na C1, foi a matriz que apareceu em seguida com o maior número de nulos

64% e logo depois as adjuntas com 62%. Na C2, as subordinadas e as matrizes apresentaram um número maior de nulos do que as relativas, 87% e 84%, respectivamente. Nas adjuntas, houve uma grande diferença de percentual da C2 36% e o das outras com 62% (C1) e 71% (C3). Abaixo está um exemplo que ilustra o sujeito nulo de adjunta.

(136) *Quando chega de uma vez rapa de uma vez. Passa na máquina...* (MG, inf.3).

Na C3, foram as raízes, 84%, e as subordinadas 82% que apresentaram os maiores índices de nulos depois das coordenadas e relativas. As matrizes também apresentaram muitas *cvs*, em 80% das ocorrências. Ocorreram poucos casos das especiais; na C1 houve apenas 1 caso com o sujeito nulo, na C2, 7 casos, com apenas 29% de nulos e na C3 4 casos, 50% de nulos. Essas foram as únicas que realmente favoreceram o sujeito pleno arbitrário, talvez pelos mesmos motivos que levam ao preenchimento das relativas e adjuntas no urbano.

No que diz respeito à pessoa do discurso usada por sentença, não se tem com o sujeito arbitrário o mesmo tipo de comportamento, por conta inclusive de esse ser mais recorrente com as 2ª e 3ª pessoas. Desta forma, não há nenhuma relativa com a 1ª pessoa do singular, mesmo porque, em todo o conjunto de dados analisados, o número de arbitrários na 1ª *ps* é de apenas 25. A distribuição dos sujeitos, 2ª e 3ª pessoas, se dá por todos os tipos de orações, mas ocorrem principalmente nas matrizes e coordenadas.

Na tabela abaixo, foram cruzados o tipo de sentença e a correferencialidade com um sujeito ou outro elemento da sentença anterior, lembrando que não estão nesse caso inclusas as orações absolutas, as coordenadas com sujeito correferencial e os outros tipos que aparecem em primeira posição.

3.4.2 O sujeito nulo e a correferencialidade

3.4.2.1 O sujeito nulo de referência definida e correferencialidade

A tabela abaixo apresenta os percentuais.

TABELA 3.9: Percentuais de sujeitos nulos de referência definida de acordo com a correferencialidade do sujeito - nas três amostras.

C1 - Bananal / Barra dos Negros						
Tipo de oração/correferencialidade	de	raiz	relativa	adjunta	completiva	especial
Sujeito sem correferente na sentença anterior	na	5/39 13%	10/109 9%	0/16 0%	12/99 12%	3/14 21%
Sujeito com correferente na sentença anterior	na	17/45 38%	51/57 89%	15/41 37%	43/85 51%	8/22 36%
C2 - Mato Grosso						
Tipo de oração / correferencialidade	de	raiz	relativa	adjunta	completiva	especial
Sujeito sem correferente na oração anterior	na	3/38 8%	11/106 10%	2/14 14%	9/70 13%	2/7 29%
Sujeito com correferente na oração anterior	na	16/38 42%	63/73 86%	12/29 41%	20/60 33%	4/17 24%
C3 - Matinha						
Tipo de oração/correferencialidade	de	raiz	relativa	adjunta	completiva	especial
Sujeito sem correferente na sentença anterior	na	14/47 30%	7/89 8%	1/8 13%	25/107 23%	2/23 9%
Sujeito com correferente na sentença anterior	na	27/59 46%	76/82 93%	4/17 24%	25/63 40%	5/18 28%

Como se pode vê pela tabela acima, o número de sujeitos nulos é muito menor quando não há correferencialidade entre o sujeito da oração em questão e o sujeito ou outro elemento da oração anterior: 9%, 10% e 8% nas relativas; 13%, 8% e 30% nas raízes; 0%, 14% e 13% nas adjuntas e nas encaixadas 12%, 13% e 23%, na especial 21%, 29% e 9%, nas comunidades 1, 2 e 3, respectivamente.

Entretanto, uma conclusão interessante que se pode tirar desses índices é que ao contrário do foi descrito por autores como, por exemplo, Figueiredo Silva (1996) e Ferreira (2000), nem sempre o antecedente da *cv* vem na sentença anterior, como já comentado em

outras seções. Claro que se forem retirados os casos com as pessoas que podem ser identificadas através da morfologia, como as primeiras pessoas do singular e do plural, o que sobra para a terceira é muito pouco, mas mesmo com esses poucos dados, o que se pode dizer é que esse tipo de sentença existe e que elas são gramaticais, mesmo sendo pouco freqüentes.

Talvez, como já disse em outros momentos, os mecanismos de identificação da *cv* não tenham nessas variedades exatamente o mesmo comportamento que têm nas urbanas, pois, ao que parece, as restrições para identificação nos dialetos urbanos sejam maiores do que nas variedades rurais

Abaixo estão colocados exemplos de encaixadas (46 dados), nas quais o referente não está na sentença anterior.

(137) *Não. Eu quero ele também quer, mas só que ele tem vergonha porque a gente já namorou duas vezes. Ele veio aqui agora ele tem vergonha de vim. Acho que tem medo de encarar. [rindo]. (MG, inf. 2).*

(138) *Ele via muita assombração, mas disse que não tinha medo não. (BB, inf. 3).*

E nas adjuntas, 3 ocorrências, número insignificante,

(139) *Mato Grosso, diz que era uma revolução danada quando passava aí na rua. (MG, F.2, m, A, inf.5). (quando a procissão passava). O sujeito procissão está em contexto bem mais alto.*

São 28 ocorrências nas relativas, como no exemplo abaixo.

(140) *... ainda procurei negócio que deixei até lá, diz que não. (MG. Inf. 4).*

E 22 nas raízes, nas quais quase todas são com as primeiras pessoas que podem ser identificadas via flexão.

(141) *Quano é aniversário dos menino levo pa fazer exame.* (BB, F.2, f, P, inf,4).

Já as sentenças em que há correferencialidade, os percentuais são de 89%, 87%, 93% de nulos nas relativas;

(142) *Ele vai de caminhão, desse caminhão que passou aí, vai de caminhão.* (BB, inf. 2).

38%, 42% e 46% nas raízes;

(143) *Só vinga mais assim no lugar que já é fresco...* (BB, inf.3).
(o antecedente da *cv* da principal está no discurso do entrevistador).

51%, 33% e 40% nas encaixadas,

(144) *Ele... ele fala que faz, só que na hora não faz é nada.* (BB. Inf.2).

37%, 41% e 24% nas adjuntas

(145) *a gente cantava quando estudava na escola.* (BB. Inf.2).

e nas especiais 36%, 24% e 28%,

(146) *A gente vai mehmo porque é obrigado ir, né?* (BB. Inf7).

A correferencialidade entre a **cv** e algum elemento do discurso se mostrou relevante na fala dos informantes das três comunidades, principalmente nas relativas. Nas outras orações, essa relevância não foi muito grande, apesar de ser razoável nas completivas, pois foram mais de 50% de nulos, na C1.

Duarte (1995) mostrou que a questão da correferencialidade do sujeito com relação à oração anterior é importante para a manutenção do sujeito nulo, como será mostrado no capítulo 4.

Assim, percebe-se que mesmo que não seja altamente produtiva, a estratégia de identificação do sujeito via correferência com um elemento da sentença anterior é um importante contexto para mantê-lo nulo. O fato de se ter sujeitos nulos autônomos, ou seja, sem correferencial na sentença anterior nas completivas pode-nos levar a pensar na existência do “*pro* residual” ou numa forma de identificação através de um tópico mais alto.

3.5 Comentários gerais sobre outros contextos

3.5.1 O sujeito nulo de acordo com o tempo verbal

3.5.1.1 O sujeito de referência definida de acordo com o tempo verbal

O tempo verbal não se mostrou um dos fatores mais relevantes, mas também não foi descartado pelo programa estatístico VARBRUL¹¹¹. Entre os seis ou sete grupos selecionados pelo programa em cada comunidade o tempo verbal apareceu em 5º 7º e 6º¹² lugar na seleção.

¹¹¹ Ver fatores selecionados no capítulo 4.

O pretérito perfeito apresenta os maiores índices de *cv*s na posição de sujeito, 45% (C1) 45% (C2) e 51% (C3) . Esse tempo também é tido como altamente favorecedor de uso das marcas de concordância, por conta do princípio da saliência fônica (cf. Naro e Lemle, 1976, Naro, 1981)¹¹³, pois há uma maior oposição entre as marcas, por exemplo, de 1ª *ps* e 3ª *ps*, diferente do que ocorre com o pretérito imperfeito. Em seguida, aparece o presente com 33% (C1), 39% (C2) e 41% (C3). Abaixo estão duas ocorrências que exemplificam sujeitos nulos nesses dois tempos:

(147) *Esse remédio caseiro foi muito bom pra gente, veio da postoral das criança. (BB, F.1, f, P, inf.4).*

(148) *Ta prometeno e não faz nada. (BB, F.1, f, P, inf.4).*

No pretérito imperfeito, foram 40% (C1), 36% (C2), 42% (C3). Com os tempos em locuções verbais, havia 36% (C1), 41% (C2), 47% (C3), percentuais maiores do que com o imperfeito.

Os tempos do subjuntivo, com pouco número de dados, foram os que apresentaram os mais altos índices de preenchimento, entre 0% por conta dos poucos dados até 38%. Abaixo estão algumas ocorrências com sujeitos plenos e o exemplo (157) com nulo.

¹¹² Apesar de ter rodado o VARBUL, não estou usando as probabilidades, utilizei o programa para verificar os fatores estatisticamente mais relevantes, os quais serão listados no próximo capítulo. No meio do capítulo às vezes cito um ou outro fator que foi selecionado.

¹¹³ Verbos mais salientes foneticamente são aqueles que apresentam uma maior diferença entre o singular e o plural, como, por exemplo, *é/são*; *veio/vieram*.

- (149) *Eu é que sei, se eu achasse que dá certo. (inf.2).*
- (150) *Que dessa que eu passei, se eu ficasse grávida de outa que podia abrir a porta que não tinha condição de ganhar criança. (BB, F.1, f, P, inf. 4).*
- (151) *E sinto muito [tam] bem que eles seje bem recebido (BB, F.1, f, P, inf.4).*
- (152) *Na época de rapaz aí, ele fosse numa festa num namorasse com duas, três, aí tava bom. [risos]. Aí... (BB, F.2, m, A, inf. 5).*

3.5.1.2 O sujeito de referência arbitrária e o tempo verbal

Com os sujeitos de referência arbitrária, o tempo verbal exerce um maior papel até por conta do tipo de sujeito: o pretérito perfeito aparece com 81% (C1), 99% (C2) e 93% (C3).

- (153) *Primeiro, quande... quando casava lá, né, vinha um na frente pra dar o aviso que casou... (BB, inf. 4).*
- (154) *Aí com o passar do tempo, aí colocou energia. (MG, inf.02).*
- (155) *...um rapaz aí que mataro.. (MT, inf.01).*

Em seguida, também favorecendo o nulo, vem o imperfeito com 75% (C1), 93% (C2) e 98% (C3). Os tempos em locuções verbais apresentaram 76% (C1), 72% (C2) e 71% (C3). Os tempos do subjuntivo aparecem pouquíssimas vezes não sendo possível, portanto, chegar a nenhuma conclusão sobre a sua influência no que diz respeito ao sujeito nulo de referência arbitrária.

Percebe-se que os tempos verbais que mais abrigam sujeitos nulos são aqueles que ainda apresentam alguma marca específica de pessoa, e às vezes de número, como o pretérito

perfeito e o presente do indicativo, mesmo no caso dos arbitrários, que não necessitam de identificação. Já nos tempos do subjuntivo, nos quais as formas são homófonas nas 1ª *ps* e 3ª *ps*, houve mais preenchimento. Isso pode indicar que, talvez, o Tempo ainda seja um importante fator no licenciamento das categorias vazias nessa posição.

3.5.2 Material pré-verbal e pré-sujeito

Foi verificado se antes da categoria vazia ocorre algum elemento ou a preferência é pelo verbo em primeira posição absoluta. Na C1, a preferência foi pelo verbo em primeira posição; foram 656 ocorrências desse tipo e mais 134 com algum tipo de conectivo que somados com os de “V1 absoluto” são 790 contra 318 com algum outro elemento, como advérbios, locuções e até alguns raros clíticos, com um total de 1.108 e um percentual de nulos com o verbo em primeira posição de 69%¹¹⁴. Dessas 790 ocorrências com o verbo em primeira posição, 659 foram com as matrizes, raízes e coordenadas, e 131 com as relativas, completivas, adjuntas e especiais.

Nas outras duas comunidades a situação se repete:

- na C2, foram 588 casos de “V1 absoluto”, 114 com algum tipo de conectivo que somados dão 702 contra 462 com advérbios e outros elementos, ou seja, o índice de nulos 66% quando o verbo está em primeira posição. Dos 702 casos de “V1”, 591 são com as orações absolutas, coordenadas e raízes.

- na C3, foram 518 dados de “V1 absoluto” e 99 com conectivo, que dão 617, sendo que 469 das 617 são com absolutas, coordenadas e raízes, contra 243 ocorrências com algum tipo de advérbio e 97 com mais de um elemento, ou seja, 439, (total de 1.056) dessas 58% de

¹¹⁴ Não tive a intenção de estudar a ordem dos constituintes, sei se assim fizesse não poderia misturar absolutas e principais com completivas, por exemplo.

nulos com o verbo em primeira posição. Assim, percebe-se que a maior ocorrência de *cvs* na posição de sujeito ocorre com o verbo na 1ª posição, como nos exemplos abaixo.

(156) *Gosto de arrelia pra arreliar os outo também.* (BB, F.1, f, P, inf. 02).

(157) *Aí parei o estudo.* M (BB.F.1, f, P, inf. 02).

(158) *Fiz só a terceira série.* (MG, F.1, m, P, inf. 01).

(159) *Namorei sério com uma e tava com outa.* (MG. F.1, m, P, inf.03).

(160) *Com a mãe dela eu converso, tenho nada contra a mãe dela não.* (MT. F.1, m, P, inf. 01).

(161) *A gente começou a namorar e foi levano a vida e foi a gente:: se ajuntou.* (MT, F.1, m, P, inf.01).

Assim, esses números mostram que a posição de VI absoluto é um contexto de maior manutenção do sujeito nulo do que contextos que apresentam algum elemento antes do verbo.

Com os plenos, de forma similar ao que ocorre com os nulos, a preferência é pelo sujeito em primeira posição. Mas ao se juntar casos de conectivos antes dos sujeitos, como advérbios, locuções prepositivas, SN's, o número de ocorrências fica muito próximo ao do sujeito em 1ª posição. Na C1, por exemplo, são 1056 casos de sujeito em primeira posição contra 827 de sujeito com algum outro elemento, sendo que desses 186 são conectivos. Na C2, foram 1056 casos em que o sujeito estava em posição inicial absoluta que junto com os casos em que ocorreram alguns tipos de conectivo (888) somam 1944 contra 509 ocorrências em que havia algum advérbio, sintagma preposicionado, etc. Na C3, esse desequilíbrio não foi tão grande. Foram 763 ocorrências com o sujeito em primeira posição, sendo 599 em primeira posição absoluta e 164 com algum conectivo contra 469 com outros elementos antes do sujeito. Abaixo estão ocorrências com as duas situações.

- (162) *Eu batizei o garoto dela aí.* (BB, F.1, m, P, inf.01).
- (163) *Aí eu num vou não.* (BB, F.1, m, P, inf. 03).
- (164) *Três parto eu tive, foi normal.* (BB, F.1, m, P, inf. 04).
- (165) *a gente nem precisa a gente comprar muita...* (MG, F.2. f, inf. 02).
- (166) *É. Mas eu não acredito nisso não.* (MG, F.1, m, inf. 03).
- (167) *Barra eu já fui.* (MG, F.1, f, inf. 02).
- (168) *ela tem que ser realista* (MT, F.1, m, inf.01).
- (169) *Aqui mehmo, porque ele morava aqui* (MT, F.1, f, inf. 02).

Com os sujeitos de referência indeterminada a preferência é, também, pelo “V1 absoluto”.

3.5.3 O sujeito nulo de referência definida e arbitrária e o tipo de verbo

O tipo de verbo, outro fator testado, não se mostrou muito relevante, não sendo selecionado pelo programa varbrul em nenhuma das comunidades, pois há um equilíbrio entre o número de nulos e os tipos de verbo. A exceção fica por conta do verbo *ser* na faixa jovem que apresentou 56% de sujeitos nulos na comunidade 3 e 51% na comunidade 2 e 44% na comunidade 1.

- (170) *Eeu não tenho e não sou muito assim encafifado assim com Gosto mas quando é jogo, assisto jogo* (BB, F.1, m,P,1).
- (171) *Num é igual farinha, que vai no forno não* (BB, F.1, m,P,1).
- (172) *É fresca, é bom pra dor de barriga tombém* (BB, F.1,f,P,4) – (falando de tapioca).

Nenhum dos outros tipos de verbo apresentou um índice razoável de favorecimento do nulo, mas também não apresentaram índices drásticos de desfavorecimento.

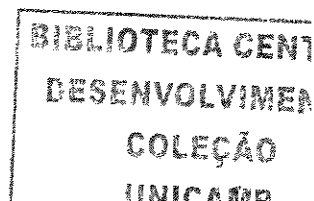
O tipo de verbo exerceu uma influência um pouco maior com os sujeitos de referência indeterminada do que com os sujeitos de referência definida. A exemplo do que aconteceu com esses, o verbo *ser* também foi um dos que mais favorecem o uso da *cv* na posição de sujeito.

3.5.4 Resumindo os resultados com os contextos lingüísticos de variação

Com os contextos de lingüísticos de variação, conclui-se o seguinte:

- a) preenchimento quase categórico na 2ª pessoa;
- b) índices altos de preenchimento na 1ª do singular. Na 1ª do plural também, mas quando a desinência específica dessa pessoa, *mos*, aparece há um número grande de nulos;
- c) número razoável de nulos na 3ª *ps* definido;
- d) nulo categórico se o sujeito de 3ª *ps* for arbitrário;
- e) há ainda a existência de nulos quando há discordância entre os traços do sujeito e do verbo, ou seja, sujeitos nulos com traços de plural, mas com verbos na 3ª *ps*, o que demonstra que não é a morfologia que identifica essas *cvs*.
- f) sujeito nulo como estratégia preferida para indeterminação do sujeito.

Uma questão observada é a de que parece haver ainda sujeitos nulos identificados pela concordância. No entanto, esse não é mais o principal mecanismo de identificação das categorias vazias em posição de sujeito, pois a mesma é feita em diversos contextos através da ligação da categoria vazia com um elemento, principalmente, da sentença anterior ou através de um tópico em contextos mais altos.



Assim, apesar dos dados com o sujeito de referência definida nos levar a pensar que há muitas restrições no uso do sujeito nulo em PB, no que diz respeito a duas das três pessoas do discurso (1ª e 2ª), tenho razões para crer, não só por conta dos percentuais, que o PB é uma língua de sujeito nulo diferente de outras línguas românicas (cf. Galves, Kato, Figueiredo Silva, Negrão), já que parece apresentar um sistema de nulos variável e um sistema de identificação que seja, talvez, misto, pois ainda parece haver resquícios de nulos identificados pela concordância e há nulos identificados através de correferência com um tópico discursivo. No que diz respeito a essa questão, é bom deixar claro que o objetivo maior dessa tese não foi discutir qual a categoria vazia que ocorre na posição de sujeito, mas atestar a existência ou não dessa categoria e quais os contextos que ainda a abriga.

3.6 A atuação dos fatores sociais no uso dos sujeitos nulos

Passo agora a analisar o sujeito nulo relacionado a fatores sociais.

3.6.1 Introdução

O procedimento neste item será o de descrever os contextos que mais favorecem ou desfavorecem o sujeito nulo por faixa etária e escolaridade. Esse procedimento pode levar a se verificar se há uma ou mais gramáticas em atuação nas variedades aqui estudadas.

3.6.2 A faixa etária

Como já dito na metodologia, os dados foram computados levando-se em consideração três faixas etárias (Faixa 1 (F1): 18 a 38 anos – Faixa 2 (F2): 39 a 58 - Faixa 3 (F3): 59 em diante). Verificou-se que o total de dados na F1, juntando-se as ocorrências das três

comunidades, foi de 3.810, sendo que em 1.520 era a categoria vazia que ocupava a posição de sujeito, ou seja, 40% de nulos. Na F2, esse percentual foi de 37% (1.528/4.185), na F3 foi de 38% (1349/3555). Ao se levar em consideração só os sujeitos pronominais esses percentuais sobem. Com os definidos, foram 42% (1075/2539) de nulos na F1, 37% (1061/2833) na F2 e 41% (990/2429) na F3. Com os arbitrários, os percentuais são bem mais altos: 81% (382/469) na F1, 71% (346/487) na F2 e 83% (265/321) na F3¹¹⁵. O interessante aqui é o fato de que, diferentemente do que outros estudos de orientação variacionista afirmam, parece não haver mudança em curso¹¹⁶, em direção ao preenchimento. Ou há um processo de mudança em alguns contextos, mas não em toda a forma de expressão do sujeito nulo. Mas para se ter uma real noção da distribuição geracional, serão analisados diversos contextos cruzados com a idade dos informantes.

3.6.2.1 Sujeito nulo contendo traços em discordância com o verbo

Como realizado com os dados gerais por comunidade, primeiro serão analisadas as ocorrências em que há um descompasso entre os traços do sujeito e do verbo. Esse procedimento tem por objetivo verificar se há um comportamento uniforme entre as gerações nesse contexto em que a morfologia deveria ser específica, mas a apresentada é zero e mesmo assim as categorias vazias ocorrem, verificando assim se este é um contexto de nulo mais ou menos recente, ou seja, se ocorrer só na fala dos jovens, ele seria recente na gramática utilizada pela comunidade. Abaixo há um exemplo:

¹¹⁵ O número de nulos quando são considerados os pronominais baixa um pouco, pois foram retirados dados da F1, como já anteriormente mencionado em outra nota.

¹¹⁶ Paiva e Duarte (2003) dizem que “o estudo da mudança no tempo aparente está baseado no pressuposto de que diferenças lingüísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes. O comportamento lingüístico de cada geração reflete um estágio de língua (...)” (p. 14).

(173) *Vocês foi até lá na frente, mas vortou...* (BB. Inf.4).

No entanto, antes de analisar o percentual de nulos nesse tipo de ocorrência, será verificado o percentual de não-concordância, por faixa etária, pois serão a partir desses dados que retirarei os percentuais de nulos neste momento. Abaixo estão as tabelas com os percentuais de não-concordância na 1ª *pp*¹¹⁷ e 3ª *pp*¹¹⁸. Começo pela faixa 3, a dos mais velhos, porque, no gráfico, fica mais visível se há ou não mudança em curso ou diferentes gramáticas em atuação por geração e para facilitar a posterior comparação com os resultados de Duarte. Esse procedimento será adotado em todas as tabelas e gráficos por faixa etária.

Tabela 3.10: Não-concordância e concordância na 1ª *pp* por comunidade e faixa etária.

	C1 – BB				C2 - MG				C3 - MT			
	div. tipos de sujeito		pron.		div. tipos de sujeito		pron.		div. tipos de sujeito		pron.	
	não-conc.	conc.	não-conc	conc.	não-conc.	conc.	não-conc	conc	não conc.	conc	não-conc	conc
F 3	41/57 72%	16/57 28%	30/45 67%	15/45 33%	34/54 63%	20/54 37%	34/54 63%	20/54 37%	2/19 11%	17/19 89%	2/19 11%	17/19 89%
F 2	38/45 84%	7/45 16%	35/42 83%	7/42 17%	28/34 82%	6/34 18%	28/34 82%	6/34 18%	0/6 0%	6/6 100%	0/5 0%	5/5 100%
F 1	41/73 56%	32/73 44%	37/68 54%	31/68 46%	1/8 12%	7/8 88%	1/8 12%	7/8 88%	4/15 27%	11/15 73%	4/15 27%	11/15 73%

¹¹⁷ Os diversos tipos de sujeitos com a 1ª *pp* incluem, além dos pronominais, usos como: *Eu mais meu marido fomo andano...*

¹¹⁸ Os poucos dados de 2ª *pp* estão incluídos nos de 3ª *pp*.

Tabela 3.11: Não-concordância e concordância na 3ª pp por comunidade e faixa etária.

	C1 – BB				C2 - MG				C3 - MT			
	div. tipos de sujeito		pron.		div. tipos de sujeito		pron.		div. tipos de sujeito		pron.	
	não conc.	Conc.	não conc.	conc.	não conc.	conc.	não-conc.	conc.	não conc.	conc.	não-conc.	conc.
F 3	90/103 87%	13/103 13%	53/57 93%	4/57 7%	85/137 62%	52/137 38%	63/105 60%	42/105 40%	20/49 41%	29/49 59%	14/34 41%	20/34 59%
F 2	100/118 85%	18/118 15%	55/70 79%	15/70 21%	95/108 15%	13/108 85%	45/57 79%	12/57 21%	42/73 58%	31/73 42%	18/38 47%	20/38 53%
F 1	83/122 68%	39/122 32%	86/117 74%	31/117 26%	116/167 69%	51/167 31%	58/95 61%	37/95 39%	69/105 66%	36/105 34%	49/74 66%	25/74 34%

A partir da tabela 3.10, percebe-se que os percentuais de não-concordância na 1ª pp são maiores na F2 (C1: 84%, 83%; C2: 82%, 82%) (meia idade, com exceção da F2 da C3, que apresenta um número de dados pequeno). Em seguida, os mais velhos, F3, têm os maiores percentuais, novamente a exceção fica por conta da C3, que apresenta apenas 11% de não-concordância, ou seja, 89% de concordância (mas, também, com um pequeno número de dados). Os jovens, F1, da C1, têm também índices altos de não-concordância, mas menores do que os apresentados pelas outras faixas dessa comunidade. Nos dados das outras duas localidades, esses percentuais são baixos. Entretanto, é bom chamar atenção para o fato de que o número de dados nas C2 e C3 entre os mais jovens ser bastante pequeno, não sendo, assim, esses índices totalmente confiáveis.

Na 3ª pp, os índices de não-concordância são mais altos do que na 1ª pp. Na C1, esse descompasso é maior na F3 (87%, 93%), composta por analfabetos, diminuindo alguns pontos percentuais nas faixas 2 (85%, 79%) e 1 (68%, 74%). Na C2, há um equilíbrio entre as faixas 3 (62%, 38%) e 1 (69%, 61%), enquanto que na F2 (15%) há um índice pequeno de não-concordância com todos os tipos de sujeito e uma subida com os pronominais, 79%. Na C3, a F1 surpreendentemente, pois é a mais escolarizada, é a que apresenta os maiores índices de não-concordância, 66%, apesar de na C3 haver escolarizados nas outras faixas.

Comportamento muito próximo ao que ocorre em dialetos urbanos analisados por outros pesquisadores, pois geralmente a concordância nessas variedades é maior entre os mais velhos, se forem do mesmo nível de escolarização das outras gerações (cf. Rodrigues, 1987).

O que pode ser observado a partir desses percentuais é que na C1 está havendo uma aquisição, mesmo que lenta, das marcas de plural, pois os jovens apresentam índices mais baixos de morfologia zero nesses contextos. Na C2, na 1ª *pp*, observa-se também esse comportamento. No entanto, o mesmo não ocorre com a 3ª *pp*, pois há um equilíbrio muito grande entre os índices nos três grupos etários. Como já dito no início do capítulo, parece que os morfemas de +pessoa e +número são mais “salientes” à aprendizagem via escolarização do que os de +número e – pessoa, ou seja, a morfologia de + pessoa é mais saliente. Já na C3, percebe-se uma leve perda de morfemas ao se observar da F3 para a F1.

Agora será verificado o percentual de nulos a partir desses dados de não-concordância. Nos gráficos 3.2 e 3.3, estão colocados os percentuais de categorias vazias dessas ocorrências. O primeiro gráfico mostra os índices de nulos com diversos tipos de sujeito e o segundo só com os pronominais.

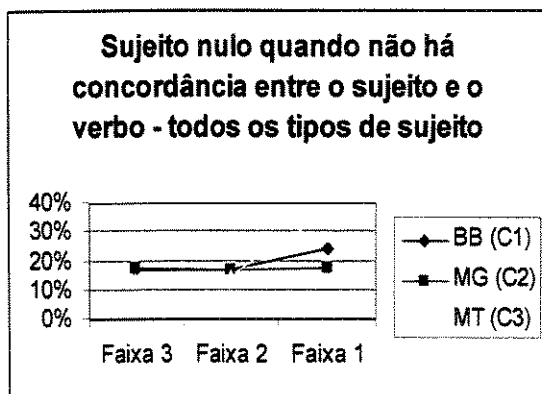


Gráfico 3.2

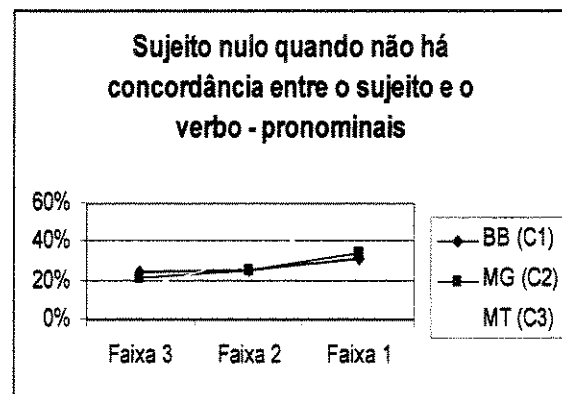


Gráfico 3.3

O que se observa, no gráfico 3.2, é que os índices de nulos na F3 (a dos mais velhos) é sempre em torno de 20%. A F2 também se mantém mais ou menos nos 20%, enquanto que a F1, da C1 e C3, apresenta os maiores percentuais de nulos, 24% e 36%. Na C2, há um equilíbrio entre as três gerações.

Ao se observar o gráfico 3.3, percebe-se que, também com os pronominais, é a F1 que apresenta os maiores índices de cvs. No entanto, a diferença de percentual de uma faixa para a outra só é acima dos 20 pontos percentuais na C3, que apresenta uma linha crescente da F3 para a F1. Nos outros grupos, das três comunidades, o percentual de nulos é sempre entre 20% e 30%, ou seja, com uma leve subida da F3 para F1. Tal fato pode estar demonstrando que os jovens, principalmente os da C3, desenvolveram primeiro, ou apresentam um maior domínio de outro(s) mecanismo(s) de identificação da categoria vazia na posição de sujeito, que não através da morfologia, mesmo sendo esses mesmos jovens que apresentam, em alguns casos, maiores percentuais de concordância (principalmente na C1). Essa concordância foi, provavelmente, adquirida via escolarização e outros contatos com o PB culto (cf. tabela abaixo), o que demonstra que tais morfemas podem não fazer parte do vernáculo desses falantes e sim de uma gramática aprendida via escolarização. No item 3.5.1.4 e no capítulo 4 toco novamente nessa questão.

Pode-se levantar a hipótese, ao se levar em consideração o fato de que a F3 representa falantes que aprenderam o vernáculo entre a década de 30 e 40 do século XX e os jovens entre as décadas de 70 e 80, ou seja, mais ou menos 40 anos de diferença entre essas duas gerações, que os percentuais de nulos nesses contextos em que há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo estão crescendo, como demonstrado nos gráficos e que esse mecanismo de identificação das categorias vazias em posição de sujeito via tópico já existia e vem crescendo.

3.6.2.2 Sujeito nulo quando o verbo está na 3ª ps

O próximo procedimento será o de verificar o índice de categorias vazias quando o verbo apresenta marcas de –número e –pessoa. Nos gráficos 3.2 e 3.3, foram colocados os percentuais de nulos quando o verbo estava na 3ª ps, mas os traços do sujeito eram de 1ª pp, 2ª pp e 3ª pp. Nesse momento, os dados dos gráficos 3.2 e 3.3 foram somados a dados de 3ª ps, no qual o sujeito exige morfologia de 3ª ps, ou seja, sujeitos de 3ª ps, 2ª ps indireta (você), 1ª pp (a gente).

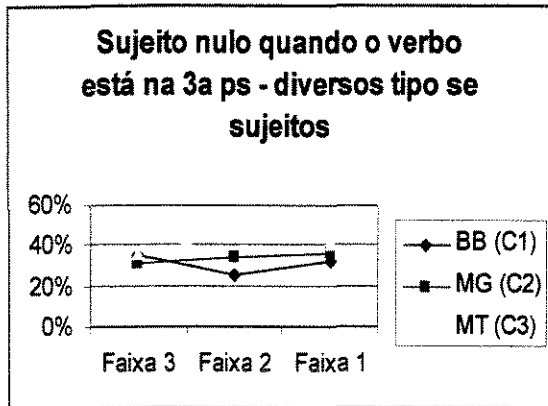


Gráfico 3.4

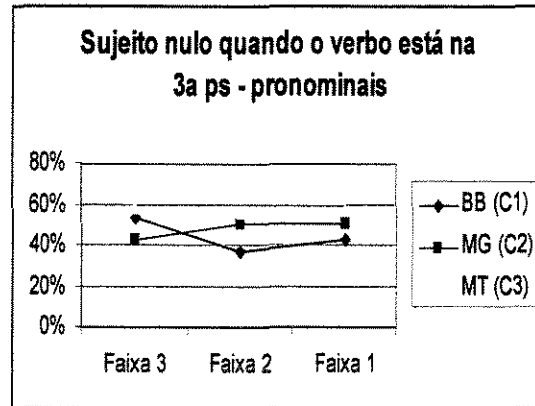


Gráfico 3.5

No gráfico 3.4 acima, no qual estão colocados diversos tipos de sujeitos, percebe-se, visualizando a curva, uma pequena diferença de comportamento nas comunidades nas faixas etárias. Na C1, o número de nulos é levemente maior na F3, 35%, mas em equilíbrio com a F1 que apresentou 32%, enquanto que na C3, esse índice é maior na F2, 44% e na 1, 41%. Já na C2, o índice de *cv*s é um pouco maior entre os jovens, mas próximo ao dos mais velhos e os de meia idade, comportamento próximo ao da C1.

Com os pronominais, gráfico 3.5, há um total equilíbrio entre as três gerações na C3, todas próximas a 60% de nulos. Na C1, o maior número de nulos é na F3, havendo realmente uma descida ao se compararem as outras faixas. Na C2, é a F1 que apresenta levemente mais nulos.

O que poderia ser levantado, como hipótese, a partir desses dados, é que a C1 por se tratar de uma localidade que tem em sua composição social descendentes de africanos, nos remete a um passado de contato lingüístico maior, além de a escolarização ser mais recente. Talvez, por conta disso, o desenvolvimento de outro mecanismo de identificação de sujeitos nulos tenham ocorrido antes do que nas outras duas comunidades, por isso percebe-se que os informantes mais velhos conseguem fazer mais uso de um mecanismo de identificação quando o verbo está na 3ª *ps*, em percentuais próximos ao da F1, casos colocados nos gráficos 3.2 (percentuais próximos F1) e 3.3, nos quais estão colocados os índices de nulos dos casos em que há discordância entre o sujeito e o verbo, principalmente se se leva em consideração a afirmação de Naro e Scherre (2003), colocada na nota quinze (15), página dezoito (18) desta tese, de que as variantes formadas a partir de contatos lingüísticos tendem a manter as características menos marcadas da língua, e para eles o sujeito nulo é a característica menos marcada.

Ao se olhar as ocorrências em que a *cv* aparece, em contextos em que o verbo está na 3ª *ps*, e as marcas do sujeito também são de 3ª *ps* os índices de nulos sobem, o que me leva a crer que contar com um referente externo, tipo SN, como é o caso dos sujeitos de 3ª *ps*, é um forte mecanismo que possibilita a ocorrência de categorias vazias nessa posição, como colocado no item 3.3.1 e como atestado em outros estudos. Esses resultados estão colocados nos gráficos 3.6 e 3.7.

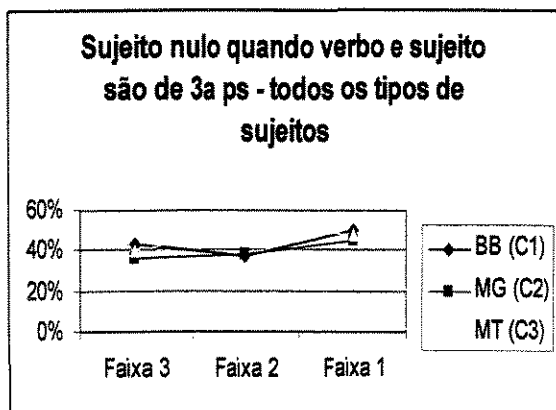


Gráfico 3.6

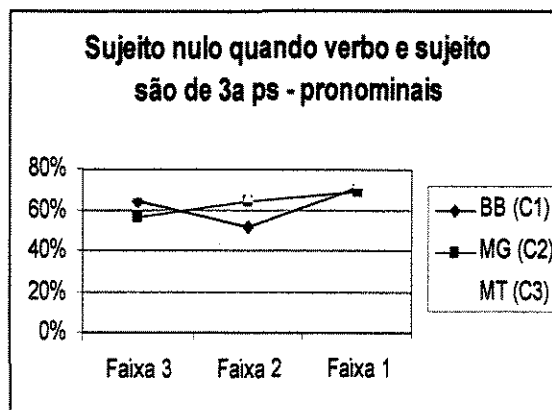


Gráfico 3.7

O gráfico 3.6 mostra que há um razoável equilíbrio entre as faixas, mas ocorrendo sempre um maior número de nulos na F1. Na C1, são 50% na F1, em oposição a 43% na F3; na C2 45% na F1 em oposição a 36% na F3 e na C3, o número de nulos é maior na F2, 50%, mas próximo da F1, 48%.

A partir da visualização do gráfico 3.7, dos pronominais, pode-se perceber que, no que diz respeito a esse tipo de sujeito, há um certo equilíbrio entre as faixas 1 e 3. A F1 apresenta 71%, 69% e 74% de nulos nas C1, C2 e C3. A F2 fica no meio termo 49%, 64% e 67% e F3, 64%, 57% e 69%. Esses percentuais de nulo maiores na F1 podem reforçar a hipótese colocada a partir do comentário dos gráficos 3.2 e 3.3 de que há um crescimento, na variedade aqui estudada, do mecanismo de identificação da categoria vazia via tópico discursivo, já que nesses contextos, geralmente há mais nulos na fala dessa geração mais jovem, o que pode demonstrar também que ao invés de estar ocorrendo uma mudança no sentido do preenchimento (cf. Tarallo, 1993, Duarte, 1995) pode estar ocorrendo uma especialização de formas (cf. Negrão e Muller, 1996).

3.6.2.3 Sujeito nulo quando há concordância entre os traços dos sujeitos e dos verbos

Na tabela abaixo, estão os percentuais de nulos quando há concordância na 1ª *pp* e 3ª *pp*. É bom lembrar que essas ocorrências em que há concordância foram apresentadas nas tabelas 3.10 e 3.11.

Tabela 3.12: Percentual de nulos quando há concordância entre o sujeito e o verbo – 1ª *pp* e 3ª *pp*.¹¹⁹

	C1 –BB			C2 MG			C3 MT		
	Faixa 3	Faixa 2	Faixa 1	Faixa 3	Faixa 2	Faixa 1	Faixa 3	Faixa 2	Faixa 1
1ª <i>pp</i>	4/16 25%	3/7 43%	19/32 59%	11/20 55%	5/6 83%	7/7 100%	11/17 65%	5/5 100%	8/11 73%
3ª <i>pp</i>	6/13 46%	13/17 76%	21/39 54%	37/52 80%	11/15 92%	26/51 68%	16/20 80%	18/20 90%	20/25 80%
Total	10/29 34%	16/24 66%	40/71 56%	48/72 66%	16/21 76%	33/58 57%	27/37 73%	23/25 92%	28/36 77%

Vê-se que o número de ocorrências na 1ª *pp*, na qual existe concordância entre o sujeito e o verbo, é pequeno, mas desses poucos dados, os percentuais de nulos são altos. A exceção fica por conta da F3 da C1, apenas 25% de nulos na 1ª *pp*, o que reforça a questão colocada anteriormente, de que morfologia verbal é uma aquisição recente na fala das pessoas da C1.

Nas outras comunidades, há um maior equilíbrio entre os percentuais. Alguns desequilíbrios observados são por conta do reduzido número de dados, como, por exemplo, a diferença de percentual na 1ª *pp* entre a F3 e as outras duas. Enquanto que na F3 da C2 são 20 ocorrências e nas F2 e F1 são 6 e 7. O mesmo pode ser dito da F2 da C3, 100% de nulos, mas apenas 5 dados. No entanto, no geral, nas outras duas comunidades há maior equilíbrio nos

¹¹⁹ Os dados da 2ª *pp* estão inclusos nos de 3ª *pp*.

percentuais de nulos identificados pela flexão, pois como mencionado várias vezes, são mais escolarizados, havendo inclusive escolarizados nas outras faixas etárias.

3.6.2.4 Sujeito nulo e pessoa gramatical

Na tabela abaixo, estão colocados os percentuais de *cvs* na posição de sujeito específico por faixa etária e por comunidade.

Tabela 3.13: Sujeito nulo específico e pessoa gramatical por faixa etária e por comunidade.

FAIXA/ PESSO A	C1- BARRA/BANANAL			C2 – MATO GROSSO			C3 - MATINHA		
	F3	F2	F1	F3	F2	F1	F3	F2	F1
1ª <i>os</i>	142/38 7 37%	106/386 27%	95/286 33%	142/44 2 32%	191/48 7 39%	162/34 6 45%	155/34 0 46%	148/41 1 36%	170/44 7 38%
2ª <i>ps</i> direta	-	0/2 0%	0/1 0%	0/3 0%	-	1/2 50%	0/1 0%	0/2 0%	-
2ª <i>ps</i> ind.	1/2 50%	0/9 0%	0/4 0%	0/34 0%	0/15 0%	1/5 20%	0/13 0%	2/6 33%	2/4 50%
3ª <i>os</i>	150/28 5 53%	193/436 44%	189/31 3 60%	147/29 6 50%	135/24 5 55%	116/19 7 59%	119/17 9 66%	149/28 3 53%	120/19 5 62%
1ª <i>pp</i>	9/45 20%	13/42 31%	28/68 41%	14/54 26%	7/34 21%	7/8 88%	11/19 58%	5/5 100%	10/15 67%
1ª <i>pp</i> a gente	31/80 39%	47/235 20%	39/194 20%	20/75 27%	22/55 40%	25/100 25%	2/17 12%	9/59 15%	13/86 15%
2ª <i>pp</i>	-	-	2/7 29%	0/12 0%	0/9 0%	-	-	0/1 0%	-
3ª <i>pp</i>	16/58 28%	9/48 19%	40/109 37%	20/62 32%	17/44 39%	24/72 33%	11/25 44%	8/19 42%	31/62 50%
Total	349/85 7 41%	368/1.15 8 32%	393/98 2 40%	343/97 8 35%	372/88 9 42%	336/74 8 45%	298/59 4 50%	321/78 6 41%	346/80 9 43%

Verificando pessoa a pessoa, tabela acima, percebe-se que o sujeito nulo na C1 é maior em três pessoas do discurso entre os jovens (3ª *ps*, 1ª *pp* e 3ª *pp*) e apenas maior com o 1ª *pp*

(*a gente*) e a 1ª *ps*¹²⁰ na faixa 3. Nas outras pessoas, o número de dados é muito pequeno. Esse fenômeno dos jovens usarem o maior número de nulos na 3ª *ps* se repete na C2 e na C3, há um pouco mais de nulos entre os mais velhos, mas os índices são muito próximos, diferença de 4 pontos percentuais da F3 para F1.

Estes percentuais levam-me a crer que, apesar dos jovens fazerem mais uso de um mecanismo de identificação da *cv* que leva em conta um referente externo, todos o usam, como também todos fazem uso da identificação do sujeito nulo via morfologia. Isso pode indicar um mecanismo de identificação não foi substituído por outro, já que em alguns contextos esse mecanismo é a flexão e em outros é através da correferência com um antecedente, mesmo que os informantes da C1, principalmente os mais velhos, o façam, via flexão, de forma mais restrita, já que o paradigma usado por eles é um pouco mais reduzido.

Abaixo estão colocados os resultados com os sujeitos de referência arbitrária de acordo com a faixa etária e a comunidade para que se verifique se há um comportamento semelhante aos específicos.

¹²⁰ O interessante é que a 1ª *ps* foi a única que não apresentou perda real de morfologia nessa comunidade e é a que apresenta maiores números de nulos entre os mais velhos.

Tabela 3.14: Sujeito nulo arbitrário e pessoa gramatical por faixa etária e comunidade.

FAIXA/ PESSOA	BARRA/BANANAL – C1			MATO GROSSO-C2			MATINHA-C3		
	F3	F2	F1	F3	F2	F1	F3	F2	F1
1ª os	0/0	10/12 83%	0/0	0/0	0/0	5/5 100%	6/7 86%	0/1 0%	0/0
2ª ps direta	0/0	0/0	$\frac{3}{4}$ 75%	0/0	0/0	0/0	0/0	0/0	0/0
2ª ps ind.	14/23 61%	26/85 31%	3/6 50%	0/1 0%	1/6 17%	0/1 0%	1/1 100%	3/11 27%	0/2 0%
3ª os	94/94 100%	45/45 100%	109/109 100%	50/50 100%	62/62 100%	73/73 100%	40/40 100%	121/121 100%	92/92 100%
1ª pp a gente	20/46 43%	17/31 55%	33/62 53%	0/3 0%	10/31 32%	8/30 27%	0/1 0%	3/14 21%	6/21 29%
3ª pp	4/7 57%	17/26 65%	10/15 67%	32/33 97%	13/13 100%	22/24 92%	8/10 80%	16/21 76%	16/17 94%
Total	132/170 78%	115/199 58%	160/199 81%	82/87 94%	86/112 77%	108/133 81%	55/59 93%	143/168 85%	114/132 86%

Com os sujeitos arbitrários, a situação é muito próxima entre as faixas etárias. Como já dito, na 3ª ps são sempre 100% de nulos por ser o *ele* avesso a indeterminação (cf. Galves, 1987). Na 3ª pp, os índices são próximos nas três comunidades, sendo que a maior diferença de percentual entre uma faixa e outra é entre a F3 e F1 da C3, 14 pontos percentuais. Na 2ª indireta, há um maior número de nulos na F3 da C1 (na F.3 da C3 há 100% de nulos, mas só com 1 dado). A 1ª ps apareceu indeterminada na F2 da C2 e nas faixas 3 e 2 da C3, mas sempre em contexto de receita. Com a 1ª pp, *nós*, não houve nenhum caso de sujeito arbitrário.

Assim, percebe-se, como visto, o principal mecanismo de indeterminação do sujeito com a queda do *se* nessas variedades é o sujeito nulo, que pode ser, talvez, considerado – marcado com relação aos plenos utilizados com esse objetivo.

Se não se pode afirmar que existe preenchimento categórico com sujeito específico, menos ainda com os arbitrários, pois nesses há um total equilíbrio entre as gerações,

apresentando um número muito grande de cvs. Assim, se formos analisar a constatação de Tarallo e Duarte de que o PB está caminhando para o grupo de línguas não *pro-drop* esses dados mostram que ao invés disso há uma estabilidade, principalmente com os indeterminados.

O gráfico abaixo resume os percentuais gerais, juntando sujeitos pronominais específicos e arbitrários.

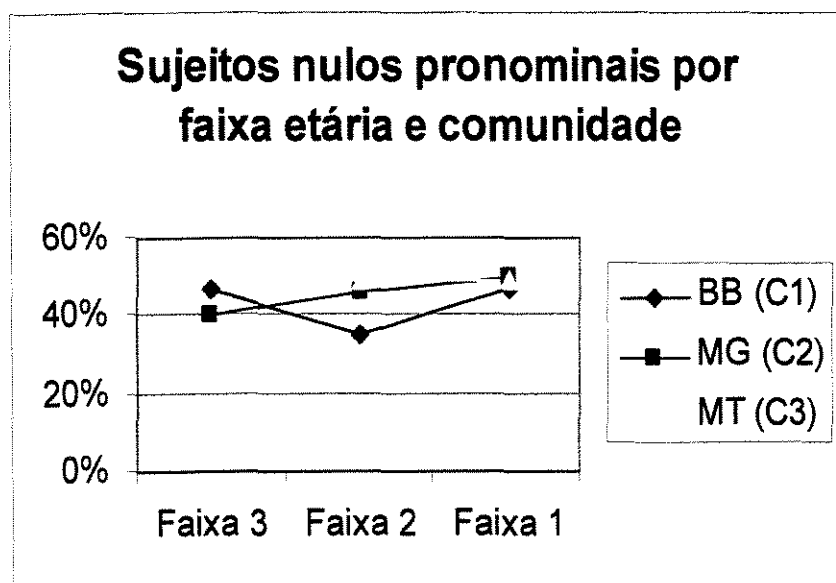


Gráfico 3.8

No gráfico acima, percebe-se um total equilíbrio na C1 entre as faixas 1 (47%) e 3 (47%), ficando a F2 no meio termo (35%). Na C2, há um índice de nulos levemente maior na F1, 50%, diminuindo com o aumentar da idade, 46% na F2 e 40% na F3. Já na C3, o número de nulos é maior na faixa 3, mas como na C1, há um equilíbrio com a F1 (49%).

O que se pode deduzir da distribuição das categorias vazias pelas gerações é que, apesar das pequenas diferenças, de 10 pontos percentuais só entre a faixa 3 e a faixa 1 da C2, há uma única gramática em atuação nessas localidades, pois apesar dessas pequenas diferenças quantitativas os contextos de manutenção de *cv*s são os mesmos nas diferentes gerações.

3.6.2.5 Outros fatores sociais: a escolaridade, o gênero, temporadas morando fora da comunidade

- A escolaridade

Na C1, a diferença de percentual entre o índice de nulos entre os escolarizados com a 4ª série primária e os analfabetos não é tão grande. Esses utilizam 36% de *cv*s quando o sujeito é definido contra 40% de uso dessas mesmas categorias pelos alfabetizados. Na comunidade 2, não há, praticamente, diferenças entre analfabetos (40%) e alfabetizados (41%). Na comunidade 3, há uma pequena inversão, tendo os analfabetos apresentado 46% de nulos e os alfabetizados 42%, mas um motivo para não mais se levar em consideração a “hipótese” sobre a influência da escolarização no uso de nulos como um todo.

É perceptível uma maior influência da escolarização nos índices de concordância, conseqüentemente nos percentuais de nulos identificados por ela, principalmente da C1, pois os jovens com o curso primário, no geral, fazem muito mais uso das flexões do que as outras faixas etárias que são compostas por pessoas analfabetas. Na 1ª pessoa do plural, por exemplo, na fala dos mais idosos, há apenas 13% de concordância, o que pode demonstrar que esse aspecto não faz parte da gramática nuclear desse grupo.

Com os arbitrários, os índices foram os seguintes: na C1 foram 80% de nulos na fala dos informantes com primário, que são exclusivamente os jovens, e 66% dos analfabetos. Na C2 essa situação se inverte, 79% de nulos na amostra dos informantes com curso primário e 85% entre os analfabetos. Nesse caso, creio que o índice de nulos é maior entre os analfabetos, pois são esses que mantêm um menor contato com os dialetos urbanos, nos quais são utilizados outras formas plenas de indeterminação do sujeito, já os jovens dessa comunidade mantêm pouco contato com pessoas de outras regiões. No caso da C1, os jovens também não mantiveram muitos contatos com outras regiões, na verdade nas duas comunidades só os homens de meia-idade e mais velhos saíram para trabalhar fora.

- o Gênero

Não houve também grandes diferenças entre o comportamento entre homens e mulheres. Na C2, houve uma leve diferença, sendo que os homens apresentaram um índice de nulos levemente maior 47% contra 36% das mulheres.

- Temporadas ou não morando fora da comunidade

Esse aspecto também não foi relevante, não havendo muita diferença no uso da *cv* em posição de sujeito entre os que nunca viajaram, os que passaram pequenas temporadas fora ou entre os que passaram entre um e dois anos trabalhando em outras regiões, o que demonstra que, já com a gramática formada, esses informantes não sofrem influências decisivas dos dialetos urbanos em algumas áreas da gramática.

Ao que parece, como pode ser verificado pelos dados, os fatores sociais escolarização, sexo e tempo morando fora da comunidade não parecem exercer uma influência muito grande no que diz respeito à atuação do sujeito nulo nas comunidades analisadas.

3.6.3 Comparando e sintetizando os resultados

Uma pequena diferença entre as comunidades se deu entre as duas da Chapada Diamantina, que podem ser consideradas mais rurais, e a comunidade próxima a Feira de Santana, que pode ser considerada uma comunidade rural com maior influência da urbanização¹²¹. Essa pequena diferença se deu principalmente na 3ª do plural¹²², fato que pode ser explicado por ter essa comunidade, como um todo, um maior nível de escolarização, já que nessa pessoa as marcas morfológicas podem identificar o nulo.

Percebe-se ainda pelos dados anteriormente colocados que o índice de nulos na 3ª *ps* foi muito próximo nas três comunidades, índices sempre em torno de 50%, mesmo quando retiradas as coordenadas não-iniciais.

Além dos índices de sujeitos nulos nas diferentes pessoas serem bastante semelhantes, apesar de apresentar sempre menor número na comunidade de Bananal/Barra dos Negros, outros fatores também o foram em maior ou menor grau:

- a) Há mais **cvs** na posição de sujeito quando esse é arbitrário, como já visto. Assim, inicialmente pensou-se que os jovens usassem mais essa estratégia de indeterminação do que os idosos, mas entre os informantes da F1, da C1, o percentual de uso de arbitrários com relação ao total de dados foi de apenas 15% contra 14% nas outras duas faixas. Já na C3, o índice de arbitrários foi maior na F2, 20%, seguida da F1, 14% e só depois a F3, 10%. A C2 apresentou um quadro de distribuição dos arbitrários um pouco diferente com os jovens realmente tendo um índice de utilização desse tipo

¹²¹ Apesar de Feira de Santana ser um centro urbano que também recebe influências rurais.

¹²² Houve também um número razoável de nulo na 1ª do plural, mas os dados foram poucos e de um mesmo informante.

de sujeito razoavelmente maior que os idosos, 19%, na F1, contra 12,5% na F2 e 9% na F3.

- b) uma outra questão é a de que os jovens da C1 e C2 estão passando por um processo de aquisição de marcas morfológicas, via escolarização e outros contatos. Essa aquisição poderia estar influenciando o maior uso do sujeito nulo na 1ª pessoa do singular, mas o número de nulos com essa pessoa é maior entre os mais velhos. Cunha (2003), trabalhando com dialetos rurais do Maranhão, explicou o maior uso de nulos pelos jovens pela influência da escolarização. Nos nossos dados a escolarização parece exercer certo papel na identificação do sujeito nulo via morfologia, principalmente na 1ª *pp* e, na C3, na 3ª do plural também.

Assim, pelos resultados quantitativos não se pode dizer que essa variante esteja caminhando em direção ao preenchimento categórico da posição de sujeito, pois são os jovens que apresentam os maiores índices de *cv*s. Pode-se dizer que ela permanece, de certa forma, estável ao se levar em consideração a distribuição por geração. Além disso, verificou-se que fatores sociais, como escolaridade e gênero não influenciam de forma significativa no maior ou menor uso de nulos.

Ficou evidenciado também que parece não haver um único mecanismo de identificação das categorias vazias na posição de sujeito. Essa identificação parece ser realizada, às vezes, através da flexão, o que pode ser um resquício de uma gramática anterior ou uma aquisição periférica, e na maioria das vezes é recuperado por algum tipo de ligação com elementos,

preferencialmente, em sentenças anteriores ou através de um tópico discursivo que pode estar mais alto.

CAPITULO 4

FENÔMENOS RELACIONADOS:

implicações para a gramática do PB

Em outras palavras, as mudanças acontecem em teias e ecoam umas nas outras. Tal eco sintático de um processo de mudança a outro – e que não necessariamente forma uma linha reta – é teoricamente previsível a partir de um paradigma sintático forte para a análise lingüística: o modelo chomskyano. (Tarallo, 1993:74).

4.1 Introdução

Este capítulo procura atestar a existência ou não de outra estrutura associada ao Parâmetro do Sujeito Nulo, a inversão livre (especificamente a ordem VS), nas amostras das variedades rurais trabalhadas nesta tese, bem como um outro fenômeno que é comumente relacionado ao preenchimento do sujeito, o Deslocamento à Esquerda (DE) ou duplo sujeito. A observação do comportamento de estruturas que estão relacionadas a aspectos opostos, justifica-se pelo fato de que ao mesmo tempo em que foram encontrados altos percentuais de preenchimento nas 1ª e 2ª pessoas, verificou-se que há, ainda, índices razoáveis de sujeitos nulos de 3ª ps de referência definida, assim como o uso de categorias vazias como a estratégia preferida para a indeterminação do sujeito (cf. capítulo 3). Desta forma, a partir do comportamento dessas estruturas, pode-se verificar, não só o nível de encaixamento¹²³ do uso de categorias vazias ou plenas na posição de sujeito, mas, também, se tem procedência uma das minhas hipóteses, a saber: que o falar dessas comunidades, no que se refere a esse

¹²³ O encaixamento é um dos cinco problemas da mudança colocado por Whirench, Labov e Herzog (1968). Naquele momento, era entendido como uma dada mudança se encaixava na estrutura social e lingüística.

fenômeno, pode estar em um estágio diferente do que se encontram as variedades urbanas cultas¹²⁴. Inicialmente, serão analisadas as ocorrências de duplo sujeito e, logo em seguida, a ordem VS. Não tenho como objetivo um estudo mais aprofundado desses fenômenos, mas sim apenas a verificação da existência ou não dos mesmos e com que frequência eles ocorrem.

No item 3.4 é feita uma comparação entre os nossos resultados e os resultados com dialetos urbanos. Por termos realizado um trabalho quantitativo, a fonte principal para comparação serão estudos também de cunho quantitativo, como o de Duarte (1995). Além desse, usarei pontualmente os estudos de Negrão (1999), realizado com dados de São Paulo, Cunha (2003), com dados rurais do Maranhão, e Cavalcante (2001), com amostras urbanas de Alagoas. Sempre que possível recorrerei a outros estudos mais teóricos. A comparação dos resultados desta tese com os de Duarte será feita em primeiro lugar com os sujeitos definidos, depois com os sujeitos de referência indeterminada.

4.2 Construções com duplo sujeito

Duarte (1995) analisa, em sua tese, as construções de duplo sujeito (ou DE-Deslocada a Esquerda) por considerá-las típicas de línguas não *pro-drop*, procurando relacionar o aparecimento das mesmas, no PB, ao processo de implementação¹²⁵ da mudança no sentido do preenchimento da posição de sujeito.

A autora mostra, a partir do trabalho de outros estudiosos, que as estruturas de DE quando aparecem em italiano, língua tipicamente *pro-drop*, são coindexadas com clíticos, como no exemplo abaixo.

¹²⁴ A outra possibilidade que também poderia ser plausível é a de que essas variantes rurais estivessem em um estágio mais estável, ficando mais claro as especializações de formas.

¹²⁵ Implementação aqui tem o sentido laboviano de descrever as causas e efeitos de uma dada mudança.

- (1) [1]¹²⁶ [**a Roberto**]_i I _i 'ho fatto aspectta' un'ora. (ex. que Duarte retirou de Ochs & Duranti (1979).

E não como em (2) no qual a retomada é com o pronome pleno e a sentença torna-se agramatical.

- (2) [2]* **Mario**_i (**) lui**_i è uscito presto stamattina (idem Duarte).

Assim, pressupõe-se que em um sistema tipicamente *pro-drop* não haja estruturas como as colocadas em 2, pelos menos nas línguas românicas que identificam a *cv* na posição de sujeito através da flexão, como o italiano e o espanhol. Neste sentido, a descrição desse tipo de construção nos dará uma visão do encaixamento do mecanismo de preenchimento da posição de sujeito no sistema.

Os estudos sobre o duplo sujeito no PB iniciaram-se a partir do trabalho de Pontes (1987) sobre as construções de tópico. Desde então, vários pesquisadores, entre eles Galves (1986), Negrão (1999), Kato (1998), Brito (1998) têm se debruçado sobre esse fenômeno. Kato (1998)¹²⁷, por exemplo, diz que esse tipo de estrutura é um tópico que tem um pronome correferente no interior da sentença, como no exemplo abaixo retirados da amostra trabalhada nessa tese:

¹²⁶ A numeração original dos autores virá, como em outros capítulos, entre colchetes.

¹²⁷ Esse tópico, para essa autora, resulta de movimento de “um DP com função de predicado secundário no interior da sentença cujo sujeito é o resumptivo forte ou clítico”. Sendo que o local de pouso desse DP tópico é a posição de ΣP , diferentemente do que pensa Raposo, por exemplo, que, segundo Kato, diz que essa DE é um objeto sintático independente, gerado em adjunção à sentença. Já para Brito (1998) as DE's do PB e do Francês projetam o mesmo esqueleto sintático que as SV do PE, sendo que a diferença entre as estruturas dessa e das outras duas línguas reside na natureza nula ou lexical do pronome nominal [+referencial], como nas configurações abaixo:

(4) [1] [_{NP} DP [_{IP} pro [_r [V (...)]]]] (PE).

(5) [2] a. [_{XP} DP [_{IP} ele [_r V (...)]]] (PB).

b. [_{XP} DP [_{IP} il [_r V (...)]]] (Francês).

- (3) *O gato ele é um animal doméstico...* (MT).

Kato (1998) coloca as seguintes propriedades como sendo típicas de DE: a) são sempre semanticamente referenciais, isto é, não podem ser quantificadas; b) sintaticamente, não exercem diretamente um papel argumental; c) pragmaticamente, não podem ser parte do foco (informação nova).

Pontes (1987) observou que nessas estruturas o tópico é sempre definido, pois, nos dados analisados por ela, não foi encontrada nenhuma construção em que o SN fosse indefinido, além de ocorrer em negativas, interrogativas e encaixadas. Duarte (1995) chama a atenção para o fato de que uma mudança nesse tipo de construção começa a aparecer no dialeto urbano, na qual já aparecem duplos sujeitos com SN quantificado, nas relativas sem cabeça e em estruturas com referência arbitrária. Abaixo estão exemplificados esses tipos de estruturas retiradas dos dados da autora.

- (4) [52] *Qualquer pessoa que vai praticar esporte ela tem que se preparar.* (TV – exemplo de Duarte).
- (5) [50] *Quem vem fazer compras no Serra e Mar ele não faz compras, ele passa momentos de alegria e satisfação.* (Locutor dentro do supermercado – exemplo de Duarte).
- (6) [32] *Você, quando você viaja, você passa a ser turista. Então você passa a fazer coisas que você nunca faria no Brasil.* (M3c, 369, 372 – exemplo de Duarte).

Ainda no que se refere a esse fenômeno, a autora diz que são encontradas estruturas em que a retomada de pronomes podem ser confundidos com hesitação. Adiante serão apresentados casos, da nossa amostra, que parecem ocorrer por conta da indecisão do informante e não porque o mesmo tenha feito uso de uma estrutura de tópico. Duarte

apresenta os seguintes dados como de duplo sujeito, no qual a identificação do mesmo como de não hesitação é realizada pela autora a partir da existência de elementos intervenientes¹²⁸.

- (7) [26] *Eu às vezes eu peço a ele pra ir comprar o jornal pra mim...* (H2h, 1078 – exemplo de Duarte).
- (8) [28] *A gente na faculdade de Letras a gente não tem condição de...* (M2e, 609 – exemplo de Duarte).

Nos dados aqui analisados há casos que são claramente de hesitação, pois pelas normas de transcrição reticências indicam indecisão, sendo que quem transcreveu os dados foi alertado (bolsistas e eu mesma) a prestar atenção ao tipo de entonação e pausa que são próprios da hesitação. São em média 10 ocorrências desse tipo em cada comunidade.

- (i) *Na hora que pedi assim, ele... ele fala que faz só que na hora não faz é nada (BB inf.2).*
- (ii) *Eu num... eu tenho pé de lorna, essas coisa, né? (MG inf. 9).*
- (iii) *Não uma coisa assim de violência, que gente... a gente já vive assustado. (MT. Inf. 2).*

Outras sentenças, presentes nas amostras, que foram consideradas como duplicação de sujeito, mas nas quais não há uma típica retomada pronominal, são as de “deslocamento à direita”. Abaixo elenco as ocorrências desse tipo que apareceram e que farão parte do cômputo geral de dados de duplicação.

¹²⁸ Duarte (1995) apresenta dois casos em que não há elementos intervenientes entre os pronomes e mesmo assim são considerados como sujeitos duplicados, são eles: (24) *Eu, eu sinto demais isso, né?* (M2e, 557) e (25) *mas eu, eu disse...* (M1e, 1251).

- (9) *Eles é muito racista, o povo de Mato Grosso.* (BB, F1, f, P, inf. 2)
- (10) *Ele é médico. Ele ajuda, o doutor Paulo.* (BB, F2, f, A, inf.8).
- (11) *Nos foi caminhano, eu mais meu marido.* (BB, F3, f, P, inf. 4).
- (12) *Ele... ele tá, o doutor Paulo.* (BB, F3, m, A, inf. 11).

Na C2 houve apenas um caso desse tipo:

- (13) *Eles, antigamente, o povo sofria muito também.* (MG, F1, m, P, inf. 1).

Na C3 também foi apenas uma ocorrência:

- (14) *As modernagem de hoje em dia a maioria não quer nada com a vida.* (MT, F1, m, P inf. 1).
- (15) *Começou a criar assim de uma, aí elas, as galinha foi produzindo, chocando a galinha, aí foi produzino.* (MT, F2, f, inf. 8).
- (16) *Aí ela, minha tia implantou esse cruzeiro.* (MT, F3, m, A, inf. 11).

As ocorrências de duplo sujeito foram poucas nas três comunidades. Considerei o número pequeno, pois são mais de onze mil sentenças analisadas, no que diz respeito a nulo *versus* preenchimento *versus* morfologia e apenas 69 de DE, número próximo ao encontrado por Duarte. No entanto, essa autora trabalhou com uma quantidade um pouco menor de dados.

Abaixo coloco os 25 dados¹²⁹ da C1, que com os 5 de ‘retomada à direita’ somam 30 casos. As faixas 1 e 2 foram as que apresentaram um maior número de ocorrências, 18 e 10 respectivamente, enquanto que na faixa 3 foram apenas 3 dados na fala do informante 11. Este fato é muito interessante, pois enquanto as três faixas apresentam um comportamento muito próximo no que diz respeito ao uso da **cv** em posição de sujeito, não apresentam o mesmo comportamento com relação ao uso quantitativo de duplos sujeitos e ao uso da flexão, pois como visto no capítulo 3 são os jovens que mais fazem a concordância entre o sujeito e o verbo e os mais jovens estão usando também, mais duplos sujeitos. Vejam-se os exemplos de DE entre os jovens da C1:

C1 – Barra Bananal

Faixa 1

- (17) *Aí agora, **ele** agora, **ele** veio aí em Rio de Contas* (BB, F1, m, P, inf. 1).
- (18) *A **gente**, as vezes **a gente** não planta* (BB, F1, m, P, inf. 1).
- (19) *...**a energia** em outubro vai fazer dois ano que **ela** chegou, **a energia**.* (BB, F1, m, P, inf. 1)
- (20) *Aí agora **a gente**, **a turma da gente** enche **ela** d’água...* (BB, F1, m, P, inf. 1).
- (21) ***Eu** não, **eu** não tenho namorada.* (BB, F1, m, P, inf. 1).
- (22) ***Eles**, de tudo **eles** pranta.* (BB, F1, m, P, inf. 1).
- (23) *... que **ela** quando **ela** morreu deixou meu pai.* (BB, F1, f, P, inf. 2).

¹²⁹ Quero chamar a atenção, relembrando o que já foi colocado na metodologia, para o fato de que o número geral de dados dessa comunidade é um pouco maior do que os da C2 e C3, pois enquanto que na C1 não houve muitos problemas técnicos de gravação, por isso foram aproveitados uns 45 minutos de cada fita, na C2, por conta de alguns problemas, foram usados 40 minutos, já a C3 o número de informantes foi um pouco menor porque a gravação com alguns deles apresentou problemas e não havendo tempo para se refazê-las, trabalhei com apenas 10 informantes na C3 ao invés de 12, assim ao ser verificado um número um pouco maior de DE na C1 devemos levar em consideração esse fato.

- (24) *Mato Grosso já é separado. O povo de Mato Grosso eles... eles é muito racista.* (inf. 2).
- (25) *Acho que receberam. O DENOC eles indenizou. Algum deve ter pago.* (BB, F1, f, P, inf. 2).
- (26) *... na Barra é a mesma coisa, a comunidade de Barra e Bananal ela une numa só.* (BB, F1, f, P, inf. 2).
- (27) *Qualquer hora nós, a gente vai.* (BB, F1, m, P, inf. 3).
- (28) *Minha tia, ela... ela ela é irmã de meu pai.* (BB, F1, f, P, inf. 4)
- (29) *Eu achava bonito de primeiro quando casava uma moça, porque a noiva, eles ia tudo de cavalo.* (BB, F1, f, P, inf. 4).
- (30) *Eu, a gente começou fazendo um xarope caseiro.* (BB, F1, f, P, inf.4).
- (31) *Eu mesmo, eu tinha esse menino meu...*(BB, F1, f, P, inf.4).

Os exemplos (16), (17), (20), (21), (22), (26), (29) e (30) foram considerados como duplos sujeitos e não como repetição porque ou há uma conjunção ou outro elemento entre o primeiro e o segundo pronome ou há repetição de outro pronome, como na ocorrência (29), demonstrando assim que o informante não estava hesitando. Uma outra observação importante no que diz respeito ao dado (26), é que o informante inicia com o pronome *nós* e em seguida retoma com o *a gente*, o que demonstra o avançado estágio em que se encontra o processo de substituição daquele por esse. O exemplo (28) foi computado porque se levou em consideração o fato de o informante ao invés de produzir o SN “os noivos” produziu “a noiva”, mas retomou esse SN com o pronome elas.

Abaixo estão construções produzidas pela faixa 2. O interessante é o número de retomadas em sentenças relativas (exemplos (30), (31), (35), (36) e (37)) se comparadas a faixa 1, que apresenta retomadas, na grande maioria dos casos, em sentenças simples/independentes. O que me leva a levantar a hipótese de que talvez, a relativa, tenha

sido a estrutura pela qual o duplo sujeito entrou no sistema das variantes aqui analisadas. Com as relativas essa retomada seria “mais leve”, já que ao se duplicar o sujeito, duplica-se um pronome relativo que se refere a um sujeito ou a um objeto que está na sentença anterior. Vejam-se os dados.

Faixa 2

- (32) *Uns pessoal de... de.. de Rio de Contas mehmo **que eles tinha uma tia, agora a tia deles...** (inf. 8).*
- (33) *Eu tinha uma menina, **uma irmã** aqui que **ela** estudou até o ... o terceiro ano. (inf.8).*
- (34) ***Essa** que deu a escola aqui também do Mobral **ela** foi pra São Paulo. (inf. 6)*
- (35) *Meu pai e minha mãe, **eles nasceu na Barra.** (inf. 8).*
- (36) *Minha mulher, **ela toda vida era... foi daqui mehmo, né.** (inf. 7)*
- (37) *Eu tinha um irmão que **ele bebia muito também.** (inf 7).*
- (38) *Eu tinha um tio também, eu tenho um tio também que **ele morreu também com problema de bebida também..** (inf. 7).*
- (39) *Essa menina minha **que ela** estudou no Livramento... (inf. 8).*
- (40) *Agora o prefeito, esse mehmo, **esse prefeito** aí de Rio de Conta ali, **ele** já ganhou... **ele** já foi prefeito duas vez com essa (inf. 8).*

Abaixo estão as construções produzidas pela faixa 3 de Barra/Bananal.

Faixa 3¹³⁰

- (41) *O prefeito, ele é muito bom.*_(inf.11)
(42) *Meus pais, eles contava garimpava muito.*(inf.11)

Pelos exemplos acima, percebe-se que a grande maioria das sentenças com duplos sujeitos na C1 é absoluta/independente, 20 ocorrências. Há relativas de sujeito, nas quais apesar do pronome *que* exercer essa função, o mesmo é redobrado através do pronome pessoal, como no dado de número (31), são 6 desse tipo. Há, ainda, uma estrutura de DE em sentença principal e 3 em subordinadas. A quase totalidade das ocorrências é com sujeito de 3ª pessoa do singular e do plural, já que o tipo de DE mais comum é aquele em que o pronome redobra um SN. Aparecem, também, casos com as primeiras pessoas do singular e do plural.

Um outro fato observado por Pontes (1987), confirmado aqui é que a duplicação usada nessas comunidades só ocorre com sujeitos referenciais definidos, diferentemente da variante urbana analisada por Duarte, na qual, como já dito, há duplicação com indeterminados. No entanto, aparecem casos de retomadas de SN's genéricos, uma retomada de um SN – animado¹³¹ e em subordinadas.

Na C2 ocorrem basicamente os mesmos tipos de estruturas da C1.

C2 - Mato Grosso

Faixa 1

- (43) *Xô vê, Romário mesmo ele é centro avante.* (inf. 1).

¹³⁰ Na fala desse mesmo informante parece haver mais exemplos de hesitação, como () *Porque ali ele... ele se enrola e se joga no bote...* mas é bom frisar que ele não hesita, ou seja, não repete só o sujeito, mas também outras categorias, principalmente verbo.

¹³¹ Se for considerado no exemplo tal a cabeça da relativa *uns pessoal*, que apresenta um quantificador, apesar do pronome pessoal estar retomando o *que* relativo, poderíamos dizer que há um redobro de SN quantificado.

- (44) *Doutor Paulo ele é de Rio de Contas.* (inf. 2).
- (45) *Meus irmão mehmo eles num quiere ter filho por agora... agora não.* (inf. 2).
- (46) *Ela nem uma gripe ela não dá.* (inf.4).
- (47) *Meus irmão mesmo, eles são super bom.* (inf.2).
- (48) *A gente não mexe com esses cara lá não, porque a gente aqui, a gente veve aqui num povoado, né?* (inf. 1).

Abaixo estão as ocorrências da F2 na qual a de número (51) é em uma relativa.

Faixa 2

- (49) *M. ele já viu.* (inf. 6).
- (50) *Mineiro, ele é 'sim, mineiro ele é assim o jeito assim, se ocê conversar na boa com ele, tudo bem.* (inf. 7).
- (51) *Esse daí ele ainda não come comida.* (inf. 8).
- (52) *É um rapaz de Rio de Conta **que ele** vem toda semana vender aqui. Ele é machante.*

Na faixa 3 há dois casos com relativas (51) e (54). Adiante farei um quadro resumo dos tipos de sentenças com as quais o duplo sujeito ocorre.

Faixa 3

- (53) *É. Ah, o moço lá que ele ali já entende do [inint].* (inf.9).
- (54) *Eu com a idade de quinze ano **iêu** fui pra lá.* (inf.9).
- (55) *Eu, a **vêia** ali é... **ela** sabe maih de que eu.* (inf. 10).
- (56) *Não! **Iêu**, a escola que eu tive, né? **ela** foi quinze dia.* (inf. 9).
- (57) *Não! **Iêu**, a escola que eu tive, né? **ela** foi quinze dia.* (inf. 9).
- (58) *O vereador, ele também chama M. **É!** G. M. Tem J. M., [inint].*
- (59) *Agora, **minha mãe**, **ela** adoeceu lá, eu trouxe pra cá.*

- (60) *....que **minha mãe**, de toda vida **ela** gostava muito de ir na igreja e gostava de acompanhar muitas coisa lá. E gostava...*
- (61) ***Um filho** meu aqui, A., **ele**... **ele** era encomendador. (inf. 12).*
- (62) *Não. As **criança** de hoje em dia **ela**... **ela** tem mais vontade de aprender as coisa. (inf. 12).*

Os exemplos (54) e (55) fazem parte de uma mesma produção, havendo duas duplicações a do pronome eu e a de 3ª *ps*, na qual há uma retomada do SN escola.

Diferentemente da C1, há na C2 um número razoável de casos na F. 3, são 10 ocorrências, enquanto que nas faixas 1 e 2 são 7 e 4 casos, respectivamente. No que diz respeito ao tipo de sentença são 15 dados com absolutas/independentes e 3 em relativas e subordinadas e 2 em principais. A pessoa gramatical preferida, a exemplo do que ocorre na C1, é a 3ª do singular, vindo a 3ª do plural logo em seguida. Aparecem alguns casos com as primeiras pessoas do singular e do plural. Como ocorreu na C1 já aparecem retomadas de SN's genéricos e – animado e em subordinadas. Mas não há duplicação com sujeitos indeterminados, com relativas sem cabeça e SN's quantificados.

Vejam-se agora os dados da C3-Matinha que é a comunidade um pouco mais urbanizada e nem por isso apresenta mais duplos sujeitos.

C3 - Matinha

Faixa 1

- (63) *...agora **os** que vevi em Feira **eles** adquire a vida por lá mesmo trabaiano (inf.1).*
- (64) ***Eu** mehmo hoje **eu** tou arrependido. (inf. 1)*
- (65) ***Gato** **ele** é um animal doméstico convive com pessoa e eu acho que **ele** transmite muita doença. (inf. 2).*

(66) *E a galinha ela vive solta.* (inf. 2)

Faixa 2

(67) *Muita gente denuncia, que D. mehmo ela nem fez denuncia coitada.* (inf.6).

(68) *M. minha menina ela criou com a fé.* (inf. 6).

(69) *Eu pra mim mesmo eu não gosto...* (inf. 6).

(70) *Não, A. ela é secretária doméstica em Salvador.* (inf. 8).

(71) *Ai ela, quando ela se recuperou...(inf. 8).*

(72) *A gente brigava demais, nós dois.* (6).

Faixa 3

(73) *O pai do menino, ele ele voltou...* (inf. 10).

(74) *Esse B. que ele teve aqui, ele...(inf.10).*

(75) *...a outra menina, a que é a mulé ela foi pra Salvador jovem...* (inf. 11)

(76) *Porque eu... eu acho que a diferença que ele desde quando ele era diretor do D. Pedro de Alcântara...* (inf.11).

Vê-se que, na C3, há os mesmos tipos de estruturas que ocorrem nas C1 e C2. A pessoa gramatical preferida também é a 3ª do singular e em seguida a 3ª do plural, ocorrendo alguns casos com as 1ª do singular e do plural. Diferente da C1, aparece ainda um equilíbrio entre as faixas etárias, no que diz respeito ao uso desse tipo de construção, são 5 ocorrências na F.1, 7 na F.2 e 7 na F.3, levando-se em consideração as duas duplicações citadas em (76), uma de principal e outra de relativa. É bom chamar a atenção para uma peculiaridade da F.2,

qual seja, todos os dados dessa faixa foram produzidos por pessoas do sexo feminino¹³² e essas informantes passaram um período de quase dois anos em grandes centros urbanos, trabalhando como domésticas, uma em Salvador e outra em Campinas. Influenciadas ou não pelas variantes desses locais, o fato é que elas apresentaram, diferentemente dos homens da mesma faixa, esse tipo de construção que é mais corriqueira em variedades urbanas. Abaixo apresento uma tabela que resume a quantidade de ocorrências por faixa etária e por pessoa gramatical.

Tabela 4.1: Resumo das estruturas de duplo sujeito

REFERÊNCIA	C1 – BB			C2 - MG			C3 – MT			TOTAL
	F. 1	F.2	F.3	F.1	F.2	F.3	F.1	F.2	F.3	
1ª os	2	-	-	-	-	2	1	1	-	6
1ª pl	5	-	-	-	-	-	-	1	-	6
3ª os	5	8	2	3	4	9	3	4	6	43
3ª pl ¹³³	5	2	1	3	-	-	1	1	-	13
Total	17	10	3	06	4	11	5	7	6	69

Abaixo está colocada uma tabela que resume o número de ocorrências de duplo sujeito por tipo de sentença.

¹³² Esse fato confirma uma questão própria dos estudos sociolinguísticos levantada por Labov (1972) a de que as mulheres lideram processo de mudança se forem direção a uma variante de prestígio.

¹³³ Muitas das ocorrências que foram consideradas como de 3ª pp foram iniciadas com um “SN-coletivo”, mas resolvi considerar como marcador da pessoa o pronome pessoal, já que nos coletivos a pessoa semântica é plural.

Tabela 4.2: Resumo das estruturas de duplo sujeito por tipo de sentença

TIPO DE SENTENÇA	C1 – BB			C2 - MG			C3 – MT			TOTAL
	F. 1	F.2	F.3	F.1	F.2	F.3	F.1	F.2	F.3	
Absoluta/ind.	13	4	2	5	2	5	4	5	3	42
Principal	2	1	1	1	1	2	1	-	2	11
Relativa	-	5	-	-	1	2	-	-	1	9
Subordinada	2	-	-	1	-	1	-	2	1	7
Total	17	10	3	7	4	10	5	7	7	69

O que pôde ser depreendido das estruturas de duplo sujeito é o fato de que as mesmas já fazem parte do sistema, não ocorrendo, no entanto, em muitas das estruturas observadas por Duarte, quais sejam com SN quantificado, com sujeitos arbitrários e com relativas sem cabeça, demonstrando que há mais restrições na construção desse tipo de estrutura na variedade aqui estudada do que na variedade urbana. Além do fato de não serem muito recorrentes, pois o total de duplo sujeito é menos de 1% do total de dados trabalhados. Tal fato me leva a reafirmar a hipótese de que provavelmente as variedades rurais baianas, no que se refere aos fenômenos aqui analisados, encontram-se em um estágio diferente das variantes urbanas cultas e semi-cultas.

Outro fenômeno que nos auxiliará a manter ou refutar essa hipótese é o uso ou não da ordem VS ou sujeito posposto.

4.3 O sujeito posposto

A sintaxe da língua portuguesa admite as ordens SV, sujeito-verbo e VS, verbo-sujeito, ou seja, a posposição do sujeito, sendo que em PB atual a primeira é mais freqüente e a segunda está restrita a contextos bem marcados. Berlinck (1989) mostrou que diacronicamente

há uma tendência de queda da ordem VS, diferindo de períodos anteriores, a exemplo do português antigo, considerado como tendo a ordem canônica VS ou V2¹³⁴ (Ribeiro, 1996).

Segundo Tarallo (1993)¹³⁵ o desaparecimento da ordenação VS do português coloquial significa uma mudança gradual em direção às línguas que não admitem sujeito nulo. E é exatamente por conta dessa relação entre o desaparecimento dessa ordem (VS) e de sujeitos nulos que será investigado se há ainda “sujeitos pospostos¹³⁶” na variedade estudada e quais são os contextos de manutenção dessa ordem, pois, como foi visto no capítulo 3, há índices razoáveis de *cv*s na 3ª pessoa do singular específica e índices altos de nulos arbitrários. Assim, a análise dos tipos de VS que ocorrem nos dará uma maior clareza sobre o fenômeno como um todo, principalmente na observação do encaixamento “da alegada” mudança do PB em direção as línguas não *pro-drop*¹³⁷.

Antes de iniciar a descrição dos dados encontrados em nossa amostra, chamo atenção para algumas construções que não foram levadas em consideração aqui, a saber: VS's com sujeitos quantificados ou representados pelos próprios quantificadores (pois esses têm uma mobilidade muito grande), com verbos inacusativos tipo parecer, aparecer e acontecer e sentenças com verbos existenciais, *ter*, *haver*, etc., pois nesses tipos de construções entram em jogo outros aspectos que não serão discutidos aqui. Abaixo estão algumas dessas estruturas:

(1) *Chegou tudo numa época só. (BB. inf. 1).*

(2) *Morreu tudo. Muchou tudo. (BB. inf. 2).*

¹³⁴ Isto é, verbo na segunda posição.

¹³⁵ Kato (2001) diz que a inversão com verbos intransitivos faz parte da gramática estável do PB.

¹³⁶ O sujeito posposto é muito discutido, pois parece que, segundo alguns autores, ele não apresenta as mesmas características do sujeito anteposto. Pontes, por exemplo, diz que o SN posposto não é um sujeito e sim um objeto, pois para ela o sujeito posposto não é um tópico, o anteposto sim, introduz informação nova, é inanimado e não desencadeia concordância verbo sujeito.

¹³⁷ Nicolau acha que a questão da ordem e do sujeito nulo são derivadas de uma única propriedade mais abstrata.

- (3) *Vai tudo de calça comprida. (BB. inf. 7).*
- (4) *Acabou tudo. Acabou as terra toda. (BB. inf. 5).*
- (5) *...pareceu carro.. pareceu assim um caminhão... (bb. Inf. 8)*
- (6) *Agora que pareceu uma escola do Mobral.... (BB.inf. 8)*
- (7) *Inté que pareceu uma escola do Mobral...*
- (8) *...pensa assim que não tem arvore... (BB. inf. 1)*

Entretanto, não limitei a análise das estruturas VS apenas as orações principais. Excluindo-se os tipos de casos colocados acima, trabalhei com todas as posposições que apareceram, inclusive em sentenças subordinadas.

Como indicam vários dos trabalhos sobre a ordem VS, a maioria das sentenças com sujeitos pospostos ocorre, em PB atual, em construções com verbos monoargumentais, mais especificamente com os tradicionalmente conhecidos intransitivos (cf. Pontes, 1987, Oliveira 1989). Neste sentido, Figueiredo Silva (1996)¹³⁸ chama a atenção para o fato de que enquanto alguns verbos intransitivos aceitam a inversão outros não aceitam, demonstrando uma maior restrição ainda no uso dessa ordem, como colocado abaixo:

- (9) [20]a. Telefonou um cara aí pra você
 - b. Viajou uma mulher supergorda do meu lado
 - c. * Tossiu/estava tossindo um cara atrás de mim
 - d. * Espirrou/estava espirrando um cara durante o filme

Na tabela abaixo estão os dados da posposição dos sujeitos encontrados nas três comunidades por tipo de verbo. Logo depois faço a separação por tipo de sentença.

¹³⁸ A autora chama atenção ainda para o fato de que em PB alguns transitivos se comportam como ergativos.

Tabela 4.3: Ocorrências de VS por tipo de verbo, faixa etária e comunidade.

TIPO DE VERBO	C1 – BB			C2 - MG			C3 - MT			total
	F1	F2	F3	F1	F2	F3	F1	F2	F3	
Intransitivos	14	18	11	13	08	13	06	15	03	96
Ligação	02	-	01	02	-	03	-	01	-	08
Transitivos	-	-	-	-	-	01	01	-	02	17
Total	16	18	12	15	08	17	07	16	05	114

Tabela 4.4: Ocorrências de VS por tipo de sentença, faixa etária e comunidade.

TIPO DE VERBO	C1 – BB			C2 – MG			C3 - MT			total
	F1	F2	F3	F1	F2	F3	F1	F2	F3	
Absolutas/coord.	10	11	10	09	07	13	04	12	04	83
Principais	-	03	-	01	-	02	03	01	-	15
Subordinadas	06	04	02	05	01	02	-	03	01	23
Total	16	19	12	15	08	17	07	16	05	114

Na C1, foram 43 casos com verbos intransitivos, que são em sua maioria inacusativos e apenas 3 com verbos de ligação. Os tipos de sentença mais recorrentes foram as absolutas/coordenadas, 31, em seguidas as subordinadas, 12, nas quais estão inclusas as relativas e adjuntas, e 4 eram principais.

Ocorreram ainda seis casos em que havia a posposição com o verbo *dizer*, mas me pareceu uma estrutura “marcada”, por isso não as coloquei na contagem geral. Em todas as sentenças o verbo *dizer* estava em uma oração principal, como no exemplo: “Diz ela que dá preguiça de fazer”. “Diz ela/ele” é uma expressão comum entre os falantes da zona rural da Bahia.

Abaixo estão exemplos com os três tipos de verbos que ocorreram na C1 dispostos por faixa etária.

Faixa 1

- (10) *Só que agora eles tá muito amigo, depois que saiu uma revista, aí agora eles agora falaram muito dos negro. (inf. 2).*
- (11) *Ali pra baixo onde tá aquele gado branco lá, oh você óia daqui lá pro pé daquele imbu, você só vê água. (inf. 3)*
- (12) *Aí agora ficou mais... ficou mais difícil pra ela que aí fica ela só. (BB. Inf.02).*

Faixa 2

- (13) *Depois veio os fio. (inf. 6)*
- (14) *Aqui no tempo, nessa época assim que foi criado, se adoecesse uma pessoa tinha que levar era na cama, ou se não uma cadeira assim... (inf. 7)*
- (15) *...bota fogo, ai vai saino aquele suozinho. (inf. 7)*

Faixa 3

- (16) *Ele faz a rudia e põe a cabeça em cima do coipo. Cadê. Quando vem a pessoa, ela sarta... (inf. 9)*
- (17) *Enxuga, fica enxutinha a massa. (inf. 9)*
- (18) *Mandava para clínica num canto, mandava pra outa clinica em outro canto, ai vai eu com essa menina. (inf. 10)*
- (19) *Não podia dizer assim: morreu uma pessoa, eu caia das pernas, né? (inf. 10)*
- (20) *Veio os médico, fez exame no povo. (inf. 11).*

Na C2, foram 34 ocorrências de posposição do sujeito com verbos intransitivos, 5 com verbos de ligação e apenas 1 caso com verbo transitivo. O tipo de sentença preferida, a exemplo do ocorreu na C1, foi a absoluta/coordenada. Abaixo estão algumas ocorrências de posposição com amostra da C2.

C2 – Mato Grosso Faixa 1

- (21) *... no chocalho ela não tá com raiva não, mas quando sai o veneno dele, vai todo pra presa...* (inf. 1).
- (22) *Tem ano que tem mais, que casa mais pessoas, aí tem mais festa.* (inf. 2).
- (23) *Quando chove é ruim, sempre quebra um carro.* (inf. 3).
- (24) *Todos aniversário daqui é convidado na igreja, vai Mato Grosso inteiro.* (inf. 4).

Faixa 2

- (25) *A gente não vai na feira, mas mando os outro trazer, só que chega a carne salgada.* (inf. 5).
- (26) *E já morreu avó, bisavô.* (inf. 7).
- (27) *Agora meus fio eu boto. É no ginásio, é tudo. Só não foi essa porque não quis.* (inf. 8).

Faixa 3

- (28) *É. Meu pai se eu for lhe contar como foi ele [risos], ocê num quer ouvir [risos].* (inf. 9).
- (29) *Morria uma pessoa que eu conhecia tinha que levar daqui montado num animal ou então levado na... na kombis. Que foi passano o tempo hoje num farta condução pa levar e trazer.* (inf. 9).
- (30) *Mas era bonita a igreja.* (inf. 10).

Na C3 foram 22 ocorrências com intransitivos, 1 com verbo de ligação e 1 com transitivo. Abaixo estão os exemplos também dispostos por faixa etária:

C3 – Matinha

Faixa 1¹³⁹

- (31) *Essa semana morreu até um rapaz aí que mataro.* (inf. 1).

¹³⁹ No exemplo (35) se houver uma pausa maior entre “começa a crescer” e o “feijão”, talvez pudéssemos caracterizar essa construção como um tipo de “deslocamento à direita”.

- (32) *e depois surgiu o primeiro habitante... foi chegado os moradores e mais moradores e formou esse povoado.* (inf. 2).
- (33) *... passar no motor... fica pronta a farinha.* (inf. 2).
- (34) *Aí começa a crescer o feijão, depois vem o milho e por último a mandioca.* (MT. Inf 02).

Faixa 2

- (35) *Tinha a lavagem e vinha a festa de largo...* (inf. 5).
- (36) *É, as vezes a gente, quando pensa que não passa ladrão.* (inf. 6).
- (37) *... porque o trabalho é muito, não compensa o trabalho.* (inf. 7).
- (38) *Porque quando começa a política é uma coisa e outra, que vai arrumar trabalho pra todo mundo...* (inf. 8).

Faixa 3

- (39) *Não, nesse ano agora vai começar a plantação agora em abril, março e abril.* (inf. 9).
- (40) *Depois qu'eu tava deitada vortou, também não levantei mais, já tinha passado a novela.* (inf. 10).
- (41) *A Matinha surgiu no período que teve uma febre aqui, uma:: febre muito terrível, morreu muita gente.*

A partir dos exemplos, percebe-se que de forma semelhante ao que ocorre no PB urbano atual, como demonstrado em muitos trabalhos, há uma grande preferência pela ordem SV. As poucas ocorrências de VS foram, em sua maioria, com verbos monoargumentais. Os poucos dados com verbos transitivos, que podem se configurar com meros resquícios de gramáticas anteriores.

Na verdade, penso que essa questão da ordem, além de estar relacionada com a questão do sujeito, está muito mais relacionada com a questão do enfraquecimento da concordância verbal (cf. Kato, Tarallo, Galves e outros), que levou a um maior enrijecimento da ordem para

que não se confunda o sujeito com outra categoria, como demonstrado também pelas ocorrências trabalhadas no item 3.4. Neste item, foi demonstrado que o sujeito nulo ocorre preferencialmente com o verbo na primeira posição e quando o sujeito é pleno é ele que vem em primeira posição. No urbano, variedade que apresenta mais concordância entre o sujeito e o verbo do que na variedade rural, Duarte encontrou um razoável número de categorias antes do verbo, tipo clíticos, elementos de negação e advérbios, o que pode demonstrar que não há tanto quanto no rural maiores riscos de se confundir outras categorias com o sujeito, já que ainda há traços de concordância entre ele e o verbo.

4.4 Comparação de resultados: rural *versus* urbano

4.4.1 Os sujeitos de referência definida

Neste item, serão comparados os resultados encontrados com dialetos aqui analisados com os encontrados em dialetos urbanos. Em seguida, serão utilizados, também, resultados que mostram a distribuição do uso da categoria vazia por faixa etária em dialetos rurais do Maranhão e o dialeto urbano de Alagoas.

A tabela 4.4 abaixo sintetiza os resultados obtidos nas três comunidades, Bananal/Barra dos Negros, Mato Grosso e Matinha, com relação a todas as pessoas de referência definida. O número de dados e os percentuais serão colocados por faixa etária para no momento oportuno se fazer comparações. Como já dito, foram retiradas as coordenadas não-iniciais para que a comparação com os dados de Duarte fosse mais compatível. Na última coluna, estão colocados os índices gerais com as coordenadas não-iniciais para que a diferença possa ser visualizada e para comparação com os dados de Cunha (2003) que também trabalhou com as coordenadas.

Tabela 4.5: Ocorrência de sujeito nulo com relação às pessoas gramaticais de referência definida e a faixa etária – nas três comunidades (sem as orações coordenadas não iniciais).

FAIXA ETÁRIA/PESSOA GRAMATICAL	FAIXA 1 (18-38)	FAIXA 2 (39-58)	FAIXA 3 (59 -)	Total por pessoa sem as coordenadas	Total por pessoa com coordenadas
1ª pessoa do singular	273/856 32%	223/960 23%	217/851 25%	713/2667 27%	1311/3550 37%
2ª pessoa do singular	0/2 0%	0/4 0%	0/4 0%	0/10 0%	1/11 = 9% 6/92 = 6,5%
2ª pessoa indireta	2/12 17%	1/29 3%	0/47 0%	3/88=3/98 3%	7/103 = 7%
3ª pessoa	318/568 56%	326/756 43%	218/525 41%	862/1849 47%	1318/2429 54%
1ª do plural indireta	32/305 10%	18/265 7%	11/121 9%	61/691 9%	208/901 23%
1ª pessoa do plural	19/60 32%	14/66 21%	24/105 23%	57/231 25%	104/290 36%
1ª pessoa indireta do plural	1/6 17%	0/10 0%	0/13 0%	1/29 3%	2/29 7%
3ª pessoa do plural	49/186 26%	24/101 24%	27/123 22%	100/410 24%	174/499 35%
Total	694/1995 35%	606/2191 28%	497/1789 28%	1797/5975 30%	
Total por faixa etária com coordenadas	1075/2539 42%	1061/2833 37%	990/2429 41%	125/7861 40%	

A 3ª *ps*, juntando-se os percentuais das três comunidades, apresentou o maior número de sujeitos nulos 47%. Em seguida, aparece a 1ª *ps*, 27%, depois a 3ª *pp* com 24% e a 1ª *pp* com 25%. E como as maiores favorecedoras do preenchimento com apenas 3%, 3% e 9% de sujeitos nulos estão, a 2ª *ps*, a 2ª *pp* e o *a gente*, respectivamente. Observa-se também, a partir da tabela acima, que houve uma média de 10 pontos percentuais a menos de *cv*s ao serem

retiradas as coordenadas não iniciais. A exceção fica por conta da 3ª *ps*¹⁴⁰, na qual a diferença foi de apenas 7 pontos percentuais.

Abaixo estão apresentados os resultados de Duarte com os sujeitos de referência definida. Chamo a atenção para o fato de que o grupo 3 de Duarte se refere ao nosso grupo 1, o 2 ao 2 mesmo e o 1 ao nosso grupo 3¹⁴¹.

Tabela 4.6: Adaptada de Duarte - Percentual de sujeito nulo de referência definida com relação à faixa etária.

FAIXA ETÁRIA/PESSOA DO DISCURSO	GRUPO 3 (JOVENS)	GRUPO 2 (MEIA IDADE)	GRUPO 1 (IDOSOS)
1ª pessoa	21%	21%	33%
2ª pessoa	8%	6%	20%
3ª pessoa	29%	35%	50%

Vê-se que a escala de preenchimento apresentada por Duarte é, hierarquicamente, a mesma encontrada no rural. A 2ª pessoa é a que mais preenche, uma média de 11% (F.1: 20%, F.:2 6% e F.3: 8%), seguida da 1ª, com uma média de 25% (F.1 33%, F.: 2 e F.3 21%), e só depois a 3ª, que resiste um pouco mais ao preenchimento, com um número razoável de nulos, 29% entre os indivíduos jovens, 35% entre os de meia idade e 50% entre os mais idosos, com uma média de 38%. Todavia, os nossos dados apresentam um número um pouco maior de nulos, na 3ª *ps*, com uma diferença de 11 pontos percentuais.

¹⁴⁰ É interessante verificar que esse número de nulos na 3ª (com coordenadas) não se distancia do que foi encontrado para o português medieval por Maroneze (s/d), que trabalhando com o Testamento de D. Afonso II e e Crônica Geral de Espanha, encontrou 56% de nulos nessa pessoa.

¹⁴¹ Lembro que os dados de Duarte são de 1992, enquanto que os nossos são do final de 1998 ao início de 2001.

Negrão (1999), trabalhando com uma amostra de fala de jovens alunos de escola pública urbana, inclusive com as coordenadas não-iniciais, encontrou 58% de nulos na 3ª ps, índice próximo a faixa 1, mais velhos, de Duarte¹⁴².

Entre os sujeitos de 3ª ps, foi encontrada, na variedade rural, uma média de 90% de nulos quando o referente era –animado. Um índice próximo ao encontrado por Lira (1982), 93%. No entanto, essa autora trabalhou com os sujeitos de referência genérica e definida conjuntamente. Neste sentido, é interessante que eu tenha encontrado, vinte anos depois, percentuais, só com os sujeitos de referência definida, próximos aos descritos por ela. Já sem as coordenadas houve, no rural, 83% de nulos com os – animados. Duarte encontrou em seu *corpus*, 44% de nulos com os – animados e 56% com os + animados e + genéricos. Nesse caso dos mais genéricos, encontrei um índice sempre acima do 90% de nulos.

Percebe-se que, no que diz respeito aos sujeitos de 3ª ps, há diferenças quantitativas consideráveis entre os resultados com a amostra do sudeste e a nossa, principalmente no que diz respeito aos –animados e aos + animados de referência genérica.

Entretanto, penso que essas são mais quantitativas do que qualitativas para se postular diferenças de nível gramatical, pois de uma forma ou de outra não há contextos que possam ocorrer cvs na posição de sujeito em uma variante e não em outra, ou seja, as cvs de uma ou outra variedade são produzidas por uma mesma gramática. Entretanto, essas diferenças quantitativas já apresentadas e as outras que serão apresentadas a seguir me levam a crer que esse fenômeno se encontra em diferentes estágios nas duas diferentes variedades, principalmente no que se refere aos sujeitos indeterminados.

¹⁴² Na amostra de Nicolau houve um índice de 74% de nulos na terceira pessoa. Uma possível explicação para tanta diferença entre os resultados encontrados por Nicolau e os outros apresentados, não só com a 3ª, mas com todas as outras, pode ser explicado pelo fato de que a referida autora leva em consideração diversos tipos de sujeito, como já referido.

Vejam-se abaixo alguns pequenos fatos que me levaram a essa conclusão, além da grande diferença de percentual com os indeterminados.

Uma outra diferença apresentada pela amostra do rural se comparada ao urbano foi com relação à influência que as desinências têm no uso ou não do sujeito nulo. Pelos números apresentados abaixo, parece que esses dialetos rurais, principalmente nas C2 e C3, vide tabela 3.4 do capítulo 3, são mais sensíveis às marcas morfológicas de pessoa e número, principalmente de pessoa, na identificação do sujeito nulo.

Na nossa amostra, a 1ª *ps* apresentou 31% de nulos com as marcas *o* e *i* e 13% sem essas marcas, uma diferença de 17 pontos percentuais. Na amostra de Duarte, nessa pessoa, foi encontrada uma diferença de apenas 5 pontos percentuais entre os nulos com as marcas com *o* e *i* 29% e 24% com a desinência zero.

Na 1ª *pp*, quando a desinência *mos* aparece, o número de nulos é de 58%, enquanto que quando a desinência é zero, esse número cai para 2%, o que demonstra que o sistema ainda identifica o nulo através da morfologia. Já na amostra urbana analisada por Duarte, os números encontrados foram 28% com o *mos* e 4% com a desinência zero, uma diferença de 24%, que é, também, significativa, mas com os dados do rural essa diferença foi de 56 pontos percentuais.

Na 3ª pessoa do plural, houve 49% de nulos com a desinência de plural e 21% sem a desinência, uma diferença de 28 pontos percentuais. Duarte encontrou uma diferença de 25 pontos percentuais, com 38% de nulos com a desinência *m* e 13% sem a desinência.

Resumindo esses resultados:

- a) Nas primeiras pessoas do singular e do plural, a diferença entre o número de nulo entre as ocorrências com as desinências *o* e *i* e *mos* e a desinência zero é bem maior no rural do que no urbano.
- b) Na 3ª do plural a diferença entre o percentual de nulos com a presença ou ausência de desinência de número não foi muito acentuada.

Assim, ao que parece, como bem coloca Galves, a marca de pessoa é mais saliente do que a marca de número, sendo que essa marca de pessoa parece ser ainda mais saliente nas variedades rurais aqui estudadas que, ao que parece, passaram por drásticas reduções do paradigma verbal, vide concordância na faixa etária mais velha, tabela 3.10. No entanto, essa redução no paradigma verbal não atingiu a 1ª pessoa do singular, havendo sempre uma oposição entre a 1ª pessoa do singular e as demais pessoas. Além disso, há uma tendência, mesmo que pequena, de aquisição de marcas, principalmente de 1ª *pp*¹⁴³, principalmente entre os jovens que estão passando por um processo recente de escolarização, como pode ser visualizado na tabela 3.10, capítulo 3, o que pode estar levando a essa identificação via flexão.

Vê-se, assim, que em termos percentuais, a identificação do sujeito nulo de referência definida, via flexão, é mais produtiva na amostra aqui estudada do que na amostra urbana do sudeste. O que a primeira vista parece paradoxal se se leva em conta o fato registrado na literatura lingüística de que os dialetos rurais passaram por drásticas reduções do paradigma verbal. Além disso, há mais sujeito nulo de 3ª *ps*, no qual a identificação é feita a partir do referente externo. O que pode me levar a reafirmar a hipótese já colocada no capítulo 3,

¹⁴³ Apesar do grande uso do *a gente*, o que se observa, também, é uma tentativa dos jovens, ao usarem o nós, de realizarem a concordância com o verbo.

motivada a partir dos nossos dados e trabalhos como os de Galves, Duarte¹⁴⁴ e Figueiredo Silva, que parece haver mais de um mecanismo de identificação de *cv*s, um que age através da flexão e outro através do referente externo¹⁴⁵ e que esses mecanismos são mais atuantes nas variedades aqui trabalhadas do que em outras.

Reforçando essa hipótese da identificação via referente externo estão as ocorrências de nulos quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, aspecto não trabalhado por Duarte, mas trabalhado por Negrão. Esse estudo da referida autora apresenta índices próximos aos nossos de *cv*s nesse contexto, 37,8%, incluindo-se os dados do **que** relativo, o qual não está contemplado na nossa análise. Nos dados do rural quando o sujeito é pronominal, o índice de *cv*s na posição de sujeito nesse contexto foi de 29%, o que reforça a existência do mecanismo de identificação via referencial discursivo.

Um outro contexto no qual há mais algumas diferenças entre os nossos resultados e os de Duarte é o tipo de sentença, principalmente as relativas. Nesse tipo de oração o número de nulos foi de 42%. O interessante é que em PE esse foi o único contexto que favorecia o preenchimento (cf. Duarte 1992). Esclareço que o que me levou a esse número foram as relativas de sujeito, como colocado no item 3.3. Com relação a esse aspecto, Negrão cita o trabalho de Iakubaszko¹⁴⁶ (1995 apud Negrão 1999) no qual essa autora encontrou um número de nulos categórico no contexto em que a relativa tem “o SN antecedente do sujeito SN da oração relativa é correferencial ao que relativo (SN₁ que₁ SN₁ V...)” (pág. 38 apud 4-5). No nosso caso, foram consideradas como preenchidas a posição de sujeito das relativas sempre que após o *que* aparecia um pronome foneticamente realizado, tendo ou não uma correferência

¹⁴⁴ Duarte, mesmo preconizando o destino não *pro-drop* do PB, diz que a identificação via morfologia não é incompatível com o auxílio de um referente externo.

¹⁴⁵ Kato 2003 diz que a 3ª ps é a única que mantém uma morfologia capaz de identificar o sujeito.

¹⁴⁶ Bolsista de IC de Negrão. Como não tive acesso ao trabalho, pois o mesmo não foi publicado, o citei através dessa autora.

com um SN ou toda uma oração anterior, como já dito no item 3.3. Procedimento metodológico diferente do adotado por Duarte que só trabalhou com as relativas cuja categoria vazia em posição de sujeito não era correferente ao núcleo da relativa. De qualquer forma, sendo uma relativa de sujeito, de objeto ou pseudo-relativa, em ambos os tipos o SPEC de CP está preenchido¹⁴⁷ e esse ambiente é, em vários dialetos urbano estudados, propício para a realização fonológica do sujeito.

Outro tipo de sentença na qual nos nossos dados houve um pouco mais de nulos do que nos dados de Duarte, foram nas raízes, 34%. Duarte encontrou apenas 26% nas pospostas e 23% nas antepostas. Nas outras sentenças as diferenças não ultrapassaram, na maioria das vezes, 5%.

Duarte, trabalhando com a questão da correferência da *cv* com algum elemento da sentença anterior, encontrou 32% de nulos quando havia correferência. Na 3ª *ps* esse contexto exerce uma maior influência, pois essa autora nesse caso encontrou 46% de nulos. A referida autora chama atenção para o fato de que, apesar desse ser um importante contexto de manutenção do sujeito nulo, a medida que a faixa etária cai, nos dados dela, cai os nulos nesse contexto. Isso mostra, segundo ela, que

(...) estamos perdendo a permeabilidade à “anaforicidade” e tornando opcional um procedimento obrigatório nas línguas conhecidas tradicionalmente como pro-drop (pág. 64).

No entanto, esse contexto se mostrou um pouco mais relevante no urbano¹⁴⁸, pois levando-se em consideração as adjuntas e subordinadas, e nas orações introduzidas pelo

¹⁴⁷ Nesse caso, é interessante registrar que no estudo de Simões com dados de aquisição, há sujeitos nulos, mesmo que em menor número, quando o Spec de CP está preenchido, como ocorre nas relativas.

Ex: 14 A5-072 A: É só esse que cabe.

¹⁴⁸ A exceção fica por conta das relativas não trabalhadas por Duarte nas quais houve 80% de nulos quando a *cv* da relativa tinha correferência com um elemento da sentença anterior.

porque, esse percentual foi de 39%. Já sem correferência, nesses mesmos tipos de oração, o percentual foi de 16%, demonstrando, como já dito, que há alguns casos de nulos em encaixadas sem correferente na sentença anterior. No item 3.3, foi mostrado que há alguns casos de nulos nesse tipo de contexto, o exemplo abaixo, repetido por comodidade, está colocado esse tipo de situação.

(143) *Ele via muita assombração, mas disse que não tinha medo.*

Na ocorrência (143) não há um correferente para a *cv* na oração imediatamente anterior, mas em uma oração mais alta, o que vai de encontro as generalizações de Figueiredo Silva (1996) e Barra (2000), conforme já comentado no item 3.3, do capítulo 3.

Abaixo comparo os fatores selecionados como mais relevantes pelo programa estatístico varbrul para os sujeitos de referência definida e com os selecionados para o urbano.

Não houve muitas semelhanças no que se refere aos contextos selecionados pelo programa estatístico varbrul.

Grupo de fatores selecionados pelo programa varbrul – sujeito de referência definida, por pessoa.

1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	1ª pessoa do plural	3ª pessoa do plural
Tipo de material pré-verbal	Faixa etária	Tipo de material pré-verbal	Marcas morfológicas	Correferencialidade
Tipo de sentença	Escolaridade	Traço semântico do sujeito animacidade ou não do sujeito	Correferencialidade	Material pré-verbal
Marcas morfológicas	Tipo de sentença	Tipo de sentença	Escolaridade	Tipo de sentença
Faixa etária		Correferencialidade do sujeito		
Sexo		Tempo verbal		
Correferencialidade		Faixa etária		

do sujeito				
		Períodos fora da comunidade		

Os grupos de fatores selecionados por pessoa na amostra de Duarte, com os sujeitos de referência definida foram:

Primeira pessoa	Segunda pessoa	Terceira pessoa
Correferência	Tempo verbal	Sexo
Tempo verbal	Faixa etária	Tipo de oração
Faixa etária		Traço semântico
Elementos entre spec de IP e Io.		Tempo verbal
Transitividade		Faixa etária
Elemento entre CP e IP		Correferência

O que se observa a partir da comparação dos contextos selecionados que eles não têm o mesmo peso nas duas variedades que estão sendo comparadas. Na amostra do rural, os contextos mais relevantes para a ocorrência de nulos de 1ª pessoa foram, para a 1ª *ps*, o material existente antes do verbo, no caso o verbo em primeira posição favorece largamente o nulo nessa pessoa. Para a 1ª *pp*, o contexto selecionado em primeiro lugar foi o uso de marcas morfológicas, que, como se viu, realmente têm um papel importante na identificação desse sujeito. Para a 2ª *ps*, a faixa etária foi o contexto mais relevante estatisticamente, pois os jovens são os que ainda usam algumas *cvs* nessa pessoa¹⁴⁹. Na 3ª *ps*, dois contextos mais relevantes foram o material pré-verbal, sendo que o verbo em primeira posição é o que também favorece largamente o nulo e mais a animacidade do sujeito, pois como foi visto há uma média de 90% de nulos com sujeitos – animados com as coordenadas e 83% sem elas. Na terceira do plural, a questão da correferencialidade foi a mais relevante, já que houve muitos casos de descompasso entre as marcas de plural desse sujeito e o verbo, que em boa parte das vezes aparecia com as marcas de 3ª *ps*, assim a identificação desse tipo de sujeito é feita

¹⁴⁹ Na 2ª pessoa, o preenchimento é quase categórico, mas como os jovens apresentam um percentual de uso de 17% nessa pessoa o programa selecionou a faixa etária como relevante.

através da correferencialidade, como na outras também, mas nessa pessoa esse contexto se mostrou um pouco mais relevante.

Nos dados de Duarte, a correferencialidade entre a *cv* e um elemento da sentença anterior foi mais relevante na 1ª pessoa; o tempo verbal e a faixa etária foram para a 2ª pessoa. Nesse caso, o resultado foi próximo ao do rural, que também selecionou a faixa etária. Na 3ª pessoa, o contexto de maior relevância foi o sexo, contexto que nos nossos dados não se mostrou relevante. Logo em seguida, muito próximo ao que ocorreu no rural, foram selecionadas os tipos de oração e o traço semântico do sujeito (+ ou – animado).

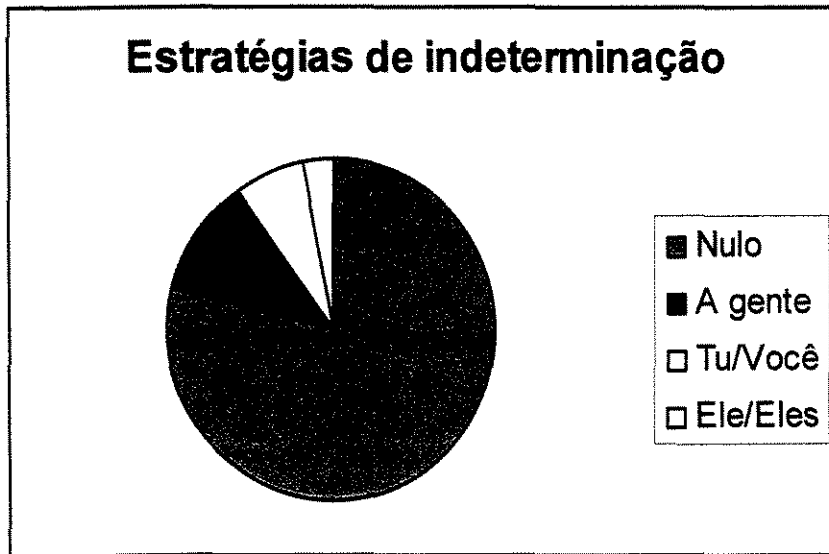
No que se refere a esses contextos, é bom chamar a atenção para o fato de que o material pré-verbal é muito importante tanto para a ocorrência de nulos de 1ª *ps* quanto na de 3ª *ps*, diferenciando-se assim dos contextos relevantes para o urbano. Nesse caso, Duarte (1995) Duarte e Kato (**ano**) que dizem que o aparecimento de algumas categorias antes do verbo propicia o maior uso de nulo, com clíticos, negativas etc.

Passo agora para um contexto que se caracteriza como uma das maiores diferenças entre a variedade aqui analisada e a urbana analisada por Duarte.

4.4.2 Os sujeitos de referência arbitrária

O sujeito nulo é categórico na 3ª pessoa do singular, 100%, na amostra rural, seguido do 3ª do plural, 82%. Lembro que entre esse nulos de 3ª *ps* há 6 casos com o *se* indeterminador, quantidade que praticamente não interfere no percentual, pois é menos de 1% do total. A outra estratégia de indeterminação de sujeito que se mostrou produtiva, além das formas zero de terceira pessoa, foi o uso do *a gente* e do *você*, tanto preenchido, a forma

preferida, quanto nulo¹⁵⁰. Abaixo repito o gráfico sobre indeterminação para que se possa melhor visualizar as estratégias.



A hierarquia apresentada por Duarte (1995) é bastante diferente da apresentada acima. O *você* no dialeto urbano, principalmente nos grupo 2 (meia idade) e 3 (jovens), é a estratégia de indeterminação preferida. No grupo dos idosos, o uso do *você* e do zero tanto com *se* como sem, estão mais ou menos no mesmo patamar¹⁵¹. Em seguida, aparece o *a gente* nas três faixas etárias, depois o pronome *eles*, o *nós* e nas faixas etárias mais jovens o zero é a última estratégia escolhida para indeterminar o sujeito. Sendo assim, o mecanismo utilizado para realizar a indeterminação do sujeito é uma das principais diferenças entre a variedade urbana e a variedade rural aqui trabalhada.

¹⁵⁰ Talvez outro tipo de discurso favorecesse mais outras estratégias de indeterminação.

¹⁵¹ Duarte, Kato e Barbosa mostram que mesmo na variante brasileira urbana escrita a estratégia preferida para indeterminar é o *você*, diferentemente da variedade escrita de Portugal, na qual a estratégia preferida é o *se*. Na variante escrita portuguesa não houve nenhuma indeterminação com o nulo, já com o PB foi 9%.

4.4.3 A comparação dos fatores sociais

A atuação do faixa etária no uso de *cvs* se deu de forma completamente diversa nas amostras aqui comparadas. Os mais idosos, nos dados analisados por Duarte, foram os que apresentaram os maiores percentuais de sujeitos nulos. Na nossa amostra, apresentada de forma resumida no gráfico adiante, o número de nulos foi maior entre os jovens em quase todas as pessoas, com exceção da 1ª pessoa indireta *a gente*. Além do que os resultados gerais por faixa sugerem um caso de variação estável, já que entre a faixa 1 (a dos jovens) e a faixa 3 (idosos) os percentuais são muito próximos. Na 3ª pessoa do singular, essa diferença é um pouco maior indo de 56% na faixa 1, passando para 43% na faixa 2 e chegando a 41% na faixa 3, apresentando uma diferença de 15 pontos percentuais entre a faixa 1 e 3. Os dados de Duarte sugerem uma mudança em curso, pois o número de nulos vai diminuindo com a idade, ou seja, os idosos apresentam índices mais altos de nulos enquanto que os jovens apresentam índices mais baixos.

Entretanto, Duarte (2003) trabalhando com uma amostra de (re)contato, ou seja, analisando a fala dos mesmos informantes em amostras da década de 80 e 2000, verificou que não havia alterações significativas nos percentuais de nulos em direção a um maior preenchimento, pois enquanto na amostra de 80 houve 78% de plenos (22% de nulos) na amostra de 2000 houve um aumento de apenas 2%, ou seja, 80% de plenos (20% de nulos). A autora diz que tal resultado se deve ao fato do pouco tempo entre uma amostra e outra, ou seja, 20 anos não seria tempo suficiente para que se observasse um processo de mudança morfossintática.

Tenho dúvidas se o problema é com o pouco tempo ou se houve uma estabilização do fenômeno. Diante desses resultados diversos, um, o de Duarte (1995) apontando uma

mudança em curso, outro, o apresentado aqui, apontando uma estabilidade do fenômeno, resolvi verificar como está distribuído o sujeito nulo por faixa etária em dois outros dialetos brasileiros, o rural do Maranhão e o urbano de Alagoas.

Cunha (2003) apresenta os resultados gerais por pessoa e por faixa etária, os quais eu agrupei em uma única tabela abaixo. Lembro que estão inclusas as coordenadas.

Tabela 4.7: Percentual de sujeitos nulos com relação às pessoas gramaticais de referência definida e a faixa etária – em comunidades rurais do Maranhão (adaptada de Cunha (2003)).

FAIXA ETÁRIA/PESSOA GRAMATICAL	FAIXA 1 (IDOSOS)	FAIXA 2 (MEIA IDADE)	FAIXA 3 (JOVENS)	Total por pessoa sem as coordenadas
1ª pessoa do singular	48/146 33%	51/117 43,5%	57/136 42%	156/399 39%
2ª pessoa do singular	35/108 32%	34/100 34%	32/100 32%	101/308 33%
3ª pessoa do singular	122/238 51%	85/187 45%	89/238 37%	296/663 45%
1ª pessoa do plural	26/78 33%	32/79 40,5%	27/98 27,5%	85/255 33%
2ª pessoa do plural	6/14 43%	8/21 38%	18/43 42%	32/78 41%
3ª pessoa do plural	20/76 26%	51/90 57%	50/105 48%	121/271 45%
Total	257/660 39%	261/594 44%	273/720 39%	791/1974 40%

É interessante que os percentuais gerais de nulos nas comunidades rurais do Maranhão (39% de nulos entre jovens e velhos) também apontem uma estabilidade do fenômeno, apesar de apresentar algumas diferenças quantitativas se comparada a amostra do rural baiano, veja-se:

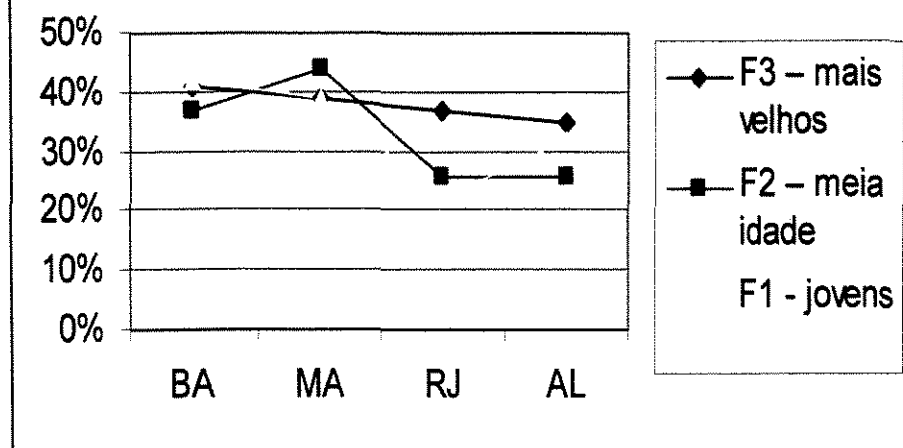
- a) há ainda, no dialeto maranhense, um percentual razoável de nulos nas segundas pessoas do singular e do plural. Nesse caso, meus dados se aproximam mais dos de Duarte;
- b) na 3ª pessoa do singular há mais nulos entre os mais velhos;

Outra observação que acho pertinente, e para o melhor conhecimento remeto a tese da autora, é que as comunidades mais isoladas são as mais usam categorias vazias na posição de sujeito, ou seja, nas comunidades isoladas os índices apresentados acima são maiores.

Na amostra de Alagoas, há, a meu ver, também uma tendência de “estabilização”. Cavalcante (2001) encontrou entre os falantes acima de 50 anos 65% de sujeitos pronominais plenos e 35% de sujeito nulo. Com relação aos informantes da faixa etária de 15 a 25 anos, os mais jovens e que cursaram o segundo grau, constata-se o segundo percentual mais alto, sendo 68% de sujeitos pronominais plenos e 32% de sujeitos nulos. Os informantes da faixa etária intermediária, de 26 a 49 anos, justamente aquela cujos falantes têm nível superior, apresentam uma taxa de realização de sujeitos pronominais plenos de 74%, o que significa que os falantes da faixa etária intermediária e que cursaram o terceiro grau são os que apresentam o mais alto índice de sujeito pronominal pleno na amostra alagoana. Esse fato demonstra, juntando-se aos achados de Duarte, que a maior escolarização não leva ao maior uso de nulos, ao contrário o que tem sido demonstrando é que as variantes mais populares preenchem menos a posição de sujeito, vide nossos dados, os de Cunha e os de Negrão.

O gráfico abaixo sintetiza esses resultados:

Gráfico comparativo



- na amostra rural da Bahia há um total equilíbrio entre as faixas etárias;
- na amostra rural do Maranhão, com as orações coordenadas, há também um certo equilíbrio, apesar da faixa 2 apresentar um pouco mais de nulos;
- na amostra urbana de Alagoas não há uma diferença de percentual muito grande entre as faixas, apesar do grupo intermediário preencher um pouco mais;
- na amostra urbana do Rio de Janeiro há realmente um uso bem maior de nulos entre os mais velhos se comparados aos mais jovens.

Esse capítulo objetivou mostrar, além das diferenças apresentadas acima entre o urbano e o rural, se ocorre outra propriedade associada ao preenchimento do sujeito, o duplo sujeito. Além disso, buscou-se também verificar se ainda existe nas variedades rurais analisadas a posposição do sujeito, estrutura comum em línguas tipicamente *pro-drop*. No que se refere a essas duas características, observou-se o seguinte:

- a) o deslocamento à esquerda ou duplo sujeito já existe nas variedades analisadas, no entanto, além da baixa frequência, ainda não ocorre em estruturas com sujeitos arbitrários, SN's quantificados, relativas sem cabeça, interrogativas, negativas, construções que já são comuns no dialeto urbano carioca.;
- b) as estruturas de VS são pouco freqüentes e aparecem basicamente com os verbos monoargumentais, como observou Kato (1998).

CONCLUSÃO

Objetivei, nesta tese, descrever o sujeito nulo numa variedade de língua comumente negligenciada, o português falado em áreas rurais.

A análise mostrou que, apesar dos inúmeros estudos quantitativos e teóricos, esse tema, no PB, parece não estar esgotado. Investiguei diversos contextos de variação tanto internos quanto externos e cheguei as seguintes características do sujeito nulo nessa variedade de língua:

- a) na 3ª pessoa do singular, a preferência é pelo sujeito nulo, mesmo quando são retiradas as coordenadas não-iniciais. Essa preferência é bem maior se o sujeito for –animado;
- b) plenos quase categóricos na 2ª pessoa (do singular e do plural), talvez motivados, entre outros aspectos, pelo processo de desambigüização entre a 2ª e a 3ª pessoa;
- c) pequeno número de nulos de 1ª pessoa do singular, que sobem quando a morfologia apresentada pelo verbo é específica;
- d) nulos de 1ª pessoa do plural identificados pela concordância;
- e) nulos, com um percentual pequeno, de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, o que demonstra que existe a identificação da *cv* através de algum tipo de correferência com elementos de outra oração;
- f) ‘resquícios’ de nulos em orações principais, completivas e relativas, nas quais o referente está numa sentença mais alta e não na imediatamente precedente;

Após a análise, comparei esses resultados com vários outros trabalhos, principalmente com o de Duarte. Assim, foi verificado que esse fenômeno não apresenta o mesmo

comportamento na variante aqui estudada com relação a outras já descritas, vide diferença, por exemplo, na distribuição dos nulos por faixa etária nas diferentes regiões (cf. cap. 4). Na nossa amostra, a análise da faixa etária mostra que há uma estabilização do fenômeno¹⁵², pois há um equilíbrio nos percentuais de cvs usadas pelos mais velhos e pelos mais jovens, sugerindo o uso de uma mesma gramática. Esse uso de uma mesma gramática é confirmado pela distribuição dos duplos sujeitos, além da ordem VS que ocorre de forma similar pelas diferentes gerações, ou seja, basicamente com verbos intransitivos.

Os dados mostram, também, que parece não haver uma única forma de identificação da categoria vazia em posição de sujeito, como atestado por outros estudiosos (cf. Galves, 1984, 1987, 2001 e Figueiredo Silva, 2000). Parece existir identificação através da flexão e identificação através da ligação da categoria vazia com um elemento da sentença anterior ou do discurso.

Com os arbitrários, há também uma grande diferença com relação ao dialeto urbano, já que a estratégia preferida para a indeterminação é sujeito nulo, sem o clítico *se* (que aparece 6 vezes), enquanto que no urbano a preferência é pelo sujeito expresso.

Pergunto-me, então: qual a origem para essa maior estabilidade desse fenômeno no dialeto rural?

Como dito na introdução, a motivação inicial dessa tese foi de natureza sócio-histórica. Comecei a estudar o português do semi-árido baiano motivada, inicialmente, pelas diferenças de formação entre os Sertões e o Recôncavo. Desde 1996, venho levantando a hipótese de que teria sido muito difícil, por exemplo, o desenvolvimento de uma língua crioula no sertão baiano, e há ainda que se investigar o nível de aquisição imperfeita que houve nos primeiros

¹⁵² Lembro que no trabalho de Cavalcante os índices de nulos são menores entre os que têm nível universitário. Entre os não muito escolarizados parece haver também estabilidade de fenômeno.

séculos da colonização. Essa investigação dever levar em conta a formação sócio-histórica-demográfica dessas localidades, pois além de outros fatores colocados no capítulo 2, não houve um grande desequilíbrio demográfico entre as populações negro-africana e a população branca ou mestiça, mesmo na região de mineração. Mas, de qualquer forma, não se pode perder de vista o fato de que o português culto não foi implantado no semi-árido antes do segundo quartel do século XX, vide dados sobre a escolarização no capítulo 2. Além disso, obtive informações, através das leituras históricas, que os portugueses, que foram para essa região no período Colonial e Imperial, eram, em sua maioria, homens de ‘pequena esfera’, falantes, provavelmente, de uma variante não-culta do PE. Além disso, os grupos rurais se mantiveram de certa forma semi-isolados até início do século XX, podendo, tal fato, ter influenciado na manutenção de um número um pouco maior de *cv*s em posição de sujeito, mesmo com as perdas morfológicas, já que outras formas de identificação da *cv* surgiram.

Acho que, talvez, essas questões acima possam ajudar a esclarecer a origem das diferenças entre as variantes rurais aqui descritas com relação as variantes mais urbanas.

Mas, continuarei a perseguir essa questão. Iniciarei um trabalho com um *corpus* escrito por africanos e descendentes (organizado por Tânia Lobo e Klebson Oliveira) que talvez me aponte algumas pistas sobre como o sujeito nulo foi analisado por essas populações que aprenderam o português de uma “forma imperfeita”. Além disso, nessa amostra, parte dos “escribas” são africanos e uma outra parte são filhos de africanos, nascidos no Brasil, ou seja, são integrantes das primeiras gerações de brasileiros.

Assim, talvez a comparação entre esses dois grupos seja mais esclarecedora ainda e nos mostre se há ou não uma relação entre a história interna e a história externa dessas variedades populares que nos explique essas pequenas diferenças entre as diferentes variantes

do PB atual, que por sua grande “diversidade na homogeneidade e homogeneidade na diversidade”, vem chamando atenção de diversos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Durval Vieira de. (1979). *Descrições práticas da província da Bahia* [escrito em 1889]. Rio de Janeiro. Cátedra. Brasília. MEC/INL.

ALKMIM, Tânia. Estereótipos lingüísticos: negros em charges do séc. XIX. In.: ALKMIM, Tânia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III, Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. (2000). *Instrução Pública no Brasil: 1500-1889* (escrito originalmente em francês em 1889). Trad. Antonio Chizzotti, ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª ed. revisada. São Paulo. Educ.

ALMEIDA, Norma L. F. de. (2001). Concordância verbal em variedades rurais do semi-árido baiano: um estudo gramatical-comparativo. In.: *Anais do Boletim da ABRALIN*. II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza.

ALMEIDA, Norma L. F. de. (2001). *A língua portuguesa falada em Feira de Santana: o entrelugar urbano/rural*. Apresentação no Seminário 'Parlendas do vasto Sertão. Feira de Santana: UEFS.

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de e CARNEIRO, Zenaide de Oliveira N. (1999). Constituição de corpora lingüístico: uma experiência no semi-árido baiano. In.: MOURA, Denilda. *Múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 1999.

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de e CARNEIRO, Zenaide de Oliveira N. (2002). *Amostras da língua falada em Piabas*. Feira de Santana/Bahia: UEFS.

AMARAL. Acioly. (1919-1940). *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.

BARBOSA, P. et alii. (2001). A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. *Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa. APL. Pág 539-550.

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. (1993). Processos descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*. 2:59-71.

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. (1993). *Vestígios de dialetos crioulos em dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas*. Projeto de pesquisa.

BECHARA, E. (2001). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª edição revista e ampliada. RJ: Editora Lucerna.

BERLINCK, R. (1989). A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In.: Tarallo, F. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas/SP: Pontes. P.95-112.

BRITO, Helena. (1998). Pronomes fracos nulos e lexicalizados: das línguas verdadeiramente pro-drop ao português do Brasil (PB). *Cadernos de estudos linguísticos*. (34): 77-91. Campinas: Ed. UNICAMP.

BORTONI-RICARDO, Stela. (1985). *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira N. e ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. (2002). *A língua portuguesa no semi-árido baiano: idéias para uma sócio-história*. Comunicação apresentada no V Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Ouro Preto/Minas Gerais.

CARNEIRO, Zenaide de O. N. e ALMEIDA, Norma L. F. de. (2004). *A criação de escolas a partir de critérios demográficos e suas implicações para o processo de standardização linguística*. Comunicação apresentada no VI Seminário Para a História do Português Brasileiro. Ilha de Itaparica, Bahia, set. 2004.

CALLOU, Dinah e AVELAR, Juanito. (2002). Subsídios para uma história do falar carioca: mobilidade social no Rio de Janeiro do século XIX. In.: DUARTE, Ma. E. & CALLOU, Dinah. *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS. p. 95-112.

CALLOU, Dinah. (1974). Aspectos da morfossintaxe e do léxico. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB.

CALLOU, Dinah. (1998). Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In.: SYBILLE GROBE & KLAUS ZIMERMANN (ed.) . *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM.

CAVALCANTE, M. A. *O sujeito pronominal em Alagoas e no Rio de Janeiro: um caso de mudança em progresso*. Tese de doutorado. Maceió: UFAL.

CHOMSKY, Noam. (1988). *Lectures on government and binding: the Pisa Lectures*. Foris. Dordrecht.

CHOMSKY, Noam. (1982). *Some concepts and consequence of the theory of government and binding*. The MIT Press. Cambridge. Mass.

COUTO, Hildo. (1994). *O crioulo português da Guiné Bissau*. Hamburg: Buske.

CUNHA, Stela. (2003). *Terras de preto no Maranhão*. Tese de doutorado. USP. Orientada por Margarida Petter.

DE OLIVEIRA, Marilza. (2001). Mudanças fonológicas explicam o enfraquecimento da morfologia verbal no PB? In.: *Anais do Boletim da ABRALIN*. II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza.

DE OLIVEIRA, Marilza e RAMOS, Jânia. (2002). *O estatuto de “você” no preenchimento do sujeito*. Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional da ALFAL, Costa Rica.

DUARTE, Eugênia. (1995). *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado. Unicamp.

DUARTE, M. E. et alii. *Sujeitos indeterminados em PE e PB*. Comunicação apresentada...

FERREIRA, Marcelo Barra. (2000). *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP.

FIGUEIREDO SILVA. (1996). *A posição do sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (2000). In.: KATO, M & NEGRÃO, E. *Brazilian Portuguese and the null parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana

FLEXOR, M. Helena. (1996). Ofícios, manufaturas e comércio. In.: SZMRECSÁNYI, Tomás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970-1996)*. Salvador: Faculdade de Arquitetura/UFBA, 1998, (mimeo).

FREITAS. (1955). *Estradas & cargos: descrição dos sertões baianos*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra.

GALVÃO, R. (1984). Povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*. Ano 1, vol.1. Feira de Santana: UEFS.

GALVES, C. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

GALVES, C. (1993). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In.: ROBERTS e KATO. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, 1993.

GALVES, C. (1990 [2001]). V-movement, levels of representation and the Structure of S. Texto apresentado no 13o colóquio do GLOW, Cambridge (UK). Publicado em 1994, *Letras de Hoje*, Porto Alegre e em GALVES, C. 2001 *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

GALVES, C. (1984). Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. In.: *Cadernos de estudos lingüísticos*, 7: 107-136.

- GUY, G. (1981). *On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese*. In.: *Estudios sobre Espanol de América y Lingüística Afroamericana*, Bogotá, 1989, pp. 226-244.
- HARRIS, Marvin. (1959). *Town and country in Brazil*. New York: Columbia University Press.
- HOLM, J. *Vernacular Brazilian Portuguese: semi-creole*. In.: d'Andrade, E. & Kihm, Actas do Colóquio sobre "crioulos de base lexical portuguesa ". pp. Lisboa: Colibri.
- HUANG. (1984). On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15 (4): 531-574.
- HUANG. (1989). Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In.: JAEGGLI, O. & SAFIR, K (eds). *The null subject parameter*. Kluwer Academic publisher. Dordrecht. Pp.1-44.
- IATRIDOU, S. (1990). About Agr(P). *Lingustic Inquiry*. Vol 21, p. 551-577.
- JAEGGLI e SAFFIR, (1989). The null subject parameter and parametric theory. In.: JAEGGLI, O. & SAFIR, K (eds). *The null subject parameter*. Kluwer Academic publisher. Dordrecht. Pp.1-44.
- KATO, Mary, (1998). Tópicos como alçamento de predicados secundários. *Caderno de estudos lingüísticos*. Campinas (34): 67-76.
- KATO, Mary. (1999). Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística. IN.: HORA, Dermeval e CHRISTIANO, E. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia,, 95-106.
- KATO, Mary. (1999a). Strong and weak pronominal in the null subject parameter. In. *PROBUS*, 11-1-37.
- KATO, Mary. (2003). Desvendando a gramática do português brasileiro. In.: ALBANO, Eleonora et al. (org.). *Saudades da língua: a lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem*. Campinas/SP: Mercado das Letras.
- KATO, Mary. (2000) *The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese*. In. KATO, M & NEGRÃO, E. *Brazilian Portuguese and the null parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.
- KATO, Mary. (1999a). Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística. In. HORA, D. da & CRIATIANO, E. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João pessoa: idéia. P. 95-106.
- KROCH, A . (1989b). *Reflexes of grammar in patterns of language change*. *Language Variation and Change*. 1:199-244.
- KROCH, A. (2001). *Mudança sintática*. Tradução de Silvia Regina Cavalcante.

- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LINDLEY CINTRA. (1986). *Formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livro horizonte.
- LIRA, Solange. (1982). *Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado, University of Pennsylvania.
- LOBO, Tânia. (1998). *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil*: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. Vol I. São Paulo: USP.
- LOPES, Célia. (2002). De gente para a gente: o século XIX como fase de transição. In.: ALKMIM, Tânia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: humanitas.
- LUCCHESI, Dante. (2001). As duas grandes vertentes sociolingüísticas do português do Brasil. *DELTA*. São Paulo, 17:1 (97-130).
- LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Rio de Janeiro:UFRJ. Tese de doutorado. Ms.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2001). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In.: Matos e Silva, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, pag. 275-302.
- MATTOS & SILVA, Rosa Virgínia. (1998). Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In. CASTILHO, A. *Para a história do português brasileiro*. Volume I: primeiras idéias. SP: Humanitas, pág. 21-52.
- MEDONÇA, Renato. (1973 4ª ed). *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- MELLO, H. O (1998). português vernáculo do Brasil. In.: Matthias, P. e Schwgler (eds). *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas e portuguesas y criollas*. Vervuet.
- MELLO, H (2002). Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato lingüístico. In.: ALKMIM, Tânia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: Novos estudos. São Paulo:Humanitas.
- MERONEZE, Bruno. (s/d). *A expressão do sujeito em português*. Retirado da internet.

MESSEDER e MARTINS. (1991). Arraias de Rio de Contas: uma comunidade de cor. Caderno CRH. Salvador/Bahia: UFBA, pág. 34-49.

MODESTO, Marcelo. (2000). Null subject without “rich” agreement. In.: KATO, M. e NEGRÃO, E. *Brazilian Portuguese and null subject parameter*. Iberoamericana-Veruert-Iberoamericana.

MÜLLER, (2003). A semântica do sintagma nominal. In.: MÜLLER, A. etii all. *Semântica formal*. São Paulo: contexto, pág. 61-74.

MUSSA, Alberto. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UFRJ, mimeo.

NARO, Antony. (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. In.: *Language*, 57 (1): 62-98.

NARO, Anthony Julius & Maria Marta Pereira Scherre (1993): Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*. São Paulo, Educ., 9. Págs. 437-454.

NARO, Anthony Julius & Maria Marta Pereira Scherre. (no prelo): Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWhorter. John. (ed.) *Current issues in pidgin and creole linguistics*. Amsterdam, Benjamins.

NARO, Anthony Julius & Maria Marta Pereira Scherre (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens do português brasileiro: tema em debate. In.: RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contanto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Letras.

NARO, A.& LEMLE, M. (1977). Syntactic diffusion. In.: *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 29 (3): 259-68.

NEGRÃO, E. (1999). *Português brasileiro uma língua voltada para o discurso*. Tese de livre docência. São Paulo: USP.

NEGRÃO, Esmeralda e MÜLLER, (1996). As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas. USP/SP.

NEGRÃO e VIOTTI, . In. KATO, M & NEGRÃO, E. *Brazilian Portuguese and the null parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.

NEVES, Erivaldo Fagundes. (1996). “Escravidão policultor e meação”. In. *Anais da 4ª reunião especial da SBPC: Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio*. (24 a 28 de novembro de 1996). Feira de Santana: *Campus* da UEFS, p. 36-41.

NEVES, Erivaldo Fagundes.(1998). *Da sesmaria ao minifúndio: uma comunidade sertaneja (um estudo de história regional e local)*. Feira de Santana: UEFS e Salvador: EDUFBA.

- NICOLAU, E. (1995). *As propriedades de sujeito nulo e ordem V-S no português brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP.
- NOVATO, Graziela.(1999). *Cinzento: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. Puc/SP, dissertação de Mestrado, mimeografada.
- OLIVEIRA, D. P. (1989) O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In.: TARALLO, F. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas/SP: Editora Pontes e Editora da UNICAMP. P. 51-64.
- ORLANDI et alii. (1989). *Voices e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Córtext.
- PAIVA, M. da Conceição e DUARTE, M. Eugênia. (2003). Introdução: a mudança lingüística em curso. In.: PAIVA, M. da Conceição & DUARTE, M. Eugênia. *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Faperj.
- PAIVA e SCHERRE. (1999). Sobre uma retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL. Revista DELTA.
- PAREDES DA SILVA, V. (2003). Motivações funcionais no uso do sujeito nulo: uma análise em tempo real. In.: In.: PAIVA, M. da Conceição & DUARTE, M. Eugênia. *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Faperj.
- PERINI, Mário. (1996) 2ª ed. *Gramática descritiva do português*. SP: Ática.
- PINA, M. Cristina Dantas. (2001). Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas - século XIX. In.: *Politéia*. V. 1, n. 1.pág. 179-200.
- PONTES, Eunice. (1987). *O tópico no português brasileiro*. Campinas/SP: Pontes Editores.
- POPPINO, Rollin. (1968). *Feira de Santana*. Bahia: Itapoá.
- PONDÉ, Consuelo. (1971). Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru, 1830-1892, Salvador. Mimeo.
- PUNTONI, Pedro. (2002). *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste, 1650-1720*. São Paulo. Hucitec. USP/FAPESP.
- RAMOS, Jânia. (1999). “Sociolingüística paramétrica” ou “Variação paramétrica”. IN.: HORA, Dermeval e CHRISTIANO, E. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 95-106.
- RAPOSO, Eduardo. (1999). Apresentação à tradução portuguesa do Programa Minimalista. Lisboa: Caminho.

RAMOS, Jânia. (1998). Um plano para a sintaxe diacrônica no português brasileiro. In. CASTILHO, A. *Para a história do português brasileiro*. Volume I: primeiras idéias. SP: Humanitas, pág. 79-88.

RAMOS, Jânia (1999). Sociolinguística paramétrica? In.: HORA, D da & CRISTIANO, E. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João pessoa: idéia. P.83-94.

RIBEIRO, Ilza. (2002). Quais as faces do português culto brasileiro. In.: ALKMIM, Tânia. *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. São Paulo. Humanitas. P. 359-382.

RIBEIRO, Ilza. (1998). A mudança sintática do português brasileiro é uma mudança em relação a que gramática? In. CASTILHO, Ataliba. *Para a história do português brasileiro*. Primeiras idéias. SP: Humanitas. P.101-120.

RIBEIRO, Ilza. (1996). A ordem dos constituintes. In. MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (org). *A carta de caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. P.27-62.

RIOS, Nanci. (1997). *Escravidão no sertão: Conceição do Coité – século XIX*. Dissertação de mestrado. Salvador/Bahia: UFBA.

RIZZI, L. (1986). Null objects in Italian and theory of pro. *Linguistic Inquiry* 17. p. 501-557.

ROBERTS, I. (1993). O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In.: ROBERTS, I & KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

ROBERTS, I. e KATO. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, Â. (1987). *Concordância verbal no dialeto popular da cidade de São Paulo*. Tese inédita, São Paulo: Usp.

SANTOS, Milton. (1984). *Geografia do Brasil*.

SILVA NETO, Serafim. (1950 5ª ed. 1986). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.

SILVA, Ana Cristina. (2000). *A concordância verbal em Bananal/Barra dos Negros*. Comunicação apresentada na Reunião da SBPC. (Bolsista de IC, sob a orientação de Zenaide Carneiro). Brasília,

SCHWARTZ, Stuart B. (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, F. B. R et alii.(1994). *Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico*. Petrolina. Embrapa, Recife. Coordenadoria Regional, 1993. 2v. il. Centro e Informações – SEI (BA). *Informações básicas dos municípios baianos*. Salvador.

SYLVIO C. Bandeira de Mello e. (1989) *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador. Centro Editorial e Didático da UFBA.

SILVA, Ana Cristina. (2000). *A concordância verbal em Bananal/Barra dos Negros (Rio de Contas)*. Comunicação apresentada na SBPC, Brasília.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. (1989) *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

SPIX, J. B. von & MARTIUS, K. F. P. von. (1916). *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. *Bahia: crescimento populacional 1980-1996* (1998). Salvador: SEI.

TARALLO, Fernando. (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In.: ROBERTS, I e KATO. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP. Editora da UNICAMP.

TARALLO, Fernando. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquem e d'além mar no final do século XIX. In.: ROBERTS, I e KATO. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP. Editora da UNICAMP.

TARALLO, Fernando & KATO, M. (1989). Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. *Preedição 5*: 315-53, Campinas: UNICAMP Editora.

TANAJURA, Mozart. (2003). *História de Livramento: a terra e o homem*. Salvador/Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo.

TRAVAGLIA, (1986). Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? In.: *Letras & Letras, Uberlândia*, 2 (2): 241-286.

VASCONCELOS e FILHO. (2001). *Bananal: trabalho e vivência em uma comunidade negra*. In. *Politéia. Vitória da Conquista/Bahia: UESB*. V.1 n. 1pág 247-268.

VEIGA, José Eli da. (2003). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, 2ª ed. Campinas, SP. Autores Associados.

VIANNA, Oliveira. (1935). *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói/RJ.

WEINHREICH, U. LABOV, W e HERZOG, M. 'Empirical foundations for a theory of language change'. In. LEHMAN, W. & MALKIEL, Y (org). (1968). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. P. 97-195.

OUTROS

PACOTES DOS PROGRAMAS VARNEW

FONTES PRIMÁRIAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino – Baía, cx. 212, doc. 14951.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino 23/04/1722. Carta patente assinada pelo vice-rei. AHU – Baía - CAIXA 16. DOC. 1420.

CENSOS de 1772 – 1875, 1940, 2000.

MATRÍCULA dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas*- Chapada Diamantina, Bahia.

Revista Marie Claire.

1.3.1 Normas de transcrição¹⁵³

Estas normas orientam os trabalhos de transcrição ortográfica dos inquéritos realizados junto aos informantes das comunidades selecionadas. A orientação maior, no que diz respeito ao trabalho de transcrição, é a de que fiquem claras as diferenças entre o dialeto urbano e o dialeto rural. Portanto, no que diz respeito aos fenômenos fonéticos/fonológicos não serão registrados variações que são comuns também na fala urbana (por exemplo elevação das vogais médias em posição átona final. Caindo: caindu; nome: nomi; redução dos ditongos ou, ei, ai; queda do r dos infinitivos, ditongação tipo: méis, três).

1. Cabeçalho - modelo

Informante: 1

Nome: M.L (dever-se-ão usar siglas no lugar dos nomes para que se preserve a identidade do informante).

Sexo: f **Idade:** 74 anos

Local de nascimento: Piabas

Local de nascimento dos pais: Piabas

¹⁵³ Essas normas foram elaboradas a partir de outras já existentes para outros projetos, a saber: projetos Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas e do PEUL.

Escolaridade: analfabeto

Viagens para fora da comunidade: São Paulo
Assiste TV? sim

1. 2 As pessoas envolvidas no inquérito estão indicadas da seguinte forma

Doc: (documentador) - se houver mais de um numerar - Doc 1 - Doc 2...

Inf: (informante).

Circ: (interveniente circunstancial).

Para marcar o *Inf* falando com um *Circ* que aparece rapidamente na entrevista e que não estava participando da conversa usar [] separando a fala.

1. 3 Pontuação

O texto deve ser pontuado com moderação, respeitando as pausas feitas pelo próprio informante.

1. 4 Marcações

Hesitação – uso de reticências.

Ex.: Eu vi... Eu vi... Eu vi o menino cair.

Uso de reticências também para indicar as interrupções de fala de um dos locutores pelo outro, como no exemplo:

- E eu só com medo, com medo e aí ...

- Mas num faz medo não.

- ...chamei por Deus, criei coragem.

Exclamações e dúvidas - marcação do tipo, ah ou âh; eh ou êh; óh ou oh.

Ênfase - a palavra ou frase enfatizada deve vir transcrita em maiúsculas.

Citações com frases de outra pessoas – uso de aspas.

Ex.: Ele encontrou com o coisa ruim, ai ele disse assim "Francisco vamo fazer um trato".

Cortes sintáticos bruscos - uso de uma barra /

Indicação de trecho ininteligível : [inint].

Indicação de interrupção do inquérito : [interrup].

Indicação de riso: [] rindo.

Transcrição duvidosa { }

Indicação de algum fato que pode estar atrapalhando a gravação (bebê chorando).

1.5 Fatos fônicos registrados

Optou-se pelo registro dos fatos fônicos abaixo colocados por se considerar que os mesmos não são encontrados comumente na fala urbana culta. No entanto, esse registro não exime os pesquisadores de recorrerem às fitas, principalmente e obrigatoriamente quando forem fazer trabalhos no âmbito da fonética e da fonologia.

1 Abaixamento das vogais altas

Ex.: deferente por diferente.

2 Nasalização

Ex.: ingual por igual; ingnorância por ignorância.

3 Aférese

Ex.: bservano por observando.

4 Apócope de mais de um segmento deve ser marcada com apóstrofo

Ex.: n'era; des'tamaim.

5 Prótese

Ex.: amontar por montar ; evem por vem.

6 Epêntese de vogal que desfaz o travamento da sílaba quando muito estranha à norma urbana

Ex.: dificuldade por dificuldade adevogado por advogado.

7 Metátese

Ex.: drumença por dormência.

8 O e paragógico

Ex.: tale por tal.

9 Migração

Ex.: vrido por vidro.

Ex.: antão por então.

10 Troca de *e* por *en* ou *an*, ou vice-versa.

11 Troca de vogal posterior pela anterior (final)

Ex.: quande por quando.

12 Ditongação do tipo colocado abaixo

Ex.: saudia por sadia

13 Eismo"

Ex.: fiu por filho; muié por mulher

14 Rotacismo (troca de líquidas)

Ex.: rara por Clara; pranta por planta.

15 Redução de proparoxítonas

Ex.: musca por música ; lâmpa por lâmpada.

16 Redução de terminações verbais

Ex.: falaro por falaram.

17 Aglutinação

Ex.: nestante por neste instante.

18 Alongamento de sílaba

Fro:: (muito longo) fro: (pequeno alongamento)

Observações

1 Nas palavras tipo mulher quando houver também a redução da líquida a redução do *r* também será registrada *muié*. Registraremos também fenômenos tipo *mehmo*, *mah* (*mas*, *mais*)

2 Em alguns momentos aparece ainda uma certa confusão entre o *mas* e o *mais*, e o *por que*, *porque* e *porquê*, no entanto tal fato não compromete em nada a fidelidade das transcrições.

1.6 Fatos morfossintáticos e sintáticos registrados

1 Concordância nominal e verbo-nominal variáveis.

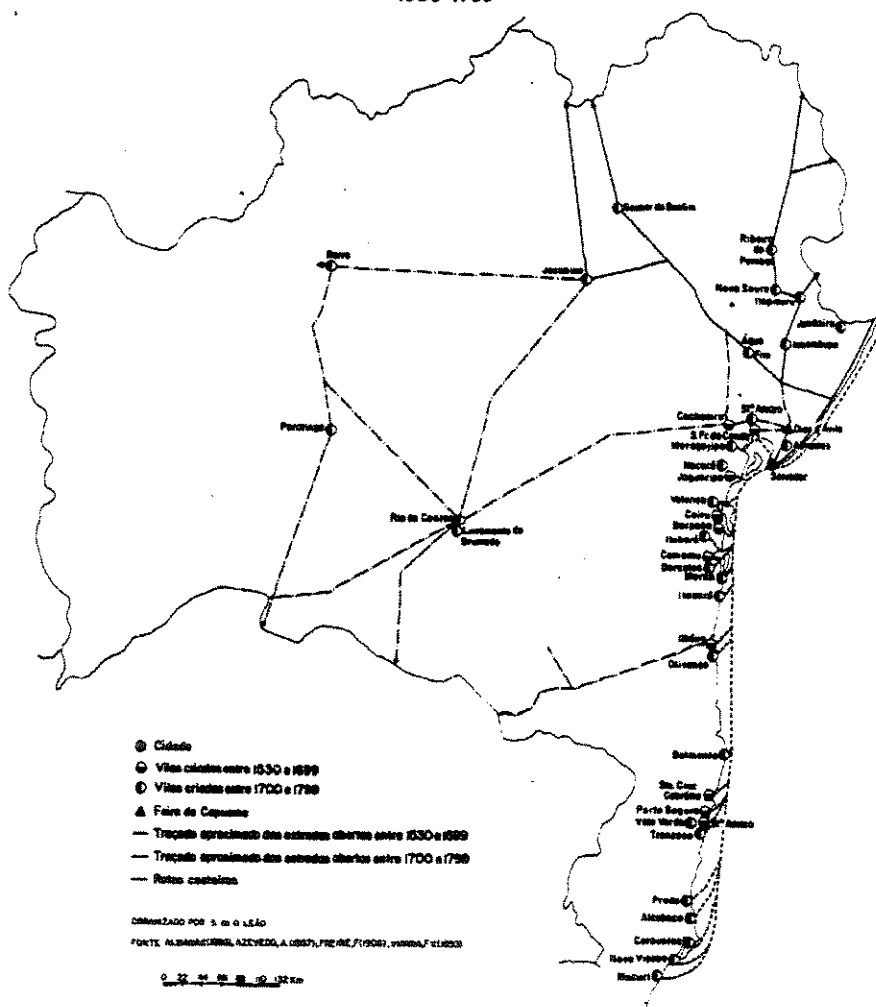
Ex.: Os menino foro embora.

2 Qualquer estrutura sintática diferente da norma padrão.

Ex.: falta de pronomes complementos - perda de clíticos - estruturas padrão relativas, entre outras.

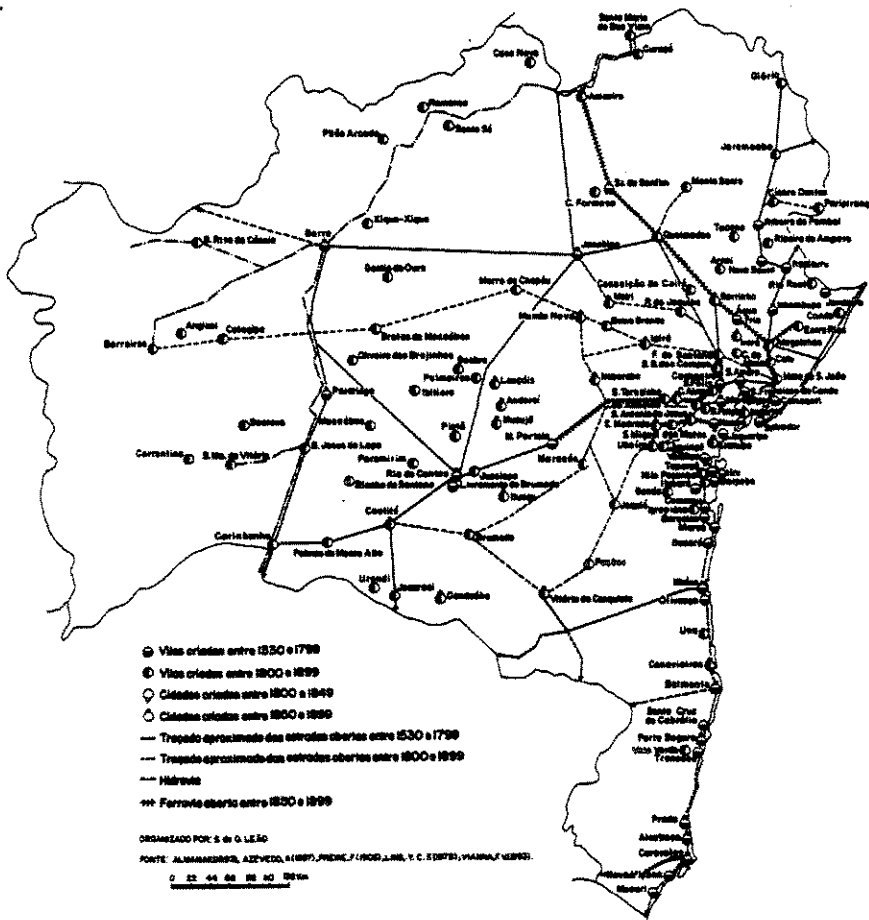
Anexo 3 – mapa 3

FIG. 3.2.
EXPANSÃO DO POVOAMENTO
1530-1799



Anexo 4 – mapa 4

FIG. 4.5
EXPANSÃO DO POVOAMENTO
1530-1899



Anexo 5

Tabela: Levantamento da População segundo classificação por situação (livre ou escrava), nacionalidade (brasileira ou outras), por instrução (alfabetizados ou analfabetos) e por localidade (censo de 1872).

Município	Situação			Cor	
	Livre	Escrava	População geral e percentagem de escravos	Branca	Outra
ZONA DE MINERAÇÃO – CHAPADA DIAMANTINA E PIEMONTE					
Barra do Rio Grande	10.891	634	11.525 5,5%	967	9.924
Brejo Grande	5.533	1.098	6.631 16,5%	1.015	4.518
Caetité	31.346	3.292	34.638 9,5%	10.755	20.591
Jacobina	17.327	1.255	18.582 6,75	6.044	11.283
Lençóis	22.055	1.858	23.913 7,76	5.524	16.531
Minas do Rio de Contas	50.920	8.973	59.893 14,9%	19.155	31.765
Morro do Chapéu	10.892	660	11.552 5,7%	3.951	6.941
Santa Isabel do Paraguaçu	23.183	3.476	26.657 13%	4.813	18.370
REGIÃO DE AGROPECUÁRIA					
Camisão	27.183	3.140	30.323	6.522	20.661

			10,3%		
Capim Grosso	8.020	742	8.762 8,46	807	7.213
Feira de Santana	47.588	4.108	51.696 7,94%	14.720	32.868
Itapicuru	16.181	1.324	17.505 7,56%	6.686	11.495
Jeremoabo	36.347	1.460	37.807 3,86%	8.899	27.448
Juazeiro	6.454	1.409	7.863 17,91%	595	5.859
Monte Alegre	5.451	3.909	9.360 41,7%	1.240	4.211
Monte Alto	16.629	1.698	18.327 9,26%	4.366	12.263
Monte Santo	9.991	1.787	11.689 15,28%	866	9.125
Pilão Arcado	14.260	3.711	17.971 20,64%	1.251	13.009
Pombal	6.782	624	7.406 8,42	2.268	4.514
Rio das Éguas	32.889	3.789	36.738 10,31%	12.146	20.743
Santo Antônio da Barra	37.773	3.234	41.007 7,88%	12.145	25.628
Sento Sé	6.137	547	6.684	821	5.316

			8,18%		
Soure	5.589	385	5.974 6,44%	2.040	3.549
Tucano	6.443	770	7.213 10,67%	2.116	4.327
Urubu	17.830	944	18.774 5%	5.322	12.508
Vila Nova da Rainha	21.752	801	22.553 3,55%	1.692	20.060
Xique-Xique	14.317	1.429	14746 9%	3.938	10.379